

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

**A DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE NO BRASIL: uma
análise a partir do discurso dos Deputados Federais do
Partido dos Trabalhadores**

Luis Gustavo Teixeira da Silva

Pelotas

2014

Luis Gustavo Teixeira da Silva

**A DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE NO BRASIL: uma análise a
partir do discurso dos Deputados Federais do Partido dos
Trabalhadores**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós - Graduação em Ciência Política
(PPGCPOL) da Universidade Federal de
Pelotas (UFPEL), como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Ciência
Política

Orientação: Professor Dr. Daniel de Mendonça

Pelotas
2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alvaro Barreto – Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas - Diretor do Instituto de Sociologia e Política UFPEL.

Prof. Dr. Romério Kunrath – Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas.

Profa. Dra. Rosangela Schulz – Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas – Vice- Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPEL.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que contribuíram para minha formação. Dessa forma agradeço:

- Ao meu orientador, Professor Daniel de Mendonça, a quem devo parte significativa de minha formação acadêmica. Agradeço-o pela dedicação, paciência e amizade que marcaram esses seis anos de aprendizado;

- À minha mãe Cleusa Maria Manzke e a meu pai Luiz Antonio Corrales, pelo apoio, incentivo e carinho dedicados a mim durante toda minha vida;

- À minha vó Suelma Corrales e aos meus tios Simone Manzke, Robson Aquiles, Jeane Silva, Paula Manzke, Vitor Hugo Manzke, Ricardo Zambrano, Claudio Couto, Maria Vilma Corrales, Gilberto Corrales, que em etapas distintas contribuíram enormemente para minha formação pessoal;

- Aos amigos, em especial a Jairo Luiz Villar Moreira, muito mais que companheiro de trabalho, este me proporcionou aprendizado e boas discussões sobre cinema e literatura;

- Aos amigos de graduação e pós-graduação, em especial a Felipe Corral Freitas, que mediante debates e grupos de estudos me ajudaram a compreender minhas limitações e entender melhor as Ciências Sociais;

- Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPEL, em especial a Alvaro Barreto, Rosangela Schulz, Patrícia Cunha, Hemerson Pase e Luciana Ballestrín, os quais tiveram um papel importantíssimo no meu aprendizado no decorrer desses anos;

- Aos órgãos de fomento à pesquisa, CNPQ, CAPES e Fapergs, que me possibilitaram dedicação exclusiva à este trabalho;

- A banca que avaliou este trabalho, composta pelos Professores Alvaro Barreto, Rosangela Schulz e Romério Kunrath, meu muito obrigado pelos comentários, sugestões e críticas, que de certo contribuirão para a melhora deste trabalho;

- Aos meus amados avós, Iria Manzke e Wilmar Mazza Nobre, aos meus amados tios, Carlos Eduardo Manzke e Darcy Nobre Teixeira, a minha amada filha de quatro patas, Brigitte. Todos fundamentais na minha vida, saudade eterna.

RESUMO

SILVA, Luis Gustavo. **A desindustrialização precoce no Brasil: uma análise a partir do discurso dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas.

O objetivo desta pesquisa foi analisar o discurso dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores sobre as políticas macroeconômicas que influenciaram no desenvolvimento da indústria brasileira durante os anos noventa (90) e 2000. Para isso delineamos as principais políticas que caracterizaram o modelo de substituição de importações. Bem como, o estado da arte da indústria brasileira após as adoções das reformas macroeconômicas provenientes do consenso de Washington. Após discutir o fenômeno da desindustrialização precoce, inicia-se a apresentação dos pressupostos analíticos e metodológicos que sustentaram a pesquisa. Por último, analisamos o discurso dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores em dois períodos, primeiramente durante os anos noventa, a partir das transformações estruturais implementadas pelos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. O segundo período da investigação abrangeu os dois mandatos do Governo Lula.

ABSTRACT

SILVA , Luis Gustavo. **Early deindustrialization in Brazil : an analysis from the discourse of the deputies of the Workers Party** . 2013. Thesis (Master) - Graduate Program in Political Science . Federal University of Pelotas .

The objective of this research was to analyze the discourse of the deputies of the Workers Party on macroeconomic policies that influenced the development of Brazilian industry during the nineties (90) and 2000 . For this we outline the main policies that characterized the model of import substitution . As well as state of the art of Brazilian industry after the adoption of macroeconomic reforms from the Washington consensus . After discussing the phenomenon of premature deindustrialization, begins the presentation of analytical and methodological assumptions that supported the research. Finally , we analyzed the speech of the parliamentary Workers Party in two periods , first during the nineties, from structural changes implemented by governments Collor and Fernando Henrique Cardoso . The second period of investigation covered the two mandates of the Lula government .

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Importações de alta e media-alta intensidade no setor automotivo brasileiro entre 2001 – 2010 em US\$ milhões FOB.....	36
Gráfico 2 - Demonstrativo de organização empresarial em Rede Modular.....	38
Gráfico 3 - Balança comercial dos produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, entre 2002-2011, em milhões de US\$.....	40
Gráfico 4 - Produtividade da Soja no Brasil entre 1990-2002.....	44
Gráfico 5 - Evolução no valor de mercado da Vale, entre 2001-2011, em bilhões de US\$.....	47
Gráfico 6 - Participação dos diferentes grupos de produtos, segundo IT nas exportações brasileiras entre 2000-2010 (%).....	50
Gráfico 7 - Participação da indústria de transformação no valor adicionado (%), entre 1947-2009.....	53
Gráfico 8 - Importações brasileiras, segundo IT entre 1974-2010 em milhões de US\$.....	53
Gráfico 9 - Taxa de Câmbio Real e Nominal no Brasil entre 1999-2010.....	56
Gráfico 10 - Ingresso de Investimento Direto Externo no Brasil entre 1999-2010, em US\$ Bilhões.....	57
Gráfico 11 - Os sentidos articulados na construção do discurso apresentado pelos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, sobre a agricultura brasileira nos anos noventa.....	95
Gráfico 12 - Os sentidos articulados na construção do discurso do “corpus discursivos 1 e 2 ” sobre as reformas estruturais na economia brasileira.....	112
Gráfico 13 - Pronaf: valor financiado e número de contratos – anos-safra 1995-1996 a 2009-2010.....	122
Gráfico 14 - Os sentidos hegemônicos articulados na construção do discurso dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores nos anos 2000.....	147

LISTA DE TABELAS

:

TABELA 1: Taxas médias anuais de crescimento econômico no Brasil 1921-1974.....	23
TABELA 4: Seleção de dez (10) Empresas privatizadas no Brasil, segundo importância setorial.....	30
TABELA 5: Evolução da safra de grãos no Brasil entre 1977-2011.....	42
TABELA 6: Pronunciamentos Lidos, coletados e utilizados entre os anos de 1991, 1997, 2004 e 2010.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEG	Associação Brasileira de Exportadores de Gado
ABIHPEC	Associação Brasileira da Indústria de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos
AC	Acre
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BA	Bahia
CE	Ceará
DF	Distrito Federal
ECU	Electronic control unit- PT. unidade de controle eletrônico
ES	Espirito Santo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	Free On Board
GO	Goiás
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
IT	Intensidade Tecnológica
IED	Investimento Direto Externo
JK	Juscelino Kubitschek
MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MG	Minas Gerais

MME	Ministério de Minas e Energia
MSI	Modelo de substituição de importações
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PE	Pernambuco
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PR	Paraná
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SP	São Paulo
SINDIPEÇAS	Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores
TI	Tecnologias da Informação

SUMÁRIO

	Páginas
Resumo.....	5
Abstract.....	6
Lista de Gráficos.....	7
Lista de Tabelas.....	8
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	9
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – A DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL: AS CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PÓS-CONSENSO DE WASHINGTON.....	20
Introdução.....	20
1.1 O modelo de substituição de importações: O surgimento da indústria de transformação.....	22
1.2 A abertura econômica: As novas bases de uma economia emergente.....	26
1.3 As características da Indústria Brasileira pós-consenso de Washington.....	31
1.3.1 Alta e média-alta intensidade tecnológica: o caso da indústria de automotiva no Brasil.....	34
1.3.2 Média-alta intensidade tecnológica: o caso da indústria de cosméticos no Brasil.....	37
1.4 Baixa e média-baixa intensidade tecnológica: O avanço e a importância das commodities na produção nacional.....	41
1.4.1 <i>Commodities</i> agrícolas: o caso da Soja.....	42
1.4.2 <i>Commodities</i> extrativas e minerais: O caso do Minério de Ferro.....	45
1.5 Doença holandesa: uma abordagem das vantagens comparativas.....	47
Considerações.....	59

CAPÍTULO II – PREPARANDO O CAMPO PARA A ANÁLISE.....	60
Introdução.....	60
2.1 Aspectos Metodológicos: o Diário da Câmara dos Deputados e as Sessões Legislativas do Pequeno e Grande Expediente.....	61
2.1.2 O critério para selecionar os períodos da coleta.....	65
2.1.3 O critério para selecionar os pronunciamentos.....	66
2.2 Aspectos analíticos: A teoria do discurso.....	70
2.2.1 A noção de Discurso.....	72
2.2.2 Antagonismo e Agonismo.....	77
2.2.3 Hegemonia.....	80
2.2.4 Significante Vazio.....	83
2.2.5 O conceito de Populismo.....	84
Considerações.....	86
 CAPÍTULO III – AS POLÍTICAS INCIDENTES SOBRE A INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS NOVENTA	 87
Introdução.....	87
3.1 A questão agrária.....	87
3.2 Os setores de alta e média-alta intensidade tecnológica.....	96
3.2.1 Analisando os discursos.....	99
3.2.2 Comparando os sentidos.....	112
Considerações.....	116
 CAPÍTULO IV – AS POLÍTICAS INCIDENTES SOBRE A INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 2000.....	 118
Introdução.....	118
4.1 A questão Agrária nos anos 2000: Agricultura Familiar.....	119
4.1.2 Binômio Agricultura Familiar x Agricultura Empresarial.....	125

4.2.1 As políticas incidentes sobre a média-alta e alta intensidade tecnológica: O discurso contra hegemônico.....	129
4.2.2 Desenvolvimento Sustentável: A hegemonia da segunda construção discursiva.....	133
4.3 Comparando os discursos entre os anos noventa (90) e 2000.....	138
Considerações.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157

À Aline, os dias todos

INTRODUÇÃO

A recessão durante os anos oitenta (80) fora um dos fatos de maior impacto na economia brasileira em toda sua história. Tal crise denotou a incapacidade técnica e produtiva do País em sair de um contexto de instabilidade de preços e ausência de recursos orçamentários por parte do Estado. Em virtude deste quadro, os anos oitenta são chamados de “a década perdida”, em termos de desenvolvimento econômico. Os motivos para este diagnóstico são conhecidos, isto é, o Brasil estava altamente endividado, havia hiperinflação e a máquina pública era considerada “pesada” e inoperante.

Diante deste cenário ocorre o chamado consenso de Washington, cujo propósito era discutir os problemas econômicos inerentes à América Latina. O resultado deste “consenso” fora a necessidade de adotar dez (10) medidas/reformas a serem aplicadas pelas economias em questão, com o intuito de saírem do quadro de estagnação econômica, alcançarem a estabilização monetária e recuperar o crédito destes países no mercado financeiro internacional.

O conteúdo destas medidas/reformas visaram conferir uma nova formatação nas atribuições do Estado, isto é, o mesmo deixou de ser o principal promotor do desenvolvimento econômico. Do mesmo modo, as recomendações do “consenso” tinham por objetivo a abertura das economias aos fluxos de capitais externos e às empresas multinacionais, com isso inserir estes países na globalização econômica e produtiva. Este fato alterou o panorama da economia brasileira, uma vez que esta sempre se caracterizou por ser um sistema fechado, à medida que, o Estado agia com certo monopólio nas transações financeiras externas, participando ativamente das intermediações.

Durante a década de noventa (90), o Estado brasileiro operou tais reformas sob a lógica das recomendações do consenso de Washington, estas foram implementadas pelos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Isto dito, a partir das medidas estruturais adotadas, com vistas a promover a privatização de empresas estatais e a liberalização financeira e comercial.

A arquitetura econômica/institucional desenhada pelas medidas/reformas provenientes do consenso de Washington influenciou o perfil da produção industrial e das exportações do Brasil a partir dos anos noventa (90). Visto que, o processo de abertura econômica promoveu duas grandes mudanças na economia nacional. Em

primeiro lugar, possibilitou a entrada massiva de capitais, o que equivale a dizer, que devido à insuficiência em alocar recursos internos para retomar o crescimento, o desenvolvimento brasileiro passou a ser financiado através de investimento direto externo (IED). Em segundo lugar, mediante a eliminação das barreiras comerciais e financeiras, houve a crescente inserção de empresas multinacionais no País, em forma de aquisição patrimonial ou investimento direto estrangeiro (IED) via mercado de ações. No longo prazo, esta tendência apesar de denotar um ambiente macroeconômico estável para a atração de recursos, igualmente, promoveu a excessiva entrada de divisas estrangeiras, o que contribuiu de forma decisiva para a sobrevalorização da moeda nacional.

Por um lado, estas políticas impulsionaram a expansão das *commodities* brasileiras, pois desde os anos noventa (90) registra-se o crescimento das cadeias ligadas ao agronegócio e do setor de extrativas no País. Haja vista, que o câmbio apreciado, isto é, cerca de R\$ 2,00 por U\$1,00, tornou os produtos nacionais com baixo valor agregado competitivos no cenário internacional. Por outro lado, as empresas que produziam com grau mais elevado de tecnologia incorporada, se beneficiaram do câmbio a este patamar para importar os bens mais sofisticados, delegando às afiliadas locais o papel de montagem e fabricação de componentes menos complexos. Este fenômeno é decorrente da nova divisão internacional do trabalho, onde multinacionais estrangeiras transferem o processo produtivo com baixo valor agregado e com mão-de-obra barata aos países da periferia. Tendo em vista, que as condições macroeconômicas permitem importar produtos com maior valor adicionado a preços competitivos.

Portanto, estes elementos correlacionados provocaram o crescente redimensionamento à produção e exportação de *commodities*. Da mesma forma, desestimularam a incorporação e criação de novos artefatos tecnológicos ao parque industrial brasileiro. Ainda que, a demanda doméstica sustente em boa parte a produção industrial, contudo esta produção ano após ano perde valor adicionado. Este fenômeno, conhecido como desindustrialização precoce ou doença holandesa, explica-se pelas condições macroeconômicas expostas, dado que as mesmas promovem o aumento de divisas estrangeiras no mercado interno, o que sobre aprecia a taxa de câmbio a um patamar que impossibilita, ou melhor, torna não lucrativo a produção com maior valor adicionado, ao passo que eleva os lucros e a competitividade dos itens com baixo teor de tecnologia incorporada.

A manutenção destes princípios macroeconômicos durante o Governo Lula aprofundou a tendência à desindustrialização precoce no Brasil, ou seja, há produção industrial, porém com níveis baixos de transformação. No referido governo denota-se a crescente expansão de produtos primários, que inclusive foram protagonistas nos sucessivos superávits da balança comercial brasileira. Entretanto, há efeitos que podem ser considerados negativos neste cenário, por exemplo, o modelo de agronegócio brasileiro ampliou as características de concentração fundiária, do mesmo modo, esta arquitetura econômica promoveu a dependência brasileira em relação aos investimentos externos, em boa parte especulativos.

A partir deste cenário, o objetivo deste trabalho concentra-se em buscar oferecer uma resposta ancorada nos pressupostos da ciência política, a este fenômeno proveniente de desdobramentos econômicos, mas que reflete decisões políticas. Diante destas questões, este trabalho tomou emprestado a hipótese, ou resposta provisória, amplamente difundida em círculos acadêmicos, no ambiente parlamentar, no jornalismo e na sociedade de um modo geral. Assim, para explicar a adoção de alguns princípios econômicos, que influenciaram múltiplas esferas, algumas positivamente e outras negativamente, afirma-se que houve uma ressignificação no discurso do Partido dos Trabalhadores na passagem dos anos noventa (90) para os anos 2000. O fundamento de tal explicação repousa na constatação de que os resultados aferidos na economia e na indústria estão na contra-mão de iniciativas para um novo projeto de crescimento econômico. Sobretudo, baseado na soberania nacional, na agricultura familiar e no incentivo a indústria infante, tal como, o defendido pelo Partido dos Trabalhadores nos anos noventa (90). De fato, ao comparar as ideias apresentadas pelos representantes mais ilustres do PT nos anos noventa (90), e a execução no Governo Lula das políticas que influenciaram na perda do valor adicionado da indústria brasileira, percebe-se um fenômeno instigante, que inclusive motivou esta dissertação a oferecer uma abordagem esmiuçada e complexa destes dois momentos.

Para corroborar ou refutar a hipótese apresentada, este trabalho terá por norte o exame dos pronunciamentos dos parlamentares petistas. Dessa forma, serão analisados os principais argumentos destes deputados para atribuírem sentidos as políticas que incidiram sobre a indústria durante a década de noventa (90). Tendo em conta, conforme já exposto, que nesse período a economia nacional realizou o movimento de abertura econômica e com isso, a crescente inserção de

multinacionais e de investimento direto externo (IED), o que para o discurso petista representava a decadência da soberania nacional. Todavia, devido à continuidade de algumas das bases econômicas desenhadas nos anos noventa (90) durante o Governo Lula, buscar-se-á verificar nos pronunciamentos se realmente os parlamentares apresentam duas construções de sentido para as mesmas medidas econômicas entre os anos noventa e 2000.

Para analisar este período, que corresponde a duas décadas, o estudo terá por metodologia principal a leitura dos pronunciamentos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores. As falas foram coletadas nas sessões do pequeno e grande expediente da Câmara dos Deputados Federais. Além disso, selecionou-se quatro (04) anos para efetuar a investigação dos pronunciamentos dos parlamentares, a saber, 1991, 1997, 2004 e 2010. Isto com o propósito de apreender quais as perspectivas dos mesmos sobre o desenvolvimento econômico nacional entre estas décadas. Diante destas questões o objeto investigativo fora construído com a seguinte interrogação: Quais as perspectivas, ou as lógicas discursivas utilizadas pelos parlamentares petistas para significar a condução das políticas incidentes no desenvolvimento industrial brasileiro entre as décadas de noventa e os anos 2000?

Para atender aos objetivos e a expectativa explicativa que esta dissertação busca alcançar, o texto fora dividido em quatro (04) capítulos. O primeiro capítulo foi dividido em duas etapas, na primeira etapa são discutidos os principais elementos que causaram o auge e o declínio do modelo de substituição de importações (MSI). Por meio de uma abordagem discricionária, apresentamos algumas políticas de incentivo à indústria infante no Brasil, desde o período Vargas (1930-1945) ao Milagre Econômico (1968-1973) durante o regime militar no Brasil. Do mesmo modo, neste capítulo, são descritas as principais transformações da economia nacional em comparação ao MSI, especialmente referentes às reformas estruturais aplicadas e inspiradas nas recomendações do consenso de Washington que inseriram a economia brasileira na globalização financeira e produtiva.

A segunda etapa do capítulo abrange a discussão sobre os desdobramentos das reformas estruturais mencionadas, e seu impacto na produção industrial brasileira desde então. Neste sentido, o objetivo desta etapa consiste em demonstrar a forma como a crescente inserção de multinacionais, investimento externo direto (IED) e apreciação da taxa de câmbio, desencadearam o processo de

perda de importância no valor agregado da indústria brasileira. Para isso, o capítulo apresenta um exame dos principais setores, divididos por intensidade tecnológica (IT), de modo a compreender a composição da produção nacional.

Vencidas as primeiras etapas, que servirão para delinear o fenômeno da desindustrialização precoce, e assim demonstrar o recorte da pesquisa. O segundo capítulo terá como objetivo apresentar ao leitor os aspectos metodológicos e teóricos do trabalho, elementos que servirão de suporte à análise que será efetuada. Para isso, nos aspectos metodológicos indicamos os critérios para selecionar os pronunciamentos, e a natureza do documento a ser explorado, bem como, o critério para selecionar o ambiente em que as falas foram coletadas. Na segunda parte deste capítulo, intitulada aspectos analíticos, serão discutidas as categorias teóricas oriundas da teoria do discurso, sobretudo as construídas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. As mesmas constituem a ferramenta analítica para examinar os pronunciamentos coletados.

Os dois últimos capítulos, terceiro e quarto, têm por objetivo central demonstrar ao leitor o(s) discurso(s) dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, a respeito das políticas econômicas que incidiram sobre a indústria nacional nos anos noventa (90) e 2000. A partir disso, buscou-se reconstruir os sentidos gerados pelos deputados sobre a condução das atividades ligadas aos setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica (IT), e os segmentos com grau mais sofisticado de transformação e extração. Os resultados obtidos através destes capítulos permitiram fornecer respostas inicialmente inesperadas ao fenômeno em questão.

CAPÍTULO I

A Doença Holandesa no Brasil: As características da Indústria Brasileira pós-consenso de Washington

Introdução

As políticas de incentivo à indústria no Brasil são demarcadas por três ciclos distintos. Primeiramente, o que sucede até a década de trinta (30), onde os subsídios fornecidos pelo Estado para fomentar o crescimento são destinados ao setor exportador, sendo o principal item da pauta exportadora brasileira, o café. Por questões mais amplas, isto é, pelo fato deste período não atender aos objetivos gerais desta dissertação, o mesmo ainda que esboçado de forma preliminar, não será examinado exaustivamente.

Diferentemente, os ciclos que compreendem o modelo de substituição de importações (MSI), vigente desde a década de (30) até meados dos anos oitenta (80), e o correspondente à abertura econômica, iniciado na década de noventa (90) permanecendo até os dias atuais, terão atenção especial por corresponderem à métrica argumentativa que esta dissertação pretende traçar. Entretanto, convém lembrar, que estes ciclos evidenciam perspectivas diferentes entre si das lideranças políticas encarregadas de implementar e subsidiar o desenvolvimento industrial no País. As arestas que demarcam tais distinções na comparação entre os modelos, decorrem e são coerentes com o momento histórico em que as mesmas são aplicadas, pois são reflexos das conjunturas políticas nacionais e internacionais, que visam estabelecer os moldes da produção nacional segundo a demanda nacional e internacional. Sendo assim, a primeira etapa do presente capítulo tem por objetivo central demonstrar ao leitor as principais distinções entre os dois últimos ciclos citados, onde serão pontuadas as principais políticas estatais que caracterizam estes ciclos e que, por conseguinte os diferenciam.

A segunda etapa deste capítulo abrange os desdobramentos das reformas estruturais inspiradas pelo consenso de Washington, e seu impacto na produção industrial brasileira desde então. Por isso, o objetivo desta etapa consiste em demonstrar a forma como a crescente inserção de multinacionais, investimento externo direto (IED) e apreciação da taxa de câmbio, desencadearam o processo de perda de importância no valor agregado da indústria brasileira.

Para aprofundar estas questões apresentamos um exame dos principais setores, divididos por intensidade tecnológica (IT), de modo a compreender a composição da produção nacional ancorada preponderantemente por empresas transnacionais e financiadas por investimento direto (IED). Assim, são utilizados dois exemplo dos setores de alta e média-alta intensidade tecnológica, a saber, indústria automotiva e de cosméticos¹. O critério de escolha destes setores levou em conta seu dinamismo e a representatividade brasileira em termos de produção e consumo. Dessa forma, pode-se perceber que os setores apesar de possuírem produtividade, apresentam baixo valor adicionado no processo de fabricação, por conta do câmbio apreciado, que estimula as importações de produtos com alto valor adicionado, imprimindo a indústria nacional atividades de montagem e a produção de manufaturas com baixo teor de valor agregado.

Por outro lado, são examinados os setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, onde apresenta-se os índices de produtividade, rentabilidade e perspectiva de crescimento futuro das *commodities* agrícolas e extrativas, especialmente a Soja e o Minério de Ferro². Assim, é possível perceber que o câmbio apreciado impulsionou as exportações destes setores, além disso, os mesmos receberam vultuosos incentivos das empresas transnacionais, seja na forma de investimento direto ou em aquisição de cadeias produtivas. Outrossim, examina-se o impacto que a demanda internacional implacou no setor agrário e de extrativas, sendo este elemento indispensável para a compreensão do crescimento súbito destas atividades.

Este exame setorial apesar de dar a impressão passageira de uma análise específica e sem propósito, pois o objetivo do texto é discutir o impacto das políticas macroeconômicas sobre a indústria nacional. Esta impressão se demonstrará falsa, a medida que, esta análise sevirá de base para a compreensão do fenômeno que será exposto. O último momento do capítulo levará em consideração os resultados apresentados na análise setorial, para identificar os sintomas da doença holandesa

¹ Em um primeiro momento o interesse era abordar os setores automotivo, de cosméticos, têxtil e de desenvolvimento de softwares. No entanto, os dois últimos setores foram excluídos, primeiramente por não atenderem ao critério estabelecido da mesma forma que os setores escolhidos, e em segundo lugar, pela extensão textual a ser exposta caso estes fossem incluídos, todavia, sempre que oportuno serão apresentados as verossimilhanças entre estes e os setores selecionados.

² Na versão entregue para o exame de qualificação estavam incluídos nesta abordagem os setores de Petróleo e de Carnes (bovina, suína e de aves). No entanto, estes setores foram excluídos pela extensão textual a ser exposta, todavia, sempre que oportuno serão apresentados as verossimilhanças entre estes e os setores selecionados

na economia brasileira. Este fenômeno é distinto da pura compreensão da desindustrialização, pois remete a perda de importância da produção com valor agregado.

1.1. O modelo de substituição de importações: o surgimento da indústria brasileira de transformação

O surgimento da substituição de importações no Brasil remonta o início da Era Vargas. As principais linhas de produção que se desenvolveram neste período, dizem respeito aos setores de confecção, de origem agrícola e a inserção de artefatos com certo grau de transformação³. Em suma, a indústria nacional caracterizava-se pelo sustento da demanda interna (SUZIGAN, 1984). Neste compasso, Furtado (1970) ressalta o processo de industrialização do período como resultante da defesa do café, na qual se destacam características peculiares do período, ou seja, à medida que as exportações de produtos primários se estendiam, as divisas criadas com este incremento serviam para a importação de bens de capital (máquinas, ferramentas, equipamentos). Isto com o intuito de dar suporte a estes novos setores industriais criados, que não obstante dependiam das exportações para sustentar a indústria infante (SUZIGAN, 1984; 1986; 1988).

Em meados da década de quarenta (40), a industrialização nacional avança no sentido de fomentar a criação de empresas estatais em setores estratégicos no suporte para o desenvolvimento industrial (FONSECA, 2003). Sendo assim, fora criado o Conselho Nacional do Petróleo (1939), encarregado de fomentar, fiscalizar e regulamentar a extração petrolífera. Tal responsabilidade em 1953 seria repassada a PETROBRAS. Destarte, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), destinada ao processamento de aço, minério de ferro e outros minerais. No mesmo compasso, em 1943 é criada a Companhia Vale do Rio Doce, com o objetivo de modernizar a extração do minério de ferro e outros minerais, vitais para o projeto nacional de expansão dos centros urbanos. Por último, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (que em 1960 tornou-se parte da Eletrobrás), criada para expandir o oferecimento de energia elétrica no Brasil⁴.

³ Os principais setores que se desenvolveram no período anterior a segunda guerra mundial: Têxtil (algodão, lã), chapéus, calçados, moagem de trigo, cervejas, açúcar, fósforos e metal-mecânicas (leves) (SUZIGAN, 1986).

⁴ É válido lembrar que neste período é criada a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) juntamente com a Justiça do Trabalho, em 1939 (DAL MOLIN, 2008).

A partir do final da segunda guerra mundial inicia-se um novo ciclo do MSI, com vistas a direcionar a produção para abastecer a demanda interna, especialmente os setores da construção civil, componentes mecânicos, farmacêuticos e alimentícios. Uma das razões apontadas para o crescimento produtivo do período refere-se ao cenário externo favorável a exportação de insumos minerais, siderúrgicos e de origem agrícola, em virtude da reconstrução da Europa e Japão pós-segunda guerra. Portanto, diferentemente do período anteriormente descrito, o fator preponderante aqui não residia somente no aumento da complexidade da produção, mas acima de tudo pela função estratégica que o Estado passa a exercer no fomento e estruturação do desenvolvimento industrial. Neste sentido, a articulação do capital privado nacional e estrangeiro em torno do Estado (tripé do desenvolvimento), possibilitou o arranjo de uma política nacional de desenvolvimento (SUZIGAN, 1986; VAZ DA COSTA, 1975).

A partir de tais iniciativas, a ampliação do modelo de substituição de importações atingiu seu ápice durante a democracia brasileira, principalmente no Governo de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1960). O Plano de Metas (Cinquenta anos em cinco) possuía por objetivo orientar a implantação e diversificação de setores industriais específicos, qualificados e competitivos no cenário internacional. É sob este projeto nacional de desenvolvimento que se inicia a instalação das indústrias automobilística, construção naval, materiais elétricos pesados e outros bens de capital (SUZIGAN, 1984). Além da expansão dos investimentos industriais, o Governo JK ampliou a abertura econômica para a entrada de investimentos estrangeiros, não obstante, o mesmo tratou de proteger o capital privado nacional da concorrência externa, oferecendo vultosos subsídios a este setor.

TABELA 1: Taxas médias anuais de crescimento econômico no Brasil 1921-1974

PERÍODOS	PIB	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
1921-1930	3,7	3,4	3,3	3,4	8,1
1931-1940	4,6	4,3	5,2	4,6	5,1
1941-1947	5,1	3,9	6,5	4,7	8,5
1948-1956	6,4	3,3	8,8	4,9	8,8
1957-1961	8,3	5,8	10,7	7,8	8,7
1962-1967	3,7	3,9	3,7	3,4	5,6
1968-1974	10,1	5,9	11,9	11,0	11,7

Fonte: (VAZ DA COSTA, 1975, p.11).

Após a desaceleração do crescimento entre os anos de 1963-1967, em decorrência do período de transição política, institucional e constitucional (Ditadura Militar), o Estado brasileiro passou a investir massivamente no setor industrial como forma de absorver o contingente ocioso da população, assim como, consolidar a formação de uma estrutura industrial (SUZIGAN, 1988). Como reflexo destas iniciativas, o período entre 1968-1973 é conhecido como o do Milagre Econômico Brasileiro, onde se registrou um índice extraordinário de crescimento e aumento do PIB, conjuntamente com o declínio da inflação. Segundo Suzigan (1988) e Villela et al (2008), as formas de subsídios oferecidas pelo Estado brasileiro para alavancar a industrialização, constituem uma das principais razões para os resultados obtidos no período.

Neste contexto, é possível citar três interpretações que buscam explicar as origens, estratégias e reformas efetuadas pelo Regime Militar, que confluíram para os resultados históricos de crescimento. Primeiramente, a política expansionista de crédito e incentivos às exportações, em segundo lugar aponta-se o ambiente externo favorável, haja vista, a expansão da economia internacional, com melhoria nos termos de troca e de crédito externo farto e barato (VILLELA et al, 2008). Por fim, uma terceira linha de abordagem pondera os resultados do milagre, como processo exitoso das transformações institucionais plasmadas nas reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). As reformas fiscal/tributária e financeira deste programa induziram um forte ajuste fiscal, com o objetivo de controlar a inflação e reacomodar os gastos governamentais, isto para gerar receita aos investimentos públicos (VAZ DA COSTA, 1975).

É preciso lembrar que as empresas transnacionais tiveram um papel importante neste processo de crescimento. A inserção destas em setores dinâmicos da produção manufatureira, tais como, bens de capital (57% das vendas)⁵, bens de produção e duráveis (85% das vendas), e bens não-duráveis (40% das vendas), denota que os resultados positivos do período são indissociáveis à contribuição deste setor na economia nacional (VILLELA, et al, 2008; SUZIGAN, 1986). Ademais, percebe-se que as empresas transnacionais registram participação intensa nos setores tecnológicos com maior valor agregado, porém a mesma assertiva dá-se de

⁵ Dados referentes ao Milagre Econômico.

modo inverso nos setores da construção civil, agricultura e serviços, onde se registra participação ínfima das mesmas.

A fadiga do modelo de substituição de importações inicia-se com a crise do Petróleo em 1973, quando a economia brasileira começou a dar indícios do fim do milagre econômico. Em 1974 ocorre o primeiro choque, quando o preço do petróleo elevou-se de US\$ 3,37 para US\$ 11,25 por barril. Com isso, os reflexos da crise foram igualmente sentidos na elevação da inflação, que em 1973 era de 15,5% chegando a 34,5% em 1974, e alçando seu pico em 1985, cerca de 200% (OMETTO et al, 1995). O que igualmente impeliu o crescimento do País entre 1974-1979, registrando média anual de 6,5%, se levarmos em consideração o crescimento médio no milagre econômico, entre 11% e 13%, torna-se latente a recessão do período (SUZIGAN, 1984). Conforme sustenta Suzigan (1988; 1986), um dos fatores determinantes para a fadiga do MSI derivaria da inabilidade entre os setores envolvidos na construção de estratégias para incorporar à produção nacional maior valor agregado, em termos científicos e tecnológicos.

Convém salientar, que o crescimento industrial brasileiro fora obtido à custa de um extraordinário endividamento externo. A partir da crise mexicana em 1982, deflagrada pela clara impossibilidade deste país em cumprir com os encargos de sua dívida externa (LOWENTAL, 1989). A equipe econômica de Ronald Reagan passou a restringir e exigir contrapartidas a oferta de crédito aos países da América Latina, o que impôs limites à continuidade e conservação às políticas de expansão do desenvolvimento (LOWENTAL, 1989). Tais fatores agregados impuseram a década de oitenta um período conhecido pelos atrasos na economia e de recessão industrial profunda, somado a níveis elevadíssimos de inflação, o que provocou a perda real no valor dos salários. Somadas a estas circunstâncias, o período apresenta também uma crise política profunda de legitimidade do regime militar.

Diante deste cenário ocorre o chamado Consenso de Washington, termo cunhado pelo economista Senior Fellow do Institute for International Economics, John Williamson, em conferências realizadas nos anos de 1989 e 1990 em Washington - EUA. Nesta conferencia estavam presentes pesquisadores latino-americanos, representantes do Congresso americano, da Reserva Federal (FED), do Executivo americano, Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, para discutir os problemas inerentes às economias latino-americanas (ESTEVEZ, 2008). O termo consenso de Washington ganhou força ao representar um conjunto

de dez (10) medidas/reformas a serem aplicadas pelas economias do “terceiro mundo”, com o intuito de saírem do quadro de estagnação econômica (BATISTA, 1994). Segue abaixo, o conjunto das dez (10) medidas/reformas recomendadas as nações latino-americanas:

a) disciplina fiscal; b) mudança nas prioridades em relação às despesas públicas; c) reforma tributária; d) taxas de juros determinadas pelo mercado; e) taxa de câmbio determinada pelo mercado; f) comércio liberalizado e voltado para o exterior; g) os investimentos diretos deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro. (BRESSER-PEREIRA, 1991 p. 6).

Para Bresser-Pereira (1991), o consenso representa apenas um viés explicativo (dentre outros possíveis) sobre a natureza das crises no continente. Na verdade, o autor ressalta que as dez medidas normativas poderiam ser resumidas em um conjunto de dois blocos: “as cinco primeiras refletem a preocupação na estabilização econômica através do ajuste fiscal e da adoção de políticas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental, e as cinco últimas resumidas por um estado fortemente reduzido” (BRESSER-PEREIRA, 1991 p.6).

1.2. A abertura econômica: as novas bases de uma economia emergente

A eleição de 1989 iria marcar a posse do primeiro Presidente eleito através do voto popular após o término do Regime Militar, o qual obstruiu a possibilidade dos brasileiros elegerem o mandatário do executivo federal. Nos primeiros meses de governo, o então Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) delineava políticas que iam ao encontro das prerrogativas do consenso de Washington (GENNARI, 2002). Uma vez que, o discurso que o elegerá, enfatizava a necessidade de liberalização comercial, de privatizações das estatais e o mercado como ator capaz de coordenar o desenvolvimento da economia (BRESSER-PEREIRA, 1991b). Sendo assim, as ações iniciadas neste governo alterariam a relação entre Estado e desenvolvimento industrial no Brasil.

As razões para por em marcha tais reformas estruturais repousavam sobre variáveis pertinentes ao período. De acordo com Schneider (1992), boa parte dos países do primeiro mundo havia realizado uma reforma de estado, atribuindo a este um papel periférico para propulsão do crescimento e da modernização no

oferecimento de serviços, que caminhavam para uma complexificação tecnológica sem precedentes. Por este turno, incorrer em uma negativa a este processo poderia representar estar perdendo o *bonde da história* (SCHNEIDER, 1992).

Em decorrência do aumento da inflação, o Plano Collor em 1990 instituiu medidas para atacar essa mazela que há uma década assolava o País. Para isso, o Governo efetuou uma abertura econômica histórica, ampliando a concorrência no mercado interno com a definição de novas diretrizes para a política industrial e de comércio exterior (NASCIMENTO, 2003). Tal medida implicou na extirpação do volume de barreiras tarifárias e não-tarifárias⁶, utilizadas como instrumentos administrativos para impor obstáculos as importações (SCHNEIDER, 1992). Essas políticas constituíam um dos principais elementos de proteção à indústria nacional durante o MSI, tendo em vista que ao apreciar o valor das importações com barreiras comerciais, o governo protegia a produção local, por exemplo, a tarifa de importação era de 40% em 1989, até 1995 a mesma foi reduzida para 13%. Abaixo outras medidas do Plano Collor:

O governo Collor efetuou a eliminação de vários incentivos fiscais às exportações; eliminação do Anexo C, o qual regulamentava a lista de 1.200 produtos com importação proibida desde o Comunicado Cacex nº 204 de 1988; eliminação paulatina dos controles quantitativos sobre as importações, substituindo-os por instrumentos de controle tarifário; e redução em 50% do adicional de frete para renovação da Marinha Mercante, extinguindo-o a partir de 1991 juntamente com o adicional da tarifa portuária. (...) A Portaria do Ministério da Fazenda, de 04.03.92, isentou o IPI para a importação de 37 itens de bens de capital sem similar nacional. Logo depois, em 24.03.92, reduziu as alíquotas de importação desses itens. Dessa forma, a partir de 01.10.92, o Brasil passou a operar com tarifa média de 16,8%, comparativamente a de 31,2% que prevalecia em 1990. Ao completar-se a última etapa do programa de baixas tarifárias, prevista para 1.7.93, a alíquota média deveria situar-se em 14,2%, e a máxima em 35%. (...) Alterou as tarifas aduaneiras do setor têxtil; Reduziu o IPI dos automóveis com mil cilindradas, de 40% para 20%; e Instituiu alíquota zero para importação de produtos sem similar nacional. (NASCIMENTO, 2003, p.12-13).

A partir deste momento, ocorreram alterações macroeconômicas que atuaram no sentido de ampliar a inserção de empresas estrangeiras no País, bem como, induzir ganhos de produtividade e de absorção de novos conteúdos tecnológicos ao capital privado nacional, mediante a interlocução com outros modelos de produção e gestão (SCHNEIDER, 1992). Já nos primeiros anos de liberalização comercial, a

⁶ Barreiras não-tarifárias são quotas que restringem à quantidade de produto importado, limitada a um número pré-estabelecido.

mesma política já apresentava os sinais que viriam a se aprofundar posteriormente, isto é, a massiva presença de produtos e empresas estrangeiras. Na mesma proporção da abertura econômica, igualmente o governo Collor efetuou a liberalização financeira, abrindo a economia nacional para a captação de recursos no mercado externo. Com isso, somente nos dois anos do referido governo adentraram no País cerca de US\$ 29,5 BI através de empréstimos intra-empresas, emissão de títulos da dívida, empréstimos e financiamentos de organismos internacionais (MANCUSO e OLIVEIRA, 2006; NASCIMENTO, 2003).

Conforme sustenta Nascimento (2003), a extinção da incidência do imposto suplementar de renda sobre as remessas ao exterior de lucros e dividendos, impulsionou a atração de investidores externos, especialmente os capitais voláteis ou especulativos. Somente em 1990, o mercado de capitais recebeu no Brasil em média 34% do total dos investimentos em moeda, passando para 55% em 1991 e 74% em 1992 (MANCUSO e OLIVEIRA, 2006; NASCIMENTO, 2003).

A abertura financeira da economia nacional iniciada no governo Collor, ganharia contornos finais no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Neste sentido, houve dois eixos centrais que fundamentaram a desregulamentação e a liberalização financeira. Primeiramente, a flexibilização da entrada de investimentos estrangeiros, por meio da adequação do marco regulatório doméstico ao modelo contemporâneo de financiamento internacional, ancorado na emissão de *securities*⁷ (PRATES e FREITAS, 2001). Em segundo lugar, foram derrubadas as barreiras mínimas, mas presentes, quanto à natureza do investidor e o direcionamento dos investimentos externos. Com isso, foram implantadas modalidades distintas de investimento de portfólio, que se caracterizam por maior volatilidade, isto é, são investimentos acionários de entrada direta, que mediante a queda nas ações em que está investido, o mesmo pode se retirar rapidamente (PRATES e FREITAS, 2001).

Como resultado da ampliação da abertura econômica, registra-se aumento considerável dos investimentos externos nas bolsas de valores do Brasil, inserindo a economia nacional na rota dos fluxos de capitais e dos investidores dos países centrais. Os investimentos e transações financeiras no ano de 1991 representaram um volume diário de US\$ 32 Milhões (PRATES e FREITAS, 2001). A partir das

⁷ Títulos de renda fixa e ações.

alterações referidas, o volume diário de transações e investimentos daria um salto para US\$ 767,4 MI em 1997, de igual modo à capitalização de mercado que em 1991 era de US\$ 43,6 MI passando para US\$ 255 MI em 1997 (PRATES e FREITAS, 2001).

Esta reestruturação da economia nacional viabilizou a massiva entrada de capitais voláteis externos, o que colaborou para uma política de estabilização em curto prazo, inversamente tornou-se o calcanhar de Aquiles do governo. Segundo Abrucio; Couto (2003) e Gennari (2002), um dos principais equívocos do período FHC fora a exacerbada dependência do capital financeiro, onde as autoridades monetárias flexibilizaram a economia a ponto de não haver controle sobre os montantes e a natureza dos investimentos efetuados no País (GENNARI, 2002). Dado que a política estava ancorada na premissa de que haveria *ad infinitum* um fluxo constante, crescente e permanente de capitais capazes de financiar a economia nacional, no entanto, a estratégia mostrou-se frágil aos choques externos (ABRUCIO e COUTO, 2003). As turbulências registradas no mercado financeiro internacional, tais como, as crises mexicana e russa, denotaram a forte tendência à vulnerabilidade externa a que estava submetida a economia nacional (GENNARI 2002; ABRUCIO e COUTO, 2003).

Outro ponto proeminente, referente as adoções das medidas/reformas do consenso de Washington, diz respeito as privatizações, as quais se fundamentaram na lógica da eficiência e da desburocratização dos serviços prestados. Visto que, as empresas estatais eram consideradas pesadas e dispendiam de um alto custo financeiro para seu funcionamento e inovação (PINHEIRO E GAMBIAGI, 1992). Neste cenário, a ideia de ajuste fiscal se tornou marca nos governos Collor e FHC (PINHEIRO e GAMBIAGI, 1992; ABRUCIO e COUTO, 2003).

Consoante, é possível fazer três observações que auxiliam na compreensão dos argumentos a favor sobre das privatizações. Primeiramente, a defasagem dos preços como medida para conter a inflação, em 1986 os preços do aço, das tarifas telefônicas e de energia elétrica eram 40%, 65% e 16% respectivamente, mais baratos que em 1980, o que gerou déficits maiores nas empresas estatais que os registrados no período anterior (em 1980) (SCHNEIDER, 1992). Igualmente, sublinha-se o crescente uso político das estatais durante os anos oitenta, sendo tal característica acentuada durante o governo Sarney (1985-1990), onde milhares de cargos foram distribuídos como forma de acomodação de coalizões políticas no

processo de transição democrática (SCHNEIDER, 1992). Por último, Pinheiro e Gambiagi (1992) salientam o fim da relação harmoniosa entre as empresas estatais e o setor privado. Na leitura do empresariado, as políticas protecionistas impediam a expansão e atuação das empresas de capital privado (nacional ou internacional), que pressionavam o governo para uma política ampla de privatizações.

Todos estes fatores influenciaram o discurso de Collor, baseado desmoralização do Estado e de suas ramificações, em suma, o estado antes visto como solução para o desenvolvimento, a partir deste período passa a ser encarado como principal entrave para o mesmo (BRESSER-PEREIRA, 1991; PINHEIRO e GAMBIAI, 1992). No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a tônica do discurso a favor das privatizações andou por trilhos distintos aos de Collor. A ênfase consistia em demonstrar que a gestão administrativa e o caráter técnico do mercado, produziram melhores resultados em termos de qualidade e aprimoramento tecnológico as empresas estatais (GENNARI, 2002).

TABELA 2: Seleção de dez (10) Empresas privatizadas, segundo importância setorial.

EMPRESA	ANO	SETOR (NOME)
USIMINAS	1991	USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A
PETROFLEX	1992	PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A
AÇOMINAS	1993	AÇO MINAS GERAIS S.A
EMBRAER	1994	EMPRESA BRAS. DE AERONÁUTICA S.A.
LIGHT	1995	LIGHT EMPRESA DE ELETRICIDADE S.A
VALE	1997	CIA. VALE DO RIO DOCE (MINERAÇÃO)
MERIDIONAL	1997	BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A.
TELEBRÁS	1998	TELEFONIAS BRASILEIRAS S.A.
BANESPA	2000	BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAR	2005	PETROBRÁS FILIAL NA ARGENTINA

Fonte: Elaboração própria, segundo os dados do Ministério do Planejamento (2011).

Ademais, é possível ressaltar outra diferenciação do governo FHC em relação ao governo Collor sobre as privatizações. Como se sabe, a relação desgastada e conflitiva entre Collor e o legislativo federal é apontada como um dos agravantes das crises institucionais, que levaram ao *impeachment* do referido Presidente (GENNARI, 2002). Sem embargo, a relação entre FHC e o legislativo federal fora relativamente harmoniosa durante seus oito anos de governo (ABRUCIO e COUTO, 2003). Lembrando que o mesmo dispunha de ampla maioria nas casas legislativas (Senado Federal e Câmara dos Deputados), o que possibilitou a aprovação de dezesseis (16) emendas constitucionais, dentre elas, quatorze (14) relacionadas às

alterações na política econômica, fiscal e administrativa (ABRUCIO e COUTO, 2003). Dentre estas emendas alteradas, está a que impedia a atuação do setor privado em áreas que o Estado detinha monopólio, tais como, o gás natural, telecomunicações e o petróleo. A emenda constitucional nº 9 de 1995, permitiu o setor privado atuar no território nacional utilizando boa parte do patrimônio remanescente de décadas passadas (ARUCIO e COUTO, 2003).

1.3 As características da Indústria Brasileira pós-consenso de Washington

Para analisar o estado da arte da indústria brasileira desde os anos noventa (90) até os anos 2000, e assim demonstrar a distinção entre os termos estruturais do MSI e os vigentes atualmente, é salutar levar em consideração algumas questões que podem obscurecer a investigação. Portanto, além das condições estruturais que diferenciam estes dois períodos em relação ao fomento da indústria (tais como, o protagonismo do Estado na impulsão de iniciativas, barreira tarifárias e não-tarifárias de proteção à indústria nacional, dentre outros), é preciso perceber que a própria noção de indústria alterou-se neste interregno de tempo.

Atualmente, a ideia de indústria não está somente atrelada as grandes construções, tendo em seu interior bens de capital pesados que escalonam a produção, que por sua vez efetua a divisão do trabalho entre etapas distintas, sob um contingente considerável de funcionários. Com a revolução das tecnologias da informação (TI), a indústria de *softwares* ou de entretenimento⁸, por exemplo, podem operar em um espaço pequeno com um contingente de funcionários igualmente reduzido. Todavia, as mesmas com possibilidade de serem mais produtivas e lucrativas em relação à indústria de alguns bens pesados.

Mesmo levando em consideração a assertiva anterior, que serve apenas para ilustrar a flexibilidade do conceito de indústria ao longo de dois períodos específicos, a mesma não se constitui como regra, sendo a indústria de produção em escala igualmente importante na contemporaneidade. Conforme argumentam Oreiro e Feijó (2010), a indústria em uma economia capitalista é o fator de propulsão e sustentação de um crescimento no longo prazo.

Essas questões são pertinentes, à medida que durante o governo FHC ocorreram transformações que viriam alterar o panorama da produção industrial no

⁸ Por exemplo, aplicativos, jogos eletrônicos, *Wallpapers*, toques telefônicos e informativos.

País, muito em decorrência das mudanças estruturais mencionadas anteriormente. Dadas medidas possibilitaram o replanejamento operacional dos principais setores produtivos do País, isto em virtude da abertura econômica, que proporcionou o aumento do comércio intra-firma e do investimento direto externo (IED) entre matrizes e afiliadas. A partir das alterações nas medidas macroeconômicas percebe-se a crescente inserção e hegemonização na economia nacional de empresas estrangeiras (BOITO JR. 2006). Obviamente, este processo deve ser igualmente entendido mediante a inabilidade do capital privado nacional, sobretudo, em incorporar à produção, técnicas de modernização, gestão e aprimoramento tecnológico. Tais circunstâncias contribuíram para a afluência de multinacionais nas mais diversas ramificações do mercado e da produção, as empresas nacionais passam a ceder espaço, algumas decretando falência e outras sendo adquiridas ou entrando em fusão com empresas estrangeiras (BIRCHAL, 2004; BENNETI, 2006).

Um dos fatores apontados, que incentivam a crescente inserção das empresas multinacionais no País, é a ausência de barreiras à remessa de dividendos (parcela do lucro) a matriz e acionistas no exterior. Conforme Birchall (2004), tal tendência é negativa ao balanço de pagamentos das contas nacionais, pois a renda gerada internamente é deslocada para o exterior. Portanto, embora as empresas estrangeiras tenham acrescido positivamente a produtividade e a gestão empresarial. As mesmas operam, predominantemente, através da capacidade já instalada, fruto do processo de fusões e aquisições, o que não gerou (proporcionalmente a sua expansão), o surgimento de novos investimentos (BIRCHAL, 2004).

A partir do exposto, o próximo passo deste texto reside em investigar o modo de atuação das principais empresas nos setores de alta, média-alta e baixa, média-baixa intensidade tecnológica, com o intuito de entender as principais transformações destes setores. Através do exame setorial será possível perceber que as empresas estrangeiras integraram o País em uma forma mais intensa de divisão internacional do trabalho, através da operação e produção de técnicas e artefatos com baixo valor agregado, transferindo às matrizes nos países centrais o processo produtivo com maior intensidade tecnológica (BIRCHAL, 2004; DE PAULA e MEYER, 2009; OREIRO e FEIJÓ, 2010). Uma das razões identificadas para explicar este quadro refere-se ao crescimento do comércio intra-firma, do mesmo modo, as condições cambiais favoráveis à importação com maior valor agregado.

Dessa forma, para esmiuçar este cenário serão examinados os setores de alta e média-alta (IT), aludindo os casos da indústria automotiva e de cosméticos, para mais adiante tratar dos setores de baixa e média-baixa (IT). A discussão pormenorizada das principais cadeias produtivas permitirá uma melhor compreensão do fenômeno tratado por esta dissertação, que será desenvolvido na última seção deste capítulo, levando em consideração os resultados aferidos pelo exame setorial a ser realizado adiante.

Antes de tudo, é preciso realizar uma introdução para tornar claro ao leitor a que se refere, e o modo de estabelecer esta tipologia segundo a intensidade tecnológica de cada setor. São considerados itens de alta e média-alta (IT), as atividades mais nobres, com elevado investimento em áreas variadas de P&D⁹, tais como as engenharias, medicina, farmácia, química, robótica, automação, dentre outras. As quais fornecem através da transformação, produtos com elevado teor de sofisticação e acabamento. Itens desta categoria: automóveis, aeronaves, caminhonetes e utilitários, caminhões e ônibus, produtos farmoquímicos e farmacêuticos, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, fabricação de componentes eletrônicos e de produtos químicos (MORCEIRO et al, 2011; SECEX, 2013).

De outro modo, são considerados itens de baixa e média-baixa (IT), as atividades mais intensivas no uso de mão-de-obra e na utilização de recursos naturais (MORCEIRO et al, 2011; SECEX, 2013). Que fornecem ao mercado produtos com menor valor agregado, na qual podem vir a passar por outras etapas de transformação e processamento. Itens que compõem esta categoria: produtos alimentícios, bebidas, fumo, têxteis, artigos de vestuário e acessórios, artigos para viagem e calçados, fabricação de produtos de madeira, celulose, produtos de papel, móveis e indústrias extrativas (MORCEIRO et al, 2011; SECEX, 2013).

⁹ A pesquisa e desenvolvimento (P&D) de uma empresa impulsiona a geração de inovações, metodologias e testes de modelos na produção. Desse modo, P&D está relacionado a todas atividades de pesquisa que influenciam na qualidade e adequação de produtos, bem como, no conhecimento de mercado, marketing, estratégias publicitárias etc. Todas estas atividades no sentido de produzir novos conhecimentos sobre produtos e serviços.

1.3.1 Alta e Média-alta intensidade tecnológica: o caso da indústria de automotiva no Brasil

Apesar da presença de montadoras estrangeiras no País não ser um fenômeno recente, pois a primeira onda de inserção massiva da indústria automobilística remonta a década de setenta (70), com predomínio das empresas General Motors, Volkswagen, FORD e FIAT. Contudo, até os anos noventa (90) o setor no País apresentava baixos índices de robotização e automação, com sua força de trabalho preponderantemente de baixa qualificação técnica (CARVALHO, 2005; ALMEIDA et al, 2006). O atraso tecnológico da produção nacional tornou a importação mais atrativa, para ilustrar este fato, os dados apontam que em 1990, 115.000 veículos haviam sido importados no Brasil, já em 1994 as importações saltaram para 364.748 veículos, cerca de 25% das vendas em 1995 (CARVALHO, 2005).

A partir do processo de abertura econômica ocorrido em países com alto potencial consumidor, a indústria automobilística passou a investir nestes mercados emergentes, porém com novas estratégias produtivas que inseriam as produções locais em um processo globalizado de divisão internacional do trabalho (CARVALHO, 2005; ALMEIDA et al, 2006). A globalização nesta atividade industrial teve por principais motivações o aumento da concorrência nos países desenvolvidos e a consequente saturação da oferta nos mesmos. Aliado a possibilidade de um crescente fluxo de investimento direto externo (IED), o que conferiu maior mobilidade ao comércio intra-firma e intra-regional, assim conectando as empresas a regiões em uma nova forma de organização da produção (CARVALHO, 2005; 2008; ALMEIDA et al, 2006).

A produção automotiva brasileira foi incorporada a um nível maior de coordenação das práticas organizacionais entre matrizes e redes afiliadas. O resultado dessa interação fora a crescente expansão do setor no País (ALMEIDA et al, 2006). Neste sentido, as matrizes em conjunto com afiliadas regionais desenvolveram amplos projetos para atender a especificidade da demanda interna (CARVALHO, 2005; 2008). Um exemplo dessa aliança é a construção dos veículos de pequeno porte (Palio, Gol, Uno, Celta, Corsa), fator que tornou o País referência neste tipo de produção, e igualmente posicionou o Brasil em décimo lugar (10º) entre os maiores produtores mundial em automotores leves (CARVALHO, 2005). Desse modo, o setor automotivo avançou em termos de produtividade e tecnologias

incorporadas aos veículos nacionais, tal fator impulsionado pela inserção da economia nacional em um mercado globalizado (CARVALHO, 2005). O que igualmente impulsionou a concorrência no mercado interno, com a expansão de montadoras como a Toyota, Peugeot, Citroën, Mercedes-Benz, Renault, Honda, Hyundai, Kia, Nissan, além das já instaladas no País, GM, Ford, VW e Fiat.

Neste cenário, as principais montadoras do mundo (Ford, GM, VW e Fiat) lançaram programas de reestruturação global, integrando as operações automotivas mundiais, reduzindo o número de plataformas¹⁰ (CARVALHO, 2005; 2008). A ideia de plataforma flexível logrou êxito a partir do desenvolvimento dos veículos de pequeno porte. A estratégia das montadoras, além de reduzir os custos da produção veicular no Brasil, de igual modo, dinamizou sua produção através da junção da pesquisa e desenvolvimento (P&D) integrado entre a matriz e afiliadas, como na adaptação do motor 1.0 para a América Latina (CARVALHO, 2005; ALMEIDA et al, 2006).

O crescimento das montadoras é acompanhado de uma maior complexificação na fabricação dos automóveis, que desde a década de noventa (90) expande a utilização de sistemas e componentes eletrônicos em quase todas as funções mecânicas e elétricas. Assim, houve o crescente uso da eletrônica embarcada¹¹ (On-board electronics), na qual tem por objetivo fornecer um sistema inteligente e integrado, dando a sensação de uma única unidade de controle, algo semelhante ao cérebro humano (GUIMARÃES, 2006). O acionamento de saídas e entradas são comandados pela chamada ECU (Electronic Control Unit) onde são encontrados o Hardware e o Software que realizam as leituras das entradas, o processamento e a atuação das saídas. A ECU recebe todos os sinais de entrada (como os sensores e chaves de comando), os processa e realiza o comando para as respectivas saídas de controle do sistema (como as válvulas e relés) (GUIMARÃES, 2006).

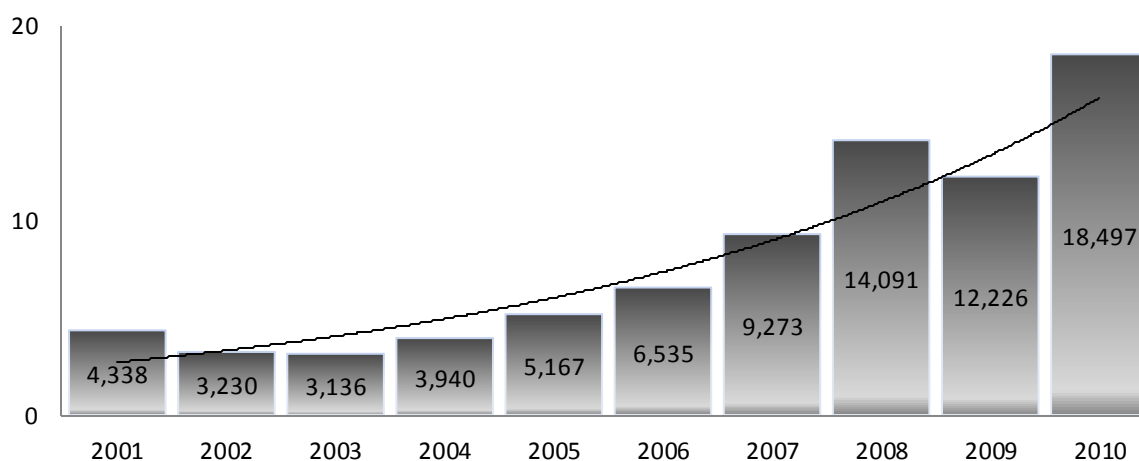
Conforme avaliam Almeida et al (2006), embora muitas montadoras tenham investido e realizado esforços para o desenvolvimento de P&D nas subsidiárias, as

¹⁰ Plataformas são as ferramentas utilizadas na composição de um veículo, assim boa parte das peças usadas na manutenção de um veículo pode ser usada em outro. Exemplos de plataformas similares entre montadoras diferentes, Apollo – VW e Verona – Ford, plataforma similar em uma mesma montadora Fiat Brava e Marea, Fiat Palio e Siena.

¹¹ Sistemas que compõem a eletrônica embarcada: Injeção eletrônica, freios ABS, ignição eletrônica, sistemas de conforto e segurança (sensores de ré, alarme, rastreamento do veículo, tranca de portas).

atividades de registros, patentes e inovações tecnológicas são concentradas nas matrizes situadas nos países desenvolvidos. Tal fator diminui a autonomia das subsidiárias em desenvolver e produzir componentes com maior valor agregado, sendo estes em boa parte importados das matrizes. Esta estratégia globalizada é conhecida como *global sourcing*, comum no comércio intra-firma, na qual integra as afiliadas a uma rede mundial de atividades e alianças, onde se compra bens ou serviços de qualquer lugar no mundo (ALMEIDA et al, 2006).

GRÁFICO 1: Importações de alta e media-alta intensidade no setor automotivo brasileiro entre 2001 – 2010 em US\$ milhões FOB.



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Secex, 2010).

A razão apontada para o crescimento das importações com maior valor agregado decorre da taxa de câmbio apreciada (a um patamar de US\$ 2,00 para R\$ 1,00), e da ausência de barreiras tarifárias relevantes (ALMEIDA et al, 2006). Fatores que não criam incentivos para as matrizes fomentarem a fabricação destes componentes em suas subsidiárias locais. Uma vez que, é bem mais vantajoso importar (sob estas condições), do que criar um aparato autônomo de P&D local, e com isso a necessidade de capacitação profissional, despesas de patrimônio e descentralização completa das atividades regionais (SINDIPEÇAS, 2013). Este cenário se agrava à medida que fabricantes de auto - peças oriundas da China estão ganhando competitividade internacional, com incorporação de alta tecnologia em seus componentes, lembrando que a mão-de-obra barata é uma vantagem

comparativa dos produtos chineses¹² (ALMEIDA et al, 2006; SINDIPEÇAS, 2013). Tais elementos estimulam as importações, lembrando que a China, até 2013, era o quarto maior (4º) destino das importações do setor no País, o que dificulta no longo prazo uma tendência à incorporação de maior conteúdo tecnológico na produção nacional¹³.

1.3.2 Média-alta intensidade tecnológica: o caso da indústria de cosméticos no Brasil

A indústria de cosméticos apresenta alto teor de diversificação e heterogeneidade na produção. Segundo a regulamentação da ANVISA¹⁴, são considerados itens dessa cadeia produtiva: cremes para pele, loções, talcos e sprays, perfumes, batons, esmaltes de unha, maquiagem facial e para os olhos, tinturas para cabelos, líquidos para permanente, desodorantes, produtos infantis, óleos e espumas de banho, soluções para higiene bucal, bem como qualquer material usado como componente de produtos cosméticos (GARCIA e FURTADO, 2002). Neste sentido, a noção de cosméticos envolve a transformação de produtos a serem utilizados no exterior do corpo humano. Por esse motivo o setor envolve a pesquisa entre áreas distintas (saúde, administração e transformação), haja vista que, são necessários o P&D correspondente às áreas da medicina, farmácia e química, pois a produção envolve a manipulação e testes de matérias - primas sintéticas, minerais e de extratos botânicos (GARCIA e FURTADO, 2002).

O interesse de abordar o setor decorre de seu alto percentual de dinamismo na economia brasileira, salientando que o País é o terceiro (3º) maior consumidor de cosméticos no mundo, gerando a movimentação financeira de 43 bilhões de dólares ao ano (ABIHPEC, 2013). Não obstante, a referida atividade no Brasil apresenta um alto índice de internacionalização, com a presença intensa de grandes cadeias globais do setor, tais como, L'Oréal, Unilever, Colgate-Palmolive, Procter e Gamble (P&G), Avon, Johnson e Johnson, dentre outras. Estas empresas/grupos introduzem seus ativos¹⁵ no País sob a forma de exportações de bens de consumo,

¹² Abordaremos na última seção este fato em específico.

¹³ Segundo o Sindipeças (2013) na fabricação de um automóvel somente 60% dos componentes são de conteúdo local.

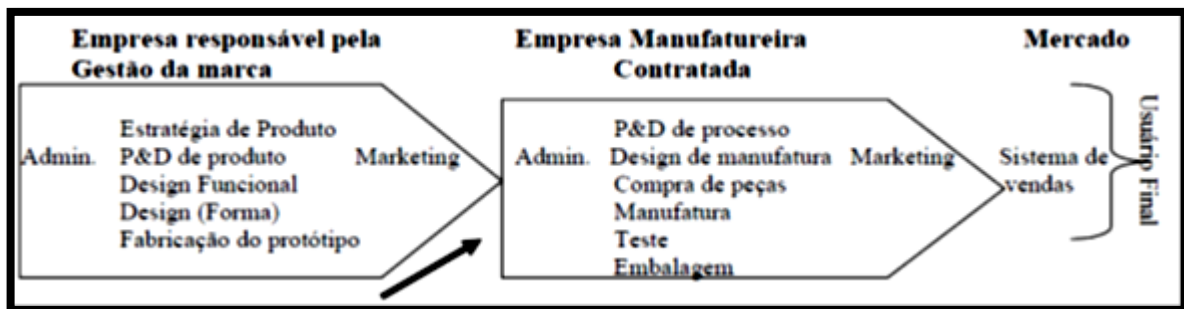
¹⁴ Agência Nacional de Vigilância Sanitária – n.79, Anexo I, 2000.

¹⁵ Ativos significam o montante de bens que a empresa possui, este pode ser patrimonial, ações e títulos, investimento financeiro, equipamentos, tecnologias, segredos industriais, patentes e a própria marca, que no caso das multinacionais é um dos ativos mais valiosos, podendo ser licenciado a filiais.

licenciamento de seus ativos (marca e patentes), investimento direto externo (IED) e em P&D na descoberta de novas fontes de matéria-prima (GARCIA, 2005).

Da mesma forma que a indústria automotiva, a indústria de cosméticos reestruturou sua produção a partir da abertura econômica de países como Brasil e Argentina, grandes mercados consumidores. No entanto, a reformulação das práticas administrativas das grandes empresas deste setor fora no sentido de descentralizar a produção, organizando suas práticas em redes modulares, conferindo maior autonomia às afiliadas regionais (GARCIA, 2005). Entretanto, o P&D dos produtos com maior valor agregado permaneceu centralizado nos países desenvolvidos (FRANCISCHINI e GARCIA, 2004; GARCIA, 2005).

GRÁFICO 2: Demonstrativo de organização empresarial em Rede Modular.



Fonte: Francischini e Garcia (2004)

Mesmo levando em consideração o modelo de gestão global adotado pelas principais empresas do ramo, onde os laboratórios afiliados são utilizados apenas para a adaptação desses produtos ao mercado em que vão atuar, em decorrência dos distintos efeitos climáticos (FRANCISCHINI e GARCIA, 2004). Francischini e Gracia (2004) sublinham que o segmento preponderantemente produzido no País é o de higiene pessoal, que atendem não somente o Brasil, bem como, os países da América do Sul. É possível considerar, que a descentralização da produção não alterou significativamente a relevância em termos tecnológicos dos produtos manufaturados no Brasil. Isto dito, com base na composição da pauta exportadora do setor, onde se denota a presença de produtos oriundos de bases técnicas com baixa inserção tecnológica, que se caracterizam pela manipulação de fórmulas relativamente simples (ABIHPEC, 2012)¹⁶.

¹⁶ A composição das exportações brasileiras em 2010 fora composta pelos seguintes produtos: 20,7% higiene oral, 19,3 sabonetes, 8,9 desodorantes, 25,6 produtos para os cabelos, 8,7 descartáveis e 16,8 itens variados.

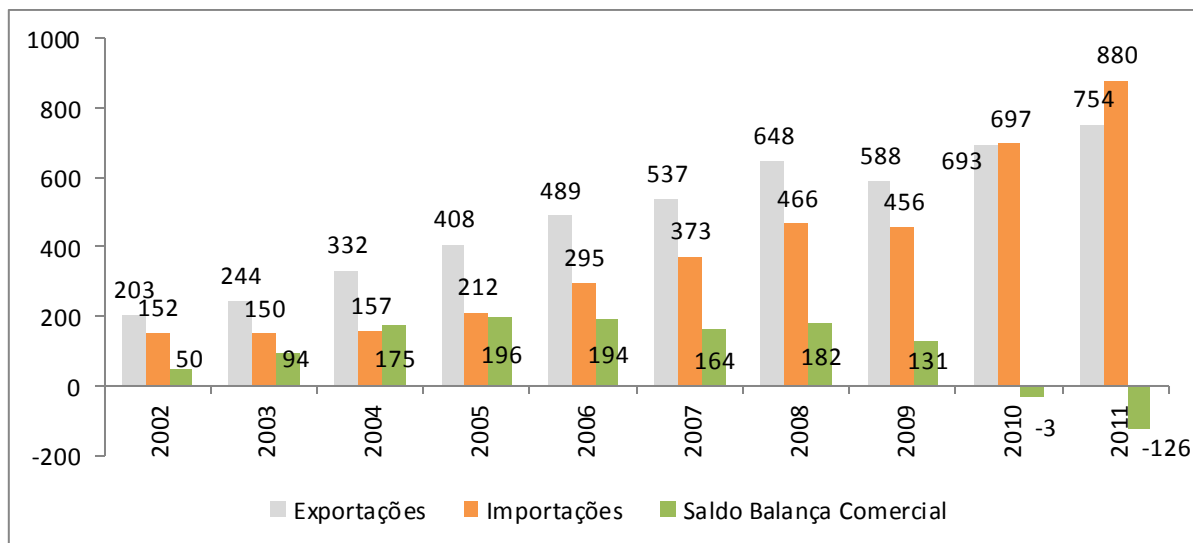
Conforme Silva (2006), em 2001 fora firmado um convênio de cooperação entre a ABIHPEC e a APEX-Brasil¹⁷, o que possibilitou a organização do setor em diversas ações, desde feiras à missões empresariais dos representantes do setor no exterior. Assim, a coordenação entre sociedade civil e governo possibilitou à atividade um crescimento de 120% nas vendas (de US\$ 191 mi para US\$ 407 mi), ao passo que as importações diminuíram 4% ao ano (SILVA, 2006). Ademais, as práticas coordenadas das esferas institucionais mencionadas, tornou possível a exportação dos cosméticos nacionais para mais de 120 países em 2001, sendo a América do Sul o principal destino das exportações brasileiras (GARCIA, 2005; ABIHPEC, 2012). Todavia, conforme ABIHPEC (2012), as exportações cresceram 240% entre 2001-2011, ao passo que as importações se elevaram em 340% no mesmo período. Conforme sustenta Silva (2006), as políticas macroeconômicas motivaram a valorização do câmbio, o que desacelerou o setor estimulando as importações¹⁸, segue trecho que ratifica o disposto.

Agora, tenho a nítida sensação de que a regra mudou no meio do jogo. Todas as ações tomadas pelo governo visam resultados de curto prazo. As estratégias comerciais estão sendo abandonadas. As taxas de câmbio desfavoráveis, com a crescente valorização do real em relação ao dólar, fizeram com que o Brasil ficasse caro. A construção de parcerias é uma via de mão dupla: levamos cinco anos de muito esforço para ganhar a confiança de compradores e consumidores internacionais. É complicado dizer agora para o cliente que não podemos mais vender porque não temos preço. O Brasil já mostrou ao mundo que é competente, que cumpre prazos, que honra compromissos. Mas para o mercado externo, pode ficar a triste impressão de que não somos sérios, mas irresponsáveis, inconsequentes e amadores. Se tivéssemos um projeto de políticas constantes, hoje estaríamos discutindo o Brasil de 2015, de 2020, e nos preparando para encarar uma nova era. (SILVA, 2006).

¹⁷ Agência de Promoção de Exportações e Investimentos.

¹⁸ O Brasil É o sexto (6º) maior parque têxtil do mundo (MARIUZZO, 2007). Tais fatores não impediram o crescimento nas importações do setor que até 2007 registrava um déficit na balança comercial de US\$ 60 milhões. Segundo Sylvio Napoli (Departamento de Infraestrutura e Capacitação Tecnológica da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - Abit), as razões para a desaceleração do setor decorrem das importações de produtos chineses, que possuem um parque tecnológico moderno e mão-de-obra barata. Entretanto, conforme Napoli o câmbio elevado favorece este cenário de desestímulo ao setor: “O fator que mais influenciou este resultado foi a taxa de câmbio totalmente desfavorável ao setor: os produtos importados ficaram baratos e os brasileiros perderam competitividade devido à valorização do real” (MARIUZZO, 2007, p.2).

GRÁFICO 3: Balança comercial dos produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, entre 2002-2011, em milhões de US\$.



Fonte: ABIHPEC (2012).

Sendo assim, os grandes conglomerados do setor, tais como, Unilever, P&G, Johnson e Johnson, L'Oréal, Colgate-Palmolive e Avon, elevaram seus percentuais de lucros e vendas. Em alguns casos, os conglomerados em conjunto monopolizam determinadas atividades, adquirindo empresas nacionais concorrentes, como os casos da Kolynos creme dental, adquirida pela Colgate, e dos esmaltes Colorama, adquiridos pela L'Oréal (Garcia, 2005). As razões apontadas para o predomínio de multinacionais neste setor, além do câmbio favorável, consistem na valorização dos ativos comerciais (marca), com estratégias de fortalecimento destes ativos e na viabilização de canais de comercialização e distribuição dos produtos (FRANCISCHINI e GARCIA, 2004).

Neste cenário, que reúne condições macroeconômicas desfavoráveis, na qual torna mais acessível produtos importados associados a grandes marcas globais, com estratégias e P&D globais. Avaliam Francischini e Garcia (2004) e Silva (2006), que estas barreiras impedem que as pequenas e médias empresas do setor cresçam, ainda que estas detenham capacidade técnica na manipulação de fórmulas, torna-se inviável a concorrência e a construção de canais de comercialização de marcas próprias.

Dentre as empresas brasileiras com capacidade competitiva e marcas estabelecidas no mercado interno, estão a Botica Comercial Farmacêutica S.A. (O Boticário) e a Natura Cosméticos S/A. Lembrando que estas surgiram a partir de

farmácias de manipulação e laboratórios pequenos. Contudo, Boticário e Natura possuem competitividade acentuada especialmente na linha de perfumarias. Não obstante, neste caso, a Natura constitui-se um caso a parte, haja vista, que esta se transformou na maior empresa brasileira nesta atividade, com um dos mais valiosos ativos do segmento, sendo a segunda maior empresa no Brasil em vendas do setor entre 2002-2011 (EXAME, 2013). Segundo Borges e Herreros (2011), o fator determinante que tornou a empresa em modelo de gestão, fora a incorporação do *green bussines* como marketing tanto na fabricação de seus produtos, que majoritariamente são de origem botânica, como das ações em prol da sustentabilidade. Tais estratégias propiciaram à empresa a conquista de um mercado pouco explorado pelas multinacionais do setor (BORGES e HERREROS, 2011).

1.4. Baixa e média-baixa intensidade tecnológica: O avanço e a importância das *commodities* na produção nacional

O processo de abertura econômica trouxe consigo uma nova forma de atuação da indústria de transformação no Brasil, e igualmente promoveu o crescimento da importância dos produtos primários do País no cenário internacional. Desse modo, com a alteração da Resolução nº 63, de 1967, na qual regulamentava que os investimentos externos deveriam ser repassados para a indústria, comércio e serviços, em seu lugar as Resoluções nº 2.148, 2.170 e 2.312 de 1996 criaram três novas modalidades de repasses externos, incluindo os setores agropecuário e exportador (PRATES e FREITAS, 2001). Estas medidas realçaram uma nova perspectiva do investimento externo para com o potencial de mercado e da produção das *commodities* brasileiras.

Assim, a inserção estrangeira que data a década de quarenta (40) no País baseava-se no investimento em setores de ponta (SERRA, 1982). A partir da década de noventa (90) o investimento externo passa a conferir importância a um setor marginalizado das estratégias de desenvolvimento efetuadas no passado, a saber, a agricultura (SERRA, 1982; BENNETI, 2006). Além disso, os investimentos externos são percebidos em áreas em que o Estado detinha o monopólio da extração e processamento, tais como, o petróleo e os minérios.

Antes de qualquer coisa, é salutar estabelecer uma tipologia para classificar os diversos tipos de *commodities*. Segundo Jank e Nakahodo (2006), são *commodities* produtos padronizados e não-diferenciados, onde a cotação de preços é formada nas bolsas de valores do próprio país ou no exterior. A garantia de sucesso na comercialização destas no cenário internacional dependerá das vantagens comparativas que dado país dispõe em relação aos outros, o que diretamente pressionará os preços para baixo devido à relação de custos no processo de extração, produção ou fabricação de dada *commodity*.

Do mesmo modo, as *commodities* são classificadas de distintas maneiras, a saber, são *commodities* brutas de origem agropecuária: algodão, amendoim, cereais (arroz, milho, trigo, cevada), oleaginosas, bananas, borracha, cacau, café, madeira cortada. As *commodities* brutas do setor de mineração são: carvão, gás natural, minério de ferro e petróleo (JANK e NAKAHODO, 2006). Diferentemente, *commodities* semi-processadas e processadas podem ter origem tanto na produção agrícola e agropecuária, como na mineração. Porém, estas apresentam algum nível de valor agregado, o que exige equipamentos, máquinas industriais para seleção e processamento, além de mão-de-obra especializada. O resultado será o fornecimento de um produto mais acabado ao consumidor, tais como, arroz beneficiado, farelos em geral, óleo de soja, açúcar, fios de algodão, carnes (bovina, suína e aves), madeira, celulose, suco de laranja concentrado e congelado, produtos do refino do petróleo, alumínio, ferro/aço, cobre produtos direcionados à construção civil (JANK e NAKAHODO, 2006).

Dessa forma, os principais setores que lograram crescimento de 1999-2010 foram os setores graneleiro e de extrativas, que obtiveram um aumento expressivo nas exportações no respectivo período. Algumas explicações são alçadas na tentativa de explicar o crescimento dos segmentos em questão. Sendo assim, abordaremos os principais fatores que influenciaram a performance de duas das principais *commodities* da pauta exportadora brasileira: soja e minério de ferro.

1.4.1 Commodities agrícolas: o caso da Soja

Em relação ao crescimento do *agrobussines* no Brasil, segundo Benneti (2004; 2006), desde a abertura econômica houve um crescimento da internacionalização do agronegócio brasileiro, tanto na aquisição patrimonial, quanto

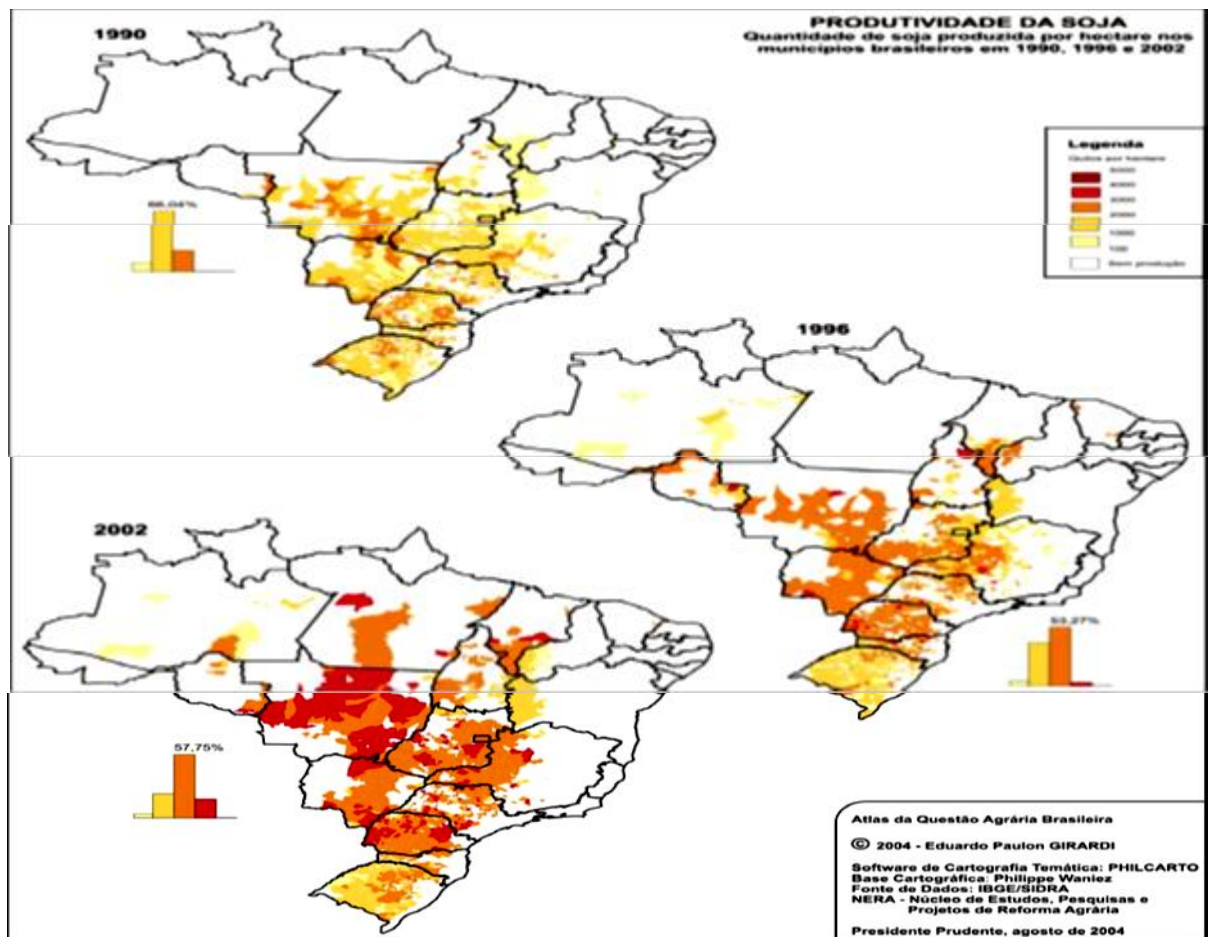
na hegemonização de cadeias produtivas, por parte de grandes grupos estrangeiros (investidores e multinacionais). Os indicadores apontados para este fenômeno repousam sobre as potencialidades em relação ao solo, cadeias produtivas instaladas, mercado interno extenso e a crescente demanda internacional. Entretanto, fatores endógenos favoreceram a internacionalização do *agrobussines* nacional, isto é, a precária situação das empresas nacionais, o que possibilitou as empresas externas à compra desvalorizada de ativos financeiros associados a grandes marcas no mercado interno (BENNETI, 2006). Outro fator importante, diz respeito à exploração competitiva do cerrado brasileiro, que no ano de 2004 já estava com cerca de 60% de sua área agricultável explorada, sobretudo pelo setor graneleiro, com destaque para a soja (GIRARDI e FERNANDES, 2004).

Por conseguinte, é importante trazer à baila, que ao lado da inserção do capital externo na agroindústria, igualmente ampliou-se o percentual tecnológico atribuído às atividades. Por exemplo, o setor de biotecnologia que realiza pesquisas em alterações genéticas em sementes transgênicas, promove a melhoria na qualidade do processamento da soja, e no setor de biocombustíveis. Consoante, Jank e Nakahodo (2006) atribuem o mesmo fator para explicar o ganho em competitividade das carnes brasileiras (bovina, suínas e aves), especialmente os investimentos em tecnologias tropicais, que se referem a novas técnicas de cruzamentos industriais, melhoria nas pastagens e rações, confinamentos e manejo zootécnico. Tais fatores impulsionaram o setor que entre os anos de 1999-2006 cresceu 31% a.a. em volume de exportação, crescimento dez (10) vezes superior ao da média mundial, aproximadamente (ABEG, 2012). Neste sentido, o ganho tecnológico e produtivo inseriu as *commodities* brasileiras no mapa do comércio internacional, alterando a composição da pauta exportadora como reflexo de um novo ciclo produtivo que se inicia na década noventa (90), e que será aprofundado durante os anos 2000.

Para dar relevo ao exposto, utilizamos o exemplo do setor graneleiro, que igualmente ampliou sua produção e exportação entre 1996-2010, mesmo em concorrência com países como Argentina, onde as tarifas são menores e o processo de moagem da soja está mais avançado (JANK e NAKAHODO, 2006). O que garante a indústria argentina maior competitividade em *commodities* processadas oriundas da soja, tais como, farelo e óleo de soja. Mesmo assim, as exportações brasileiras do produto cresceram mais do que o dobro do mundo (JANK e

NAKAHODO, 2006). Dentre todos os grãos cultivados no País (arroz, feijão, amendoim, milho, café entre outros), o que possui maior destaque em termos de produtividade e exportação é a soja, correspondendo a 49% da área plantada em grãos no Brasil (MAPA, 2012).

GRÁFICO 4: Produtividade da Soja no Brasil entre 1990-2002.



Fonte: Girardi e Fernandes (2004).

Legenda Gráfico 4: Quilos por Hectare.

	5.000		2.000
	4.000		1.000
	3.000		Sem produção

Segundo Girardi e Fernandes (2004), o aumento da produção do grão promoveu uma expansão na área utilizada para o cultivo, alterando as relações de produção familiar e do espaço geográfico brasileiro. A ampliação do plantio estende-se a todas as regiões, com uma tendência de aumento nas regiões Norte e Nordeste. Consoante, Ojeda (2012) demonstra que o avanço do plantio de grãos impactou negativamente o crescimento dos assentamentos da reforma agrária.

Como é possível perceber verificar no gráfico acima, os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná são os maiores produtores da soja brasileira. O avanço no plantio deve-se ao fato da inserção e fomento de pesquisas realizadas pela Embrapa, que em parceria com centros privados de pesquisa possibilitaram também o incremento da produtividade média por hectare, atingindo os maiores índices mundiais (MAPA, 2012). O Brasil é um dos principais produtores da leguminosa no mundo, até o ano de 2005 situava-se no segundo lugar em exportação, sendo os E.U.A. o maior produtor. Os motivos da variação em torno da posição de liderança deve-se as intempéries climáticas (JANK e NAKAHODO, 2006).

TABELA 3: Evolução da safra de grãos no Brasil entre 1977-2011.

	1977	2011	Crescimento %
Produtividade Kg/Hectares	1.258	3.150	151
Produção (Milhões Toneladas)	48	154	228

Fonte: Farsul (2011).

Dessa forma, a produção nacional de soja teve um salto quantitativo do ano de 2002 (51 milhões de toneladas) para a produção de 75 milhões de toneladas no ano de 2011 (ABEG, 2012). Em menos de dez (10) anos houve um crescimento de 50% da produtividade nacional, destacando que 45% da soja brasileira tem como destino a exportação (ABEG, 2012). Dentre os principais compradores do Brasil, estão a China, Japão, Países Baixos, Alemanha, Espanha, França, Itália, Arábia Saudita, Irã e Tailândia.

Outra questão não menos importante, diz respeito à transformação da soja, onde o Brasil produz óleo combustível, além do biodiesel e farelos proteico para a criação do gado, que remete a qualidade da carne e da bacia leiteira brasileira. Haja vista, que o farelo de soja brasileiro possui alto teor de proteína e padrão de qualidade Premium, o que permite sua entrada em mercados extremamente exigentes como os da União Europeia e do Japão (MAPA, 2012).

1.4.2 Commodities extrativas e minerais: o caso do Minério de Ferro

O Brasil igualmente a produção no *agrobussines* vem alcançando espaço significativo no setor de extração mineral, minerais metálicos e não metálicos,

produtos de metal e metalurgia (DE PAULA e MEYER, 2009). A produção do setor de extrativas que contabilizava US\$ 7 Bi a.a. em 2000, em 2011 deu um salto de rentabilidade para cerca de US\$ 50 Bi a.a.. Os fatores explicativos para esse acréscimo na produtividade estão atrelados ao crescente processo de urbanização interno e externo, tendo a China como principal parceiro comercial e demandante de matérias-primas para a construção civil (DE PAULA e MEYER, 2009; IBRAM, 2011).

A China é o maior importador no mundo do minério de ferro, com importação média do mercado brasileiro de 75 a 90 milhões de toneladas anualmente, número expressivo, mas que se comparado às importações chinesas do mesmo minério com a Austrália¹⁹ (190 toneladas a.a.), é possível perceber que há ainda um grande mercado a ser conquistado. Estima-se que no decorrer da próxima década (2010 em diante), 350 milhões de chineses migrarão do campo para as cidades. O crescimento da demanda chinesa é igualmente o maior motivo da alta cotação do minério, que em 2000 era comercializado a US\$ 20 a tonelada, atingindo a soma de US\$ 140 a tonelada em 2010²⁰.

O ferro é o principal minério extraído pelo País, e com maior rentabilidade. O Brasil²¹ é o segundo maior produtor de minério de ferro no mundo, com extração média de 300 a 370 milhões de toneladas a.a., o equivalente a 16% do total mundial (2,3 bilhões de toneladas) (IBRAM, 2010). Segundo relatório do IBRAM (2011), as reservas estimadas no Brasil alcançam 29 bilhões de toneladas, situando o País em quarto lugar (4º) em relação às reservas mundiais, que somam mais de 160 bilhões de toneladas. O que aumenta o potencial competitivo da *commodity*, pois segundo levantamento realizado pelos Estudos do Banco Credit Suisse²², demonstra-se que nos próximos anos haverá um déficit de mais de 90 milhões de toneladas de minério de ferro.

Outro fator pode ser levantado para corroborar as perspectivas de alta competitividade desta item, isto é, há três lugares no mundo em que as reservas do metal são abundantes: Austrália, África e Brasil. No entanto, na Austrália praticamente todas as jazidas são exploradas, o que confere um limite e previsibilidade a produção australiana (IBRAM, 2010). Na África, a ausência de

¹⁹ FOLHA DE S.PAULO (2012)

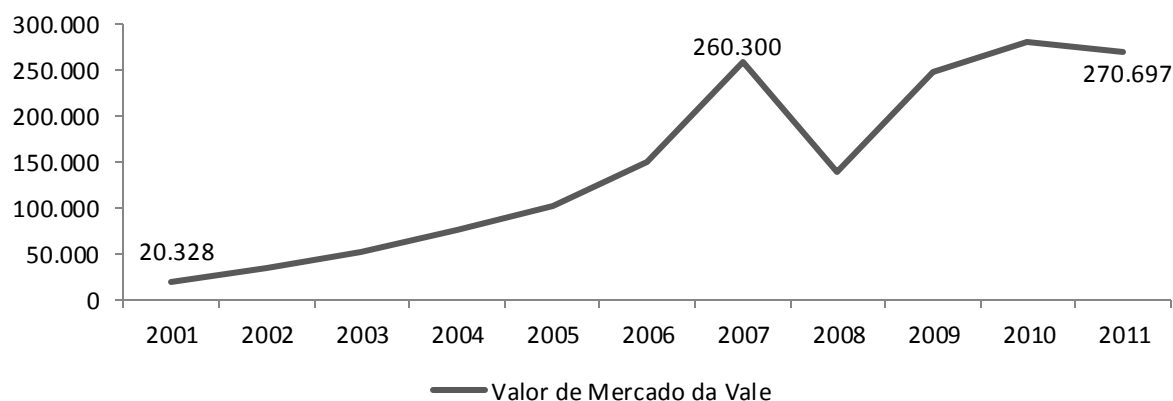
²⁰ ESTADÃO (2010)

²¹ Os principais estados brasileiros em exploração mineral são: Minas Gerais 48%, Pará 28%, Goiás 5% e São Paulo 4%. Dentre os minerais extraídos no Brasil estão: minério de ferro, níquel, manganês, alumínio, cobre, zinco, estanho, cromo, ouro, bauxita e silício.

²² ADHOC - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA (2013)

infraestrutura, a instabilidade política e econômica freiam a segurança de investimentos externos. Sendo assim, o Brasil é o único lugar onde há minas de grande porte, produto de alta qualidade disponíveis²³, e um ambiente econômico e político estável.

GRÁFICO 5: Evolução no valor de mercado da Vale, entre 2001-2011, em bilhões de US\$.



Fonte: Cury (2011)

Por fim, é preciso ressaltar que a maior parte dos recursos da mineração brasileira advém do setor privado, com investimento médio de US\$ 13 Bi a.a., dentre as maiores empresas produtoras no Brasil estão: VALE (81,7%), SAMARCO (6,6%) CSN (2,9%), MMX (1,03%), NAMISA (0,9%) e outros (6,8%) (IBRAM, 2011). Entretanto, diferentemente das cadeias produtivas do *agrobussines*, o investimento em extração e produção nacional, não se reflete igualmente em matéria de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novas tecnologias para o setor, países como Peru e Chile investem mais que o Brasil nesta área (IBRAM, 2010).

1.5 Doença holandesa: uma abordagem das vantagens comparativas

O termo doença holandesa ganhou notoriedade acadêmica ao referir-se a uma falha de mercado, pois em meados dos anos sessenta (60), a descoberta de gás natural na Holanda aumentou as exportações deste produto. Como consequência do volume exportado registrou-se a entrada massiva de divisas estrangeiras, o que apreciou o valor do Florim em relação ao dólar. Em longo prazo, esta tendência derrubou outros setores da indústria holandesa, que não mais

²³ ESTADÃO (2010) IDEM.

possuíam vantagens comparativas para a exportação e produção, fazendo com que os demais setores, inclusive com maior teor tecnológico, perdessem competitividade internacional (MARCONI e ROCHA, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2007b). Este fenômeno é visto como uma falha de mercado ao representar um desequilíbrio estrutural, isto é, “faz com que a taxa de câmbio esteja equilibrada ao custo marginal dos bens que usam recursos naturais baratos em comparação ao preço internacional, tornando não rentáveis indústrias com alto valor adicionado” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 120).

Neste sentido, o fenômeno se apresenta em países que dispõem de rendas ricardianas, isto é, recursos naturais e humanos em abundância. Devido ao baixo custo destes recursos, seja na forma de extração, cultivo, salários e produção, correlacionados ao fato de serem produzidos ou existirem em abundância, os mesmos pressionam a taxa de câmbio para baixo (em termos nominais e reais), por dois motivos. Primeiramente, para tornar a exportação deste bem (ou o resultado dele no caso da mão-de-obra), competitiva no cenário internacional; e em seguida, pressiona novamente o câmbio para baixo por conta da crescente entrada de divisas estrangeiras (em decorrência das exportações e do IED nestes setores), sendo estes dois pontos possíveis de serem administrados, conforme será abordado adiante (BRESSER-PEREIRA, 2007 a-b; MARCONI e ROCHA, 2011; PALMA, 2005).

A discussão até o presente momento permite tornar claro o conceito de doença holandesa. Tendo em vista, que o mesmo não necessariamente remete ao conceito de desindustrialização, mas de desindustrialização precoce (OREIRO e FEIJÓ, 2010). O que equivale a dizer, que apesar da desindustrialização verificada por intermédio da reprimarização da produção ser um dos principais indicadores do fenômeno, esta regra não é geral. O fenômeno pode ser verificado em países com alto percentual de industrialização. Haja vista, que a doença holandesa não é registrada pelo *quantum* produzido, mas pela perda de importância de setores com alta intensidade tecnológica, por conta de fatores macroeconômicos relativos à taxa de câmbio (OREIRO e FEIJÓ, 2010).

Para tornar mais claro o exposto, é preciso apresentar os dois principais indicadores do fenômeno²⁴. O primeiro deles refere-se ao sintoma mais

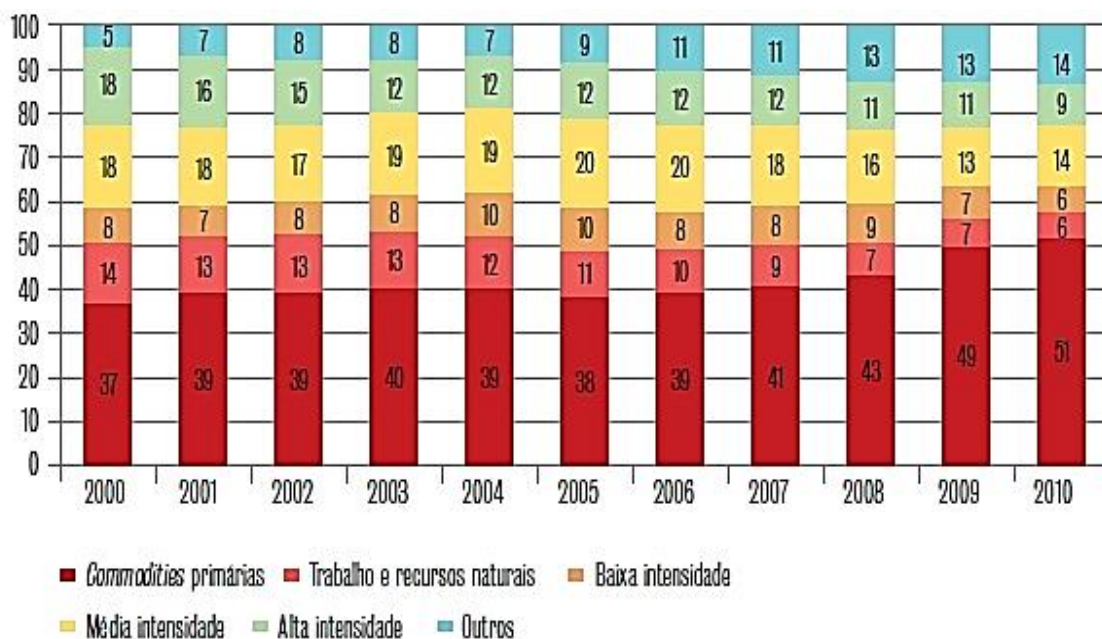
²⁴ Há um terceiro indicador que refere-se à mão-de-obra barata, relativamente especializada e em abundância. O exemplo mais comumente empregado para salientar este caso de doença holandesa

característico das economias da América do Sul, isto é, a existência de recursos naturais em abundância, tais como, minerais, petróleo e extensas áreas agricultáveis. A tendência registrada à “*commoditização*” da produção em países como Brasil, Argentina e Uruguai ganhou proporções preocupantes na última década (2000-2010) (PALMA, 2005). Conforme sublinha Palma (2005, p. 20), estes mesmos países constavam entre os mais industrializados da região até a década de setenta (70), todavia, a partir da década de noventa (90) apresentam os mais elevados índices de desindustrialização.

Dessa forma, a seção anterior, teve como objetivo demonstrar através dos dados à elevação da produção de *commodities* agrícolas e minerais nos últimos dez anos. Por intermédio dos três indicadores utilizados, os quais versaram sobre o crescimento dos setores, rentabilidade e perspectiva de crescimento futuro, caracterizou-se os motivos de expansão das principais cadeias do agronegócio e de extração. Diante deste cenário, fora possível apreender que o câmbio valorizado propiciou às cadeias crescimento no longo prazo. Neste sentido, se tomarmos como base o índice de participação das *commodities* primárias no volume total das exportações brasileiras, os dados registram uma participação estacionária e oscilante entre os 40% nos anos noventa (90) (NASSIF, 2011), com um aumento de 10% em 2010, chegando ao patamar de 51% do total da pauta exportadora. Ao analisar o gráfico abaixo, denota-se que em 2010 a participação de *commodities* primárias e produtos oriundos de *commodities* processadas (Baixa IT) correspondem a 71% das exportações. Inversamente, os produtos com alto valor agregado entre 2000-2010 caíram pela metade, ou seja, de 18% para 9% da pauta exportadora.

é a China. Este elemento explica a transição de muitas empresas multinacionais, que migraram para a China para produzir com alto teor tecnológico a um custo mais barato. Por esses motivos, torna-se cada vez mais difícil para economias como a brasileira competirem com os produtos chineses. Contudo, para a China manter essa vantagem comparativa, os sintomas da doença holandesa apresentam o lado perverso da manutenção da mão-de-obra a níveis salariais muito inferiores ao restante da média mundial (Bresser-Pereira, 2007 a-b).

GRÁFICO 6: Participação dos diferentes grupos de produtos, segundo intensidade tecnológica nas exportações brasileiras entre 2000-2010 (%).



Fonte: Revista desafios do desenvolvimento - IPEA. Edição 66, ano 8, 2011.

Segundo Negri e Alvarenga (2011), por conta do câmbio valorizado, o Brasil perdeu *market share*²⁵ em todos os produtos, menos nas *commodities* primárias e outros (inclui petróleo). Conforme avaliam os autores, o aprofundamento das tendências verificadas é de fato motivo de preocupação, pois a imensa demanda externa pode provocar um protagonismo em matéria de investimentos ainda maior em *commodities* primárias e de setores tradicionais (como mineração, petróleo, alimentos e metalurgia básica) da estrutura produtiva (NEGRI e ALVARENGA, 2011).

De forma análoga, Oreiro e Feijó (2010) salientam a necessidade de não confundir o processo de desindustrialização europeia, com a latino-americana. A desindustrialização europeia ocorrida em meados dos anos setenta (70) direcionou a escala produtiva dos principais países à confecção de tecnologias com alto valor agregado (tais como, softwares, robótica, tecnologias da informação etc.), além disso, fomentou o crescimento do setor de serviços (PALMA, 2005). Inversamente, a “América Latina passou por esse processo de desindustrialização em meados dos anos noventa (90), coincidindo com a implementação das políticas associadas ao consenso de Washington” (OREIRO e FEIJÓ, 2010, p.220). Não obstante, diferentemente da Europa, o continente ingressou em um processo de regressão de

²⁵ O termo significa: Participação do País nas exportações mundiais, por categorias.

suas plantas industriais com significativa perda do teor tecnológico em sua produção, passando a se especializar na exportação de *commodities*.

Apesar do crescimento do setor de serviços na América Latina, por exemplo, no Brasil representa 45% da geração da renda interna. Palma (2005) refuta a ideia que compara esses dois processos de desindustrialização, por conta do crescimento do setor de serviços. Segundo Palma (2005), esse fenômeno ocorre quando a renda per capita gerada pela produção industrial é insuficiente para atender a demanda interna, com isso, a mão-de-obra se desloca para atividades com renda per capita maior. Nos países da América Latina, o setor de serviços opera com renda per capita orbitando na média gerada pelo setor industrial, além disso, concentra-se em atividades com baixo grau de valor adicionado, tais como, comércio e manutenção, mormente direcionados a demanda interna (PALMA, 2005). Diferentemente da renda gerada por este setor na Europa, que envolve atividades ligadas, por exemplo, ao turismo, consultorias empresariais, financeiras, agências de notícias, desenvolvimento de *softwares* e de tecnologias da informação, sustentados em boa medida por renda externa (PALMA, 2005).

A literatura econômica denominou de “maldição” a existência em um País de recursos naturais comercializáveis, pois esse bem poderia desencadear os sintomas da doença holandesa. Palma (2005) contesta essa hipótese, para isso o autor utiliza o exemplo dos países nórdicos para apontar que a existência de recursos naturais pode impulsionar setores produtivos da indústria. Assim, o caso da Finlândia é sintomático, à medida que este País é um grande exportador de papel, madeira e celulose, sendo boa parte de seu território ocupado pelo plantio de eucalipto. Entretanto, a política macroeconômica finlandesa neutralizou os sintomas da “maldição” dos recursos naturais, fomentando políticas industriais e comerciais para promover o crescimento de atividades de manufatura com alto valor agregado, sobretudo em telecomunicações, como exemplo podemos citar a empresa de celulares Nokia (PALMA, 2005).

O diagnóstico da doença holandesa não necessariamente é acompanhado da desindustrialização através da reprimarização do processo produtivo. Muito pelo contrário, o fenômeno econômico pode se apresentar em países com altos níveis de industrialização, porém a mesma apresentará baixos índices de conteúdo tecnológico incorporado. Esta colocação introduz o segundo indicador da doença holandesa, que diz respeito à indústria maquila. Este modelo de indústria

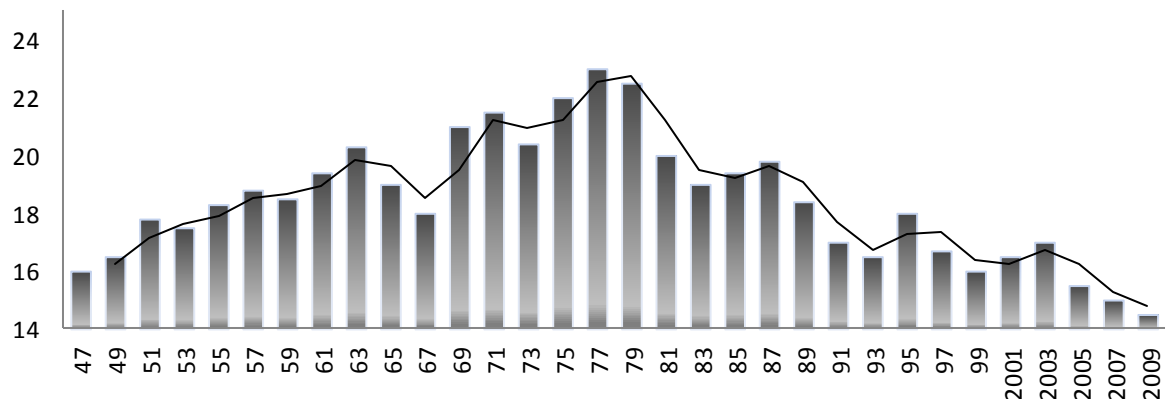
caracteriza-se pela montagem de bens importados com uso de mão-de-obra barata e pouco qualificada (PALMA, 2005).

Os exemplos expostos na seção anterior abordaram as cadeias mais dinâmicas dos setores de alta e média-alta intensidade tecnológica. Denotando os impasses que a taxa de câmbio valorizada impõe à indústria automotiva e de cosméticos, estes exemplo servem justamente para diagnosticar a presença crescente da atividade maquiladora na indústria nacional. Convém sublinhar o exemplo do setor automotivo para exemplificar a indústria maquila. Por exemplo, este processo ocorre quando na fabricação de um veículo automotivo, o País maquila, produz os itens com baixo valor agregado, tais como, borrachas para suspensão, limpadores de para-brisa, lataria etc., ao passo, que importa aqueles bens oriundos do sistema de eletrônica embarcada, que possuem alto valor agregado.

Este modelo industrial tem como caso paradigmático o México. Os fatores que introduziram o crescente processo maquila na indústria mexicana são oriundos da liberalização financeira e comercial, promovidas pelo NAFTA (PALMA, 2005). Um exemplo especial traduz o estado-da-arte da indústria mexicana. Em 2001, o México produziu 30 milhões de aparelhos de televisão, destes, 90% foram exportados para os EUA, o equivalente a 78% das importações norte-americana deste item, todavia, 98% dos insumos da indústria mexicana para a confecção destes televisores eram importados, sobretudo dos EUA (PALMA, 2005).

Segundo sustenta Bresser-Pereira (2010), este fenômeno é percebido por conta da divisão internacional do trabalho, onde multinacionais estrangeiras transferem o processo produtivo com baixo valor agregado e com mão-de-obra barata a países da periferia. Ademais, a taxa de câmbio valorizada permite as afiliadas importar produtos com maior valor adicionado a preços competitivos. No caso brasileiro, estes elementos correlacionados desestimularam a incorporação e criação de novos artefatos tecnológicos ao parque industrial. Ainda que, a demanda doméstica sustente em boa parte a produção industrial, esta produção ano após ano perde valor adicionado, demonstrando a tendência crescente à produção maquila no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2010; NEGRI e ALVARENGA, 2011; MARCONI e ROCHA, 2011).

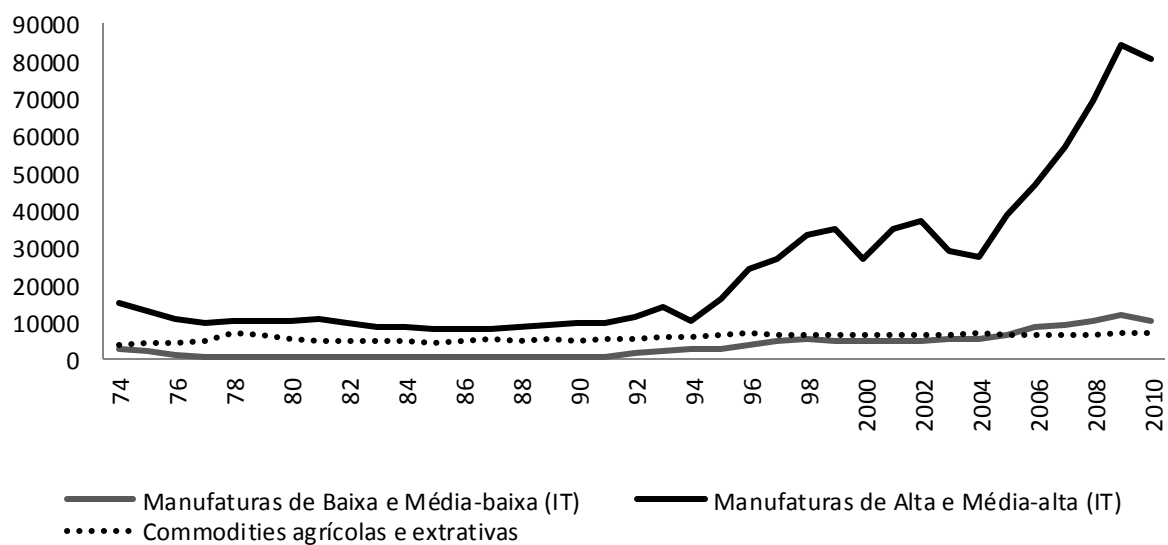
GRÁFICO 7: Participação da indústria de transformação no valor adicionado (%), entre 1947-2009.



Fonte: Marconi e Rocha (2011).

Para corroborar o exposto, é pertinente apresentar o balanço comercial entre os setores industriais. Conforme Oreiro e Feijó (2010), as *commodities* apresentam um superávit crescente, saltando de US\$ 11 Bi em 1992 para US\$ 46,5 Bi em 2007. Inversamente os manufaturados responsáveis por um superávit de US\$ 4 Bi em 1992, apresentaram um déficit de 9,8 Bi em 2007, para os manufaturados de média-alta e alta complexidade, o déficit de US\$ 0,7Bi em 1992, alcançou o patamar de US\$ 20,2 Bi em 2007. Para Oreiro e Feijó (2010), tais dados reforçam a tese de um processo de desindustrialização precoce, motivada pelo crescimento da importância das *commodities*, bem como, da igual elevação da atividade maquiladora no Brasil.

GRÁFICO 8: Importações brasileiras, segundo intensidade tecnológica entre 1974-2010 em milhões de US\$.



Fonte: Marconi e Rocha (2011).

Até o presente momento apresentou-se o conceito de doença holandesa, denotando os principais sintomas que possibilitam o diagnóstico do fenômeno em algumas economias, sobretudo a brasileira. No entanto, fora possível perceber, que o câmbio valorizado constitui-se como principal impeditivo para que economias, principalmente emergentes, revertam o quadro de suas vantagens comparativas, que apontam para as *commodities*, indústrias maquiladoras e mão-de-obra barata. E assim, alcancem condições para produzir com alto teor de tecnologia incorporada. Neste sentido, há questões suspensas até aqui, por exemplo, quais são as variáveis que determinam a taxa de câmbio? Qual a relação da política governamental com a apreciação do câmbio?

Dentre os preços que regulam a macroeconomia de um País, a saber, as taxas de câmbio, juros, inflação, salários e lucros, a taxa de câmbio²⁶ é o preço mais estratégico em relação aos outros (BRESSER-PEREIRA, 2010; 2007). Devido ao fato, de que este preço tem implicações diretas, quase imediatas na estabilidade e no desenvolvimento econômico de um País. Sendo assim, os dois primeiros preços são considerados variáveis-instrumento, podendo ser administrados pelo governo. Os três últimos preços são variáveis-resultado, não podendo ser administrados pelo governo (Bresser-Pereira, 2007). No entanto, interessa saber, que a taxa de câmbio refere-se ao preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (centavos) da moeda nacional. Por exemplo, a moeda estrangeira mais negociada no Brasil é o dólar dos Estados Unidos. Desse modo, quando a taxa de câmbio aplicada no Brasil reflete o valor de 1,80, significa que um (01) dólar dos Estados Unidos custa R\$ 1,80. A taxa de câmbio reflete, assim, o custo de uma moeda em relação à outra.

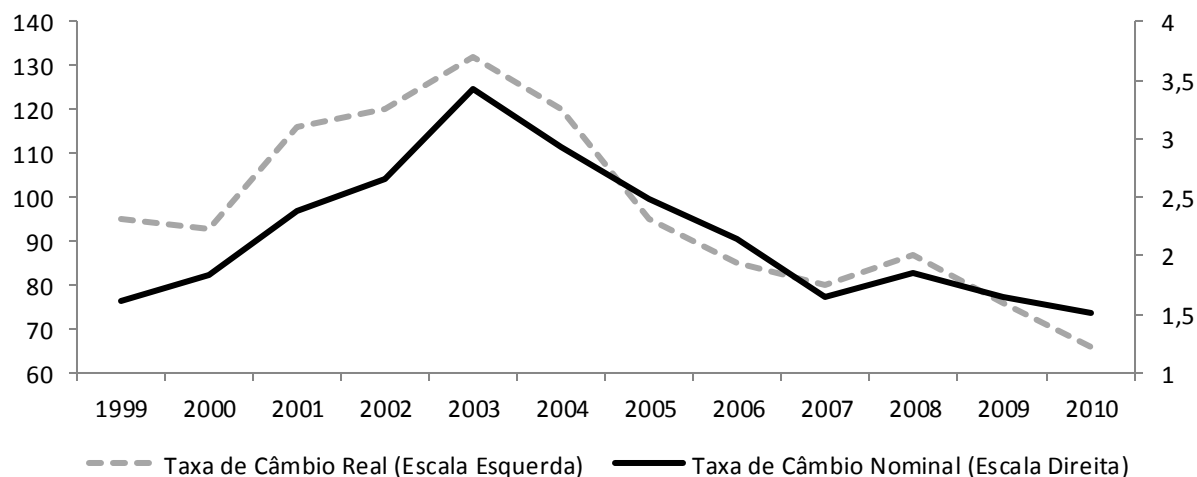
Para entender melhor a relação entre o câmbio e suas implicações no preço e na impulsão ou retração da produtividade, é possível construir dois cenários

²⁶ No Brasil existem três taxas de câmbio, a nominal, a real e a real efetiva. A primeira refere-se à relação de uma moeda em comparação a outra. Por exemplo, um (01) Real é igual ao valor de US\$ 1,80. A taxa de câmbio nominal é a divulgada diariamente através dos programas e páginas com informações econômicas. No entanto, a taxa de câmbio real (a mais utilizada nas exportações) leva em consideração o nível de preços ou a inflação doméstica, e a inflação registrada no parceiro comercial de referência. Tal fator torna o Real mais próximo do dólar, o que torna mais atrativa as importações que os bens produzidos no País. A taxa de câmbio real efetiva leva em consideração o valor do produto, o índice da taxa de câmbio real (bilateral) da moeda do Brasil em relação à moeda do país referência, além do peso relativo do país. Como este estudo consiste em discutir o impacto do câmbio apreciado na economia, para uma discussão mais aprofundada sob estas três formas de câmbio, Ver Marconi e Rocha (2011).

hipotéticos²⁷. Primeiramente, um produtor X exporta um bem com custo de R\$ 10,00, o câmbio ao valor de 1,80, irá gerar a renda de R\$ 18,00. Caso o câmbio estivesse em um patamar competitivo, segundo os analistas este valor seria em torno de R\$ 3,70 a 4,00 para uma unidade de US\$ 1,00 (OREIRO e FEIJÓ, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2010), este mesmo produtor teria uma rentabilidade de R\$ 37 a 40, pela mesma quantidade exportada. Em outro cenário, uma empresa varejista Y resolve efetuar a compra da uma linha mundialmente conhecida de perfumes, tal como, Carolina Herrera 212 MEN (50 ml), que possui o valor unitário médio de US\$ 43,00. Antes de fechar sua compra, a empresa verá a taxa de câmbio, e concluirá que o valor a ser pago por cada peça será de R\$ 77,00 (excluindo impostos). Preço de custo similar aos perfumes nacionais, caso o câmbio esteja em R\$/US\$ 1,80. Não obstante, se o câmbio estiver ao patamar de R\$/US\$ 3,70 a 4,00, o preço de custo do mesmo produto (excluindo impostos) seria entre 159,10 a 172,00, o que em termos de preço inviabilizaria a competição com os perfumes nacionais.

Conforme avaliam Oreiro e Feijó (2010), buscar administrar a taxa de câmbio deveria ser prerrogativa dos países com renda média. Os principais países que lograram o crescimento e desenvolvimento econômico durante o século XX, Japão e Alemanha, administraram o câmbio para contarem com uma taxa depreciada (BRESSER-PEREIRA, 2010). Haja vista, que as implicações do câmbio não estão restritas as relações de troca do comércio exterior, mas sua tendência a longo prazo definirá a capacidade competitiva da produção de um País no cenário internacional e doméstico (BRESSER-PEREIRA, 2010). Decerto, não é desejável para os países desenvolvidos que os países que estão em desenvolvimento administrem suas taxas de câmbio (BRESSER-PEREIRA, 2007 a-b). Tendo em vista, que nesse cenário de valorização cambial, os países ricos exportarão com maior valor agregado para suprir a crescente demanda dos países em desenvolvimento, e importarão com baixo valor agregado (BRESSER-PEREIRA, 2007b). Além disso, as empresas estrangeiras instaladas nos países em desenvolvimento poderão acumular divisas na moeda local e repatriar muito mais dólares com o câmbio valorizado (BRESSER-PEREIRA, 2010; 2007 a-b).

²⁷ Para apresentar os exemplos foi utilizada a taxa de câmbio nominal, pelo fato dessa ser mais comumente utilizada no cotidiano e tornar mais ilustrativo os exemplos.

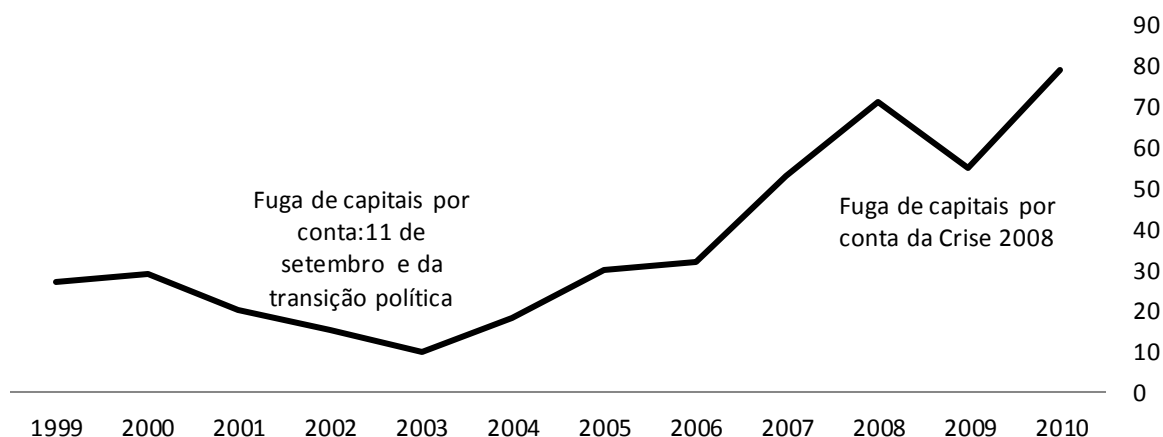
GRÁFICO 9: Taxa de Câmbio Real e Nominal no Brasil entre 1999-2010.

Fonte: De Paula e Meyer (2009); Oreiro e Feijó (2010); Marconi e Rocha (2011).

Não obstante, o que explica a relação dos governos FHC e Lula com a apreciação do câmbio? As razões para a tendência registrada no Brasil decorrem principalmente do resultado das abruptas mudanças na política macroeconômica nos anos noventa (90) (PALMA, 2005; OREIRO e FEIJO, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2010). Como fora colocado anteriormente, especialmente a partir da gestão de FHC, o Brasil adentrou na globalização financeira e credenciou-se a crescer com poupança externa, através do investimento direto (IED) (OREIRO e FEIJÓ, 2010). A manutenção no Governo Lula do tripé macroeconômico, isto é, superávits fiscais primários, metas de inflação e flutuação cambial, fez cair por terra às incertezas do mercado financeiro, que orbitavam sobre Lula e o Partido dos Trabalhadores, no que tange a sustentação do andamento macroeconômico brasileiro (SICSÚ, 2003).

A manutenção da flexibilização do marco regulatório brasileiro, para a entrada massiva de capitais, foi uma das características dos dois governos em questão. O que equivale a dizer, que devido à insuficiência do País em alocar recursos internos para retomar o crescimento, o desenvolvimento brasileiro passou a ser financiado através da emissão *securities* e investimentos de portfólio (BRESSER-PEREIRA, 2010; PRATES e FREITAS, 2001). Neste sentido, a estratégia de promover a entrada de divisas estrangeiras para fomentar o crescimento e o consumo da população, provocou um excesso de oferta em moeda estrangeira, e contribuiu de forma decisiva para a sobrevalorização da moeda nacional (NASSIF, 2011).

GRÁFICO 10: Ingresso de Investimento Direto Externo no Brasil entre 1999-2010 em US\$ Bilhões.



Fonte: Franco (2005); CEPAL (2010).

Por outro lado, buscar administrar a taxa de câmbio, resulta em uma equação difícil, pois necessita levar em conta medidas impopulares e com altos custos políticos. Mesmo levando em consideração, caso os governos FHC e Lula tivessem criado um sistema de fomento à poupança interna (pública e privada), capaz de financiar o desenvolvimento do País. De forma que, este instrumento conteria proporcionalmente a entrada de divisas externas, e consequentemente depreciaria a taxa de câmbio, tornando o setor industrial competitivo externa e internamente no longo prazo. Conforme sustenta Bresser-Pereira (2007), esta seria ou é uma alternativa a ser considerada para a superação deste quadro, todavia, há variáveis que tornam a questão nuançada.

Isto posto, tendo em vista, que o câmbio apreciado (cerca de R\$2,00) é desejável por boa parte da população, pois implica em um aumento do poder de compra com o mesmo salário recebido, caso o câmbio estivesse a um patamar de R\$ 4,00 (BRESSER-PEREIRA, 2007). Para quem recebe cerca de um ou dois salários mínimo, proporciona o acesso a bens de alta intensidade tecnológica, tais como, automóveis, celulares, computadores, tablets e outros bens de consumo importados, ou que são fabricados com componentes importados, sobretudo da China e EUA. A classe média se beneficia com a possibilidade de elevar seu padrão de consumo, isto é, a acessibilidade em termos de preço a marcas mundialmente conhecidas, das linhas de vestuário, cosméticos, automóveis, eletroeletrônicos, bem como, torna mais oportuna à realização de viagens internacionais.

Do mesmo modo, o câmbio depreciado, afeta igualmente o setor de serviços, sustentado em boa medida pelo consumo. Visto que, o acesso a estes bens de consumo constrói sobre si uma cadeia de serviços que compreende o comércio varejista, setores administrativos, logísticos (transporte e alojamento) e manutenção, os quais proporcionam o suporte para a comercialização e utilização destes bens. Por exemplo, no setor de informática e telecomunicações, cria-se uma rede de serviços para dar manutenção, conserto e formatação a estes aparelhos, assim como, o desenvolvimento de softwares, aplicativos para tablets, celulares e serviços de entretenimento, como jogos, ringtones e wallpapers. Em suma, o aumento do poder de compra das famílias e das classes sociais em questão, alimenta boa parte do setor de serviços, o que torna novamente a depreciação do câmbio indesejável.

Outra medida impopular para tornar a taxa de câmbio depreciada, seria a estipulação de impostos as exportações, com o intuito de “eliminar o diferencial entre o custo do produtor mais um lucro satisfatório e o preço de mercado do bem, de forma a eliminar o lucro extraordinário das *commodities* primárias” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p.125). Por exemplo, a Argentina estabeleceu impostos para a exportação de carne, soja e trigo, igualmente, a Noruega tributou as exportações de petróleo (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Do mesmo modo, como fora possível perceber no começo deste capítulo, o governo brasileiro entre 1930-1980 institui subsídios para a exportação de manufaturados, indiretamente retirava dos produtos básicos uma parcela de seus lucros e os depositava na indústria infante (PALMA, 2005). Conforme Bresser-Pereira (2007b), os agentes políticos do Brasil entre 1930-1980 não conheciam o fenômeno da doença holandesa, porém percebiam seus efeitos e a forma de neutralizar seus sintomas. Contudo, no cenário atual a estipulação de um imposto sobre as exportações de *commodities*, implicaria ao governo encarar a forte oposição dos parlamentares, de veículos da mídia e entidades da sociedade civil que apoiam os resultados obtidos pelas exportações de *commodities*. Certamente, os custos políticos envolvidos nessa queda de braço poderiam desgastar o governo, que enfrentaria os representantes dos setores (agronegócio, mineração e petróleo), que mais receberam investimento externo e que mais cresceram no Brasil desde a abertura econômica.

Considerações

Para tanto, fora possível evidenciar através deste capítulo, as diferenças que tornam os dois ciclos de desenvolvimento industrial no Brasil como antípodas. Tendo em vista, que a arregimentação institucional do modelo de substituição de importação tinha por objetivo duplo de fomentar a criação de parques industriais no País, como resposta a demanda interna e externa de (re) estruturação de grandes centros urbanos e igualmente proteger a produção nacional da concorrência estrangeira. De fato, convém lembrar que este círculo virtuoso fora conquistado à custa do endividamento externo, que ao lado do protecionismo exacerbado, impuseram os limites e demonstraram a fadiga deste modelo de desenvolvimento.

De outro modo, é plausível notar que mediante as políticas inspiradas pelo consenso de Washington, há uma alteração radical nas estruturas que promoveram o êxito do modelo de substituição de importações. Haja vista, o processo de privatizações das empresas estatais e a crescente inserção do capital privado estrangeiro no País. Tais fatores elevaram à importância do mercado na construção de estratégias produtivas, ao passo que retirou do Estado brasileiro a incumbência de ator protagonista do desenvolvimento. É válido sublinhar, que essa reestruturação institucional situou a economia brasileira na tônica da globalização produtiva, via captação de recursos e inserção massiva de empresas estrangeira no País, todavia demonstrou a vulnerabilidade da mesma mediante os choques externos e as vicissitudes do mercado.

Na segunda parte do texto, fora possível perceber, que os processos de abertura econômica e liberalização financeira impactaram negativamente a indústria nacional. Dessa forma, demonstrou-se a crescente tendência de elevação em matéria de investimentos em atividades com baixo valor agregado. Este quadro decorrente em boa medida da manutenção da política econômica, que recorre aos investimentos externos como forma de financiar o desenvolvimento do País, o que aprecia a taxa de câmbio, obstruindo o crescimento de atividades mais complexas. Este fenômeno fora em boa parte explicado pelo conceito de doença holandesa, que no caso brasileiro apresenta uma tendência de permanência no longo prazo.

CAPÍTULO II

Preparando o campo para a análise

Introdução

Na introdução inicial desta dissertação, apontamos que este trabalho estudará o(s) discurso(s) dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores sobre as políticas macroeconômicas incidentes no desenvolvimento industrial. No capítulo anterior tratamos do fenômeno sob o cabedal literário da economia, indicaram-se exemplos, desempenho e conclusões para fornecer ao interlocutor as informações necessárias para compreender o tema tratado.

Vencidas as primeiras etapas, assinalou-se igualmente na introdução da dissertação, que o método para identificar este(s) discurso(s) levará em conta os pronunciamentos destes parlamentares. Sendo assim, o objetivo deste capítulo é indicar os principais elementos metodológicos e analíticos deste trabalho²⁸. Para isso, o texto fora subdividido em duas grandes seções, de modo a abarcar as principais ferramentas que nos conduzirão a alcançar os objetivos estabelecidos, bem como, constatar ou recuar na hipótese sugerida.

Na primeira seção, intitulada *Aspectos Metodológicos*, se expõe os procedimentos adotados para realizar a coleta de dados. Assim, indicamos a natureza do documento a ser explorado, bem como, o critério para selecionar o ambiente em que os pronunciamentos foram colhidos. Destarte, buscou-se estabelecer critérios para o interregno temporal e para a escolha destes pronunciamentos. Em suma, esta seção apresenta as razões destas escolhas e critérios, que irremediavelmente levaram a exclusão de outros.

Na segunda seção, intitulada *Aspectos Analíticos*, abordamos as categorias teóricas oriundas da teoria do discurso, especialmente as construídas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. As mesmas servirão de base para analisar os pronunciamentos coletados. No entanto, em virtude da complexidade em que estas categorias se apresentam nos textos destes autores, optou-se por abordá-las de maneira clara e acessível, sobretudo para desconhecedores das mesmas. A partir

²⁸ O interlocutor irá perceber que a construção deste capítulo deu-se de modo distinto aos já apresentados, de modo o mesmo se constitui em forma de um diário de campo. Por conta disso, a utilização dos verbos na terceira pessoa do singular.

disso, apresentamos os conceitos mediante suas definições, incorporando exemplos conhecidos do grande público para ilustrar o potencial heurístico destes conceitos.

2.1 Aspectos Metodológicos: o Diário da Câmara dos Deputados e as Sessões Legislativas do Pequeno e Grande Expediente

O documento utilizado para a coleta dos pronunciamentos é o Diário da Câmara dos Deputados Federais, extraído do Portal da Câmara dos Deputados, seção documentos e pesquisa, acessível na barra de trabalho do site. Neste espaço, o leitor ou pesquisador encontrará este mesmo documento disponível desde 1881, até os dias de hoje. Posto que, o mesmo se constitui em um dos mais completos boletins informativos sobre a atividade legislativa no Brasil. De publicação diária, o documento torna público os projetos de lei apresentados, a apreciação de questões pelas comissões temáticas, além de publicar os pronunciamentos proferidos nas sessões ordinárias, tais como, o pequeno e grande expediente, a ordem do dia e as comunicações parlamentares e das lideranças partidárias.

O Diário da Câmara dos Deputados, por ser extenso, dá a impressão, a primeira vista, de ser de difícil manuseio. Entretanto, sua estrutura é sólida, isto é, caso o pesquisador queira extrair informações referentes ao ano de 1948, encontrará a mesma organização utilizada em 1986 ou no ano de 2013. Sendo assim, sua estrutura compreende em primeiro lugar a abertura da seção, com a leitura da seção do dia anterior pelo Presidente da Mesa, que precisará ser assinada pelos Deputados. Posterior a este protocolo, dá-se início a leitura do expediente, igualmente realizada pelo Presidente da Mesa, onde são apresentados os ofícios, relatórios das comissões temáticas, propostas, tramitações de projetos de lei, emendas constitucionais e requerimentos (BRASIL, 2012).

Após a leitura do expediente, iniciam-se as sessões ordinárias, ou seja, qualquer sessão legislativa, realizada apenas uma vez por dia, em todos os dias úteis, de segunda a sexta-feira (BRASIL, 1989; 2012). Com duração de cinco horas, as sessões são subdivididas em cinco: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia, Comunicações Parlamentares e Comunicações das Lideranças. Há outras duas sessões legislativas, a extraordinária e a solene, todavia, estas ocorrem em situações eventuais, sendo necessários alguns protocolos para que as mesmas sejam realizadas. Por exemplo, a sessão extraordinária com duração de quatro horas, é destinada exclusivamente à discussão e votação das matérias constantes

na Ordem do Dia. Pode ser convocada pelo Presidente da Mesa, pelo Colégio de Líderes ou por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Deputado (BRASIL, 2012). A sessão solene ocorre quando algum chefe de estado visita o Congresso Nacional (BRASIL, 2012). Após as sessões legislativas, há o encerramento das atividades, onde o Presidente da Mesa emite erratas, pareceres e designações.

Dentre as sessões que constam no Diário da Câmara dos Deputados, escolhemos duas para realizar a pesquisa, a saber, o Pequeno e o Grande Expediente. A escolha destes dois espaços levou em consideração três aspectos, em primeiro lugar a frequência com que essas sessões são realizadas, praticamente todos os dias. O segundo aspecto é o caráter democrático, haja vista, que em ambas as sessões há poucas restrições ao exercício da palavra, salvo as estabelecidas pelo regimento, por exemplo, o orador deve estar inscrito (BRASIL, 2012). E o terceiro aspecto caracteriza-se pela liberdade que os deputados têm para apresentar suas concepções e posicionamentos acerca de temas variados, o que se constitui em um canal direto com seus eleitores, pois as sessões são diariamente transmitidas pela TV Câmara.

Assim, a sessão do Pequeno Expediente tem duração de sessenta (60) minutos, por isso os deputados dispõem de cinco (5) a dez (10) minutos para se pronunciarem, sendo permitida a inclusão de artigos de jornais, dados de estudos e documentos aos seus pronunciamentos, isto desde que solicitado pelo orador (BRASIL, 2012). Neste ambiente o parlamentar pode discursar todos os dias, desde que haja disponibilidade de tempo, e que o mesmo solicite à Mesa Diretora em caráter pessoal e intransferível (BRASIL, 2012). Na sessão do Grande Expediente, os deputados dispõem de 25 minutos para o exercício da palavra. A escolha dos oradores é feita mediante sorteio ou cessão de vaga por outro parlamentar. Cada deputado pode fazer o uso da palavra no Grande Expediente apenas 3 vezes por semestre (BRASIL, 1989; 2012). Um elemento adicional do Grande Expediente refere-se à concessão de apartes²⁹, ou seja, quando os demais parlamentares da tribuna solicitam ao orador o pedido da palavra, para corroborar ou se opor ao seu

²⁹ Aparte significa pedir a palavra, ou seja, os deputados expectadores do pronunciamento podem fazer um pedido a Mesa Diretora para falar sobre o tema do pronunciamento que está sendo proferido, para corroborar ou contra argumentar as posições do deputado pronunciante. A Mesa Diretora sugere uma pausa no pronunciamento para conceder o aparte, assim o deputado pronunciante tem a possibilidade de discordar (quando é o caso) das posições realizadas no aparte, bem como, o deputado que efetuou o aparte, pode solicitá-lo novamente em resposta.

pronunciamento. Contrariamente ao que se espera, os apartes podem revelar oposições argumentativas entre os deputados de um mesmo partido político.

Levando em consideração o objetivo desta dissertação, que consiste em analisar o(s) discurso(s) dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, e não somente o discurso de suas lideranças técnicas e políticas, acredita-se que as sessões do Pequeno e Grande Expediente apresentam-se como um espaço mais amplo. Dado que qualquer representante, independente de seu tempo de casa, posição e relevância intrapartidária pode pedir a palavra e discorrer sobre qualquer tema, sem pauta prévia ou tempo estritamente limitado. Tal fator pode oportunizar a coleta de pronunciamentos de lideranças estudantis, de bairros ou de movimentos sociais recém-egressas a Câmara dos Deputados. Em suma, o interesse reside num aporte mais amplo de manifestações de sentido e significação.

Isto dito para já indicar o porquê às sessões denominadas Comunicações Parlamentares e Comunicações das Lideranças não foram exploradas nesta pesquisa. Posto que, é requisito para o parlamentar se pronunciar nestas sessões ser líder do partido ou indicado pelo mesmo. Contudo, o interlocutor se pergunta neste momento, não poderia o líder do partido oferecer seu direito à palavra a um deputado iniciante? Sem dúvida, ao menos não há restrição no regimento interno quanto a esta questão. Entretanto, mormente este espaço é mais utilizado pelo alto escalão da estrutura partidária.

Outros dois elementos corroboraram para o descarte destas sessões, ou seja, a frequência em que elas ocorrem e o tempo destinado aos pronunciamentos. De acordo com o regimento, as Comunicações Parlamentares e das Lideranças acontecem somente quando há disponibilidade de tempo, isto é, quando não se esgota o tempo do pequeno e grande expediente e da ordem do dia. Por isso, durante um mês de atividade legislativa é raro encontrar oito (08) dias em que essas sessões ocorrem. O segundo elemento, refere-se ao tempo, que é proporcional ao número de membros das respectivas bancadas, com o mínimo de três (03) e o máximo de dez minutos (10), sem apartes e prorrogação. Embora tenham sido lidos os pronunciamentos destas sessões na primeira etapa da coleta³⁰, pois a ideia inicial era incorporar estas sessões a pesquisa, percebeu-se que este trabalho seria mais

³⁰ Referente aos anos de 1991 e 1997.

cansativo que colaborativo, muito por conta dos elementos apontados, por isso a decisão de descartar estes espaços.

O interlocutor ainda deve ter algumas inquietações, é possível elencar duas, ou seja, porque não pesquisar na Ordem do Dia? E mais, porque a coleta não levou em consideração os trabalhos das comissões temáticas? Sobre a sessão Ordem do Dia, de fato o leitor tem razão, pois ela atende a todos os critérios enumerados em favor do Pequeno e Grande Expediente. Não obstante, é preciso lembrar que o Presidente da Câmara dos Deputados organiza a Ordem do Dia com base na agenda mensal, assim este espaço possui uma pauta prévia (BRASIL, 1989; 2012). Desse modo, teríamos de ler cada pauta, o expediente diário, os projetos de lei e emendas constitucionais a serem apreciadas, para então encontrar algum dia em que o tema da Ordem do Dia esteja relacionado à pesquisa. Ainda que isto seja factível e até interessante, pois os parlamentares iriam se pronunciar sobre um tema específico e correspondentes aos anseios desta pesquisa, todavia, entendemos que para incorporar esta sessão à coleta seria necessário mais fôlego e tempo, que os dispensados para a escrita de uma dissertação.

Resta ainda esclarecer porque a pesquisa não trabalhou com os pronunciamentos oriundos das comissões temáticas. O fator que mais pesa contra a utilização dos pronunciamentos proferidos nas comissões é o acesso às informações. Tendo em vista, que em muitos casos os documentos fornecidos versam sobre as atas, pautas, pronunciamentos, presenças, porém nem sempre todos estão disponíveis, sobretudo quando a pesquisa analisa outras legislaturas.

Feitas as contas, acredita-se que ao analisar os pronunciamentos publicados nas sessões do Pequeno e Grande Expediente, a pesquisa não será prejudicada por não atentar para outros espaços. Levando em consideração, que nas sessões escolhidas os parlamentares repercutem em suas falas, os trabalhos das comissões temáticas e as discussões empregadas na Ordem do Dia anterior. Por fim, acredita-se que este caminho é acertado, sobretudo pelo tempo da pesquisa e a evidência de que mesmo se optássemos por outros caminhos de coleta, os resultados aferidos através do Pequeno e Grande Expediente não serão dispares aos que poderiam ser encontrados em outros espaços.

2.1.2 O critério para selecionar os períodos da coleta

Para organizar a coleta dos pronunciamentos estabelecemos um interregno temporal entre os anos de 1991-2010, por isso foram selecionados quatro anos de pesquisa que correspondem a 2 etapas de coleta, a saber, em ordem cronológica: 1º) 1991 e 1997 e a 2º) 2004 e 2010. Utilizaram-se dois critérios para selecionar estes períodos. O primeiro critério busca excluir os anos de eleições federais, com exceção de 2010. O segundo critério teve por base os anos em que foram implementadas e mantidas as principais reformas macroeconômicas que influenciaram o desenvolvimento industrial no Brasil pós-consenso de Washington.

O primeiro ano da coleta fora escolhido em virtude de que entre 1990 e 1991 houve as três das principais transformações estruturais na economia brasileira. Conforme discutido no capítulo I, o Plano Collor instituiu medidas para ampliar abertura econômica, por exemplo, a extirpação do volume de barreiras tarifárias e não-tarifárias³¹, utilizadas como instrumentos administrativos para impor obstáculos às importações. Na mesma proporção, neste período registra-se o início da liberalização financeira, com a abertura da economia nacional para a captação de recursos no mercado externo. Por fim, o plano de privatizações do Governo Collor iria retirar a responsabilidade do Estado como agente promotor do desenvolvimento industrial.

A seleção do ano de 1997 teve um motivo especial, isto é, embora o Governo FHC tenha mantido e ampliado algumas das reformas instituídas no Governo Collor, neste ano o País adentra em outro estágio da abertura econômica. Duas medidas destacam-se, primeiramente, a adequação do marco regulatório doméstico ao modelo contemporâneo de financiamentos internacionais, caracterizadas pela maior volatilidade nos investimentos. Em segundo lugar, foram derrubadas as barreiras mínimas, mas presentes, quanto à natureza do investidor e o direcionamento dos investimentos externos.

A partir disso, acreditou-se que por conta das transformações na organização econômica do País, uma maior gama de pronunciamentos sobre este tema seria registrada. A estratégia demonstrou-se correta, pois a posição assumida pelo Partido dos Trabalhadores nestes períodos era de oposição, por conta disso, denotou-se uma maior inflexão dos parlamentares a tratar sobre as reformas na

³¹ Barreiras não-tarifárias são quotas que restringem à quantidade de produto importado, limitada a um número pré-estabelecido.

economia. Contudo, boa parte dos deputados federais apresentaram preocupações correlatas, isto é, o reflexo destas reformas para o emprego, cidadania, previdência e outras agendas importantes, mormente vinculadas ao perfil do mandato destes parlamentares. Por isso, mais adiante esboçaremos o critério de escolha destes pronunciamentos.

A etapa que compete à coleta dos pronunciamentos durante os anos 2000, fora motivada por outros fatores. A escolha do ano de 2004 deu-se em virtude da exclusão dos demais anos do primeiro mandato do Governo Lula. O ano de 2003 era o primeiro ano, por conseguinte, muitos elementos oriundos da transição de governos estavam em pauta, além disso, a reforma da previdência ocupou boa parte da agenda dos parlamentares (FREITAS, 2013). Em 2005, o tema mais debatido na Câmara dos Deputados foi à denúncia de corrupção política denominada de “Mensalão”, onde alguns dos parlamentares do PT estariam envolvidos em um esquema de compra de votos no Congresso Nacional. Em 2006 houve eleições presidenciais. Assim, elegeu-se 2004, haja vista nenhuma pauta ou tema de grande relevância na Câmara dos Deputados. Por último, embora seja uma exceção nos critérios estabelecidos para a seleção dos períodos. O ano de 2010 fora selecionado por conta de seu caráter reflexivo, isto é, o balanço dos dois mandatos do Governo Lula, em suma, encerrava-se um ciclo. Mediante este fato, os parlamentares apontaram os benefícios que a gestão Lula trouxe ao Brasil, seus indicadores sociais e econômicos.

2.1.3 O critério para selecionar os pronunciamentos

A forma de seleção dos pronunciamentos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores levou em consideração os anseios da pesquisa. O objeto investigativo desta dissertação é analisar o discurso destes parlamentares sobre as políticas macroeconômicas que incidiram no desenvolvimento industrial entre os anos noventa (90) e 2000. O primeiro capítulo tratou de reforçar esta assertiva, uma vez que, embora tenhamos apresentado os índices de produtividade de alguns setores, não obstante a ideia central fora demonstrar o impacto que as políticas governamentais imprimiram na indústria brasileira desde 1930 até 2010. Isto posto, para tornar claro que não estamos falando em produtividade e desempenho deste setor, antes a ideia é tratar das políticas macroeconômicas que influenciaram sua produtividade e desempenho. Sendo assim, os pronunciamentos serão coletados

desde que atendam a este requisito, isto é, abordem as políticas ou intenções políticas, sejam elas macro ou microeconômicas, que visem alterar ou dar continuidade aos resultados apresentados pela indústria brasileira³².

Neste quadro, é possível apresentar dois cenários para ilustrar o exposto. Nosso primeiro cenário é hipotético, assim, suponhamos que um deputado qualquer esteja falando sobre o crescimento das bacias leiteiras no Brasil, o mesmo irá falar sobre os rebanhos e a inserção de novas técnicas no manejo e criação dos gados, tais fatores redundarão em maior produtividade e qualidade do leite nacional. Contudo, digamos que tenhamos outro parlamentar, que aponte o sucesso da bacia leiteira como reflexo da crescente inserção no País de multinacionais do agronegócio, que produzem no Brasil, mas tem em vista atender a demanda externa. Podemos supor que o parlamentar vá além, e afirme que os resultados são fruto da abertura econômica irresponsável do governo FHC, pois expôs o pequeno agricultor a competição com grandes cadeias alimentícias sem fornecer subsídios de proteção aos mesmos. Sem dúvida, o segundo pronunciamento será coletado, e o primeiro descartado. Isto porque, o segundo salienta de forma crítica os resultados obtidos por uma cadeia produtiva (poderia salientar de forma elogiosa), denotando políticas estruturais que corroboraram para os resultados aferidos. Enquanto que o primeiro aborda somente o acréscimo de produtividade e de técnicas de um determinado setor.

Passamos ao segundo cenário, aqui apresentaremos dois pronunciamentos, o primeiro do Deputado Federal Vignatti (PT – SC), segue abaixo o trecho:

Na última semana aconteceram em todo o Brasil atividades da segunda edição da Semana do Empreendedor Individual, promovida pelo SEBRAE com a finalidade de orientar e formalizar gratuitamente milhares de trabalhadores autônomos em todo o território nacional. A mobilização também é parte da Semana Global de Empreendedorismo, que ocorreu de 15 a 21 de novembro no Brasil e em outros 102 países, para estimular a atitude empreendedora e capacitar quem quer empreender. Para essa segunda edição, os organizadores focaram as cidades do interior deste imenso e próspero Brasil. Durante a semana, vários Municípios receberam orientações dos postos do SEBRAE. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, desde a sua aprovação, a Lei do Empreendedor Individual tem contabilizando uma média de 2.949 registros por dia útil. A projeção do Comitê Gestor do SIMPLES Nacional é de que, seguindo este ritmo, até o final do ano chegaremos próximos a 1 milhão de formalizações em todo o País, recorde jamais registrado na formalização de trabalhadores

³² As políticas macroeconômicas a serem investigadas foram expostas nos primeiros capítulos, contudo relembramos quais são: Privatizações, Abertura Comercial, Liberalização Comercial e Financeira, Política Cambial, Balança Comercial e Política Agrária.

autônomos. Na última semana tive acesso aos dados atuais do Super-SIMPLES. Hoje, 4 milhões, 390 mil e 787 microempresas já estão incluídas no SIMPLES Nacional. E permitimos a formalização de 715 mil e 546 empreendedores individuais. Os números demonstram o sucesso dessa importante política, que, além de garantir redução de impostos, resolve o grave problema social da informalidade. (...) E precisamos contar com o apoio desta Casa para a aprovação do requerimento que solicita urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 591/10, que altera a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Tal medida pretende acelerar a tramitação do projeto, dispensando a aprovação pelas Comissões específicas e seguindo diretamente para a votação deste Plenário. (BRASIL – 24-11-2010 – pág. 46349).

Neste pronunciamento há duas considerações a serem feitas, que o excluem da coleta efetuada. Em primeiro lugar, confere-se mais ênfase a ação do SEBRAE em prol das micro e pequenas empresas do que propriamente às políticas elaboradas pelo governo federal. A fala seria coletada, por exemplo, caso apresentasse a elaboração de estratégias para fornecer incentivos legais, fiscais e orçamentários ao empreendedorismo individual. Em segundo lugar, o pronunciante não explicita o segmento destes microempresários, podemos supor que são produtivos? Certamente, por exemplo, muitas empresas de fraldas descartáveis operam sem o devido registro, comercializando seu produto em mercearias e minimercados. Todavia, nesta noção de microempreendedor apresentada pelo deputado, estão incluídos empresários do setor de serviços, tais como, o comércio. Embora trate de ações e leis importantes, haja vista que as maiores empresas de cosméticos do País, Natura e Boticário, emergiram a partir de pequenos empreendimentos. O pronunciamento não atende ao principal requisito da coleta, ou seja, não especifica quais as ações do governo federal para este segmento, salvo a contrapartida legal para regulamentar estes empresários sob uma legislação mais flexível.

Tomemos agora o pronunciamento do Deputado Federal Pedro Eugênio (PT-PE), diga-se de passagem, um dos exemplares mais emblemáticos dessa pesquisa:

(...) Precisamos nos preparar para uma conjuntura mundial desfavorável e, mais que isso, avançar nos mercados mundiais com produtos industrializados e não apenas com commodities. Os sinais que vêm da China e dos Estados Unidos apontam para a manutenção de câmbio e de juros desfavoráveis às nossas exportações, que conferem às importações de manufaturados grande vantagem competitiva em detrimento da nossa produção industrial. É importante, portanto, que deixemos de lado dogmas e possamos criar consensos em torno de como avançar na macroeconomia. Estamos vivendo um momento de ouro em nosso debate econômico, pois sinto estarmos à frente do tempo, podendo tomar medidas corretivas no momento justo. Isso nos foi dado pela correção e presteza com que a

equipe econômica do Presidente Lula soube enfrentar a crise financeira de 2008. Cabe, agora, sabermos enfrentar a crise financeira mundial de 2011, já em andamento. A Comissão de Finanças e Tributação realizou, em maio deste ano, seminário sobre o tema “Juros, Câmbio, Controle de Capitais e Modelo Institucional da Política Monetária”. Na ocasião, surgiram algumas propostas. Agregando algumas outras, farei alguns comentários. Uma das ideias ali apresentadas: estabelecer imposto sobre exportações de commodities, visando criar, na prática, dois câmbios: um para as commodities e outro para os produtos industrializados. Esse efeito seria obtido pelo efeito monetário da retirada de circulação de parte da renda dos exportadores, o que forçaria a desvalorização do real na mesma proporção da renda reduzida, o que, na prática, recomporia a renda dos exportadores de commodities e aumentaria a renda dos exportadores industriais, tornando-os mais competitivos. Essa proposta, entretanto, embora tecnicamente eficaz, é de difícil compreensão política e, portanto, de difícil implementação imediata, requerendo um grande debate e acordo político geral, para eventualmente ser implementada. (BRASIL, 24-11-2010 – págs. 46353-46356).

Através do excerto, é possível perceber que o parlamentar efetua o diagnóstico do que fenômeno tratado no capítulo anterior. Mais do que isso, este exemplo serve para novamente alertar ao leitor sobre o tipo de pronunciamento coletado. Visto que, o parlamentar ressalta os efeitos da política de câmbio nas importações e exportações, fatores fundamentais para a indústria nacional. Do mesmo modo, ressalva-se a necessidade de construir alternativas macroeconômicas para a superação deste quadro, em virtude de crises no mercado mundial. É preciso deixar claro que esta é a posição do deputado para esta pauta econômica. Contudo, são exemplificadas ações do governo federal, bem como, impasses e conquistas em virtude das políticas estruturais adotadas.

Levando em conta este critério, os materiais das duas fases da pesquisa (anos 90 e 2000), foram lidos e classificados. Os que atendiam ao critério apresentado anteriormente foram selecionados através de fichas confeccionadas, que continham para cada pronunciamento lido, as seguintes informações: 1) Nome do Deputado e Estado de origem; 2) Data e página(s) da publicação no Diário da Câmara dos Deputados; 3) Assunto Geral; 4) Assuntos Específicos; 5) Posição política assumida pelo parlamentar, que pode ser (F) Favorável (C) Contra e (D) Dúbia; 6) Local de pronunciamento (Pequeno ou Grande Expediente). Por fim, após a seleção dos pronunciamentos, estes foram analisados, e assim recortados os pronunciamentos a serem utilizados.

Portanto, acredita-se que a pesquisa possui um critério para coletar e classificar os pronunciamentos, todavia, precisamos de outro para a utilização dos mesmos. Sendo assim, serão utilizados os pronunciamentos que esboçam uma

recorrência temática, isto é, tratam do assunto que nos propomos a estudar, e, além disso, possuem elos argumentativos com outros pronunciamentos. Por exemplo, acima foi apresentado um trecho da fala do Deputado Federal Vignatti (PT-SC), o mesmo dissertou sobre os microempreendedores, descartamos este pronunciamento por não fazer menção a uma política do governo federal, caso houvesse essa menção o mesmo não seria descartado, mas estaria inutilizado. Isto porque, trata-se de uma manifestação de sentido isolada, ou seja, dentre todos os anos de coleta não foi possível coletar dez (10) pronunciamentos com o mesmo tema. Por esse motivo, a recorrência temática entre os pronunciamentos (entendido a partir de Foucault (1996) e Laclau e Mouffe (2010) como regularidade na dispersão), é indelével para que se concretize uma pesquisa no campo que é proposto. É através dela que iremos identificar com mais clareza o(s) discurso(s) presentes nos pronunciamentos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores.

Tabela 4: Pronunciamentos Lidos, coletados e utilizados entre os anos de 1991, 1997, 2004 e 2010.

PERÍODOS	Pronunciamentos Lidos	Pronunciamentos Coletados	Pronunciamentos Utilizados
1991	315	50	34
1997	380	63	32
2004	450	80	51
2010	270	44	30

Fonte: Elaboração Própria.

2.2 Aspectos analíticos: A Teoria do Discurso

A partir da delineação dos critérios norteadores da coleta de dados desta pesquisa, iniciamos a etapa em que apresentaremos os elementos teóricos a serem utilizadas para analisar os pronunciamentos. Contudo, antes disso é necessário colocar o leitor a par sobre a origem destes elementos teóricos, ou seja, quem são os principais autores e o lugar dessas reflexões no quadro das ciências sociais. Acredita-se que ao esboçar estas questões, o interlocutor terá uma melhor compreensão dos conceitos a serem utilizados pela pesquisa, e que serão descritos posteriormente.

Desse modo, a teoria do discurso empregada neste trabalho é advinda das obras de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Os mesmos inscrevem-se no campo teórico pós-estruturalista, mais precisamente, em uma vertente deste campo, intitulada pós-fundacionalismo (MARCHART, 2009). Tal vertente conta com um conjunto relativamente amplo e interdisciplinar de pesquisadores, tais como, Slavoj Žižek, Judith Butler, Oliver Marchart, Aletta Norval e Stuart Hall. Sob a influência dos escritos de Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan, estes analistas vêm lançando luz sob outras possibilidades no entendimento do campo político.

Para tornar mais claro, cumpre chamar a atenção que a construção analítica destes autores situa-se na desconstrução de duas vertentes importantes da filosofia social do século XX. Em primeiro lugar, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe empregam uma crítica sofisticada ao essencialismo, oriundo das concepções fundacionais da sociedade. Tal abordagem compreende formações teóricas e filosóficas baseadas em princípios e leis que são inegáveis ou imunes à revisão, tendo em vista, que os mesmos se apresentam como a essência, ou a verdadeira base, sobre a qual está alicerçada a sociedade (LACLAU e MOUFFE, 2010). Para Marchart (2009), o fundacionalismo comumente apresenta a existência de um fundamento transcendente ou superestrutural, que se situa fora das relações sociais e políticas.

Um dos exemplos mais citados para fazer referência a esta abordagem é o marxismo, conforme aponta Mendonça (2008) tal concepção resume o fundamento da história universal na luta entre oprimidos e opressores na relação capital/trabalho. Segundo Mendonça (2008), a lógica do marxismo, assim como do cristianismo, seria a busca da emancipação das forças sociais oprimidas, sendo a classe trabalhadora o agente privilegiado dessa transformação que conduziria a sociedade a um mundo sem hierarquia, divisões internas e alienação.

Entretanto, é possível identificar os traços do fundacionismo em construções filosóficas contemporâneas, parece válido sublinhar a crítica de Mouffe (2005) a Jürgen Habermas e John Rawls. Em sua crítica aos deliberacionistas, a autora apesar de reconhecer o potencial inerente as instituições que residem fora da esfera do estado, bem como, a importância de outros espaços produtivos de pensamento organizativo, sem necessariamente estarem relacionados ao campo competitivo da política. Para Mouffe (2005), a teoria deliberacionista almeja sustentar o consenso racional como fundamento para relações políticas, onde os conflitos seriam resolvidos por meio de deliberação dentro do quadro da razão pública.

A segunda desconstrução exercida por estes autores, diz respeito ao antifundacionalismo, que está baseado na negação e oposição a existência de fundamentos que organizam a estruturação da sociedade (MARCHART, 2009). Laclau (2011) compreende esta perspectiva como subjacente às orientações pós-modernas, nas quais há o rompimento do indivíduo com os sistemas de identificação, tais como, trabalho, cidadania, estado. Em lugar disso, o indivíduo seria portador de uma subjetividade única (*Self*), sua junção na sociedade se daria em relações face a face de negociação da realidade, em que os fundamentos estão ausentes e a sociedade é desprovida de sentido coletivo (LACLAU, 2011). Todavia, Laclau (2011) e Marchart (2009) discordam dessa posição, partindo do princípio de que o antifundacionalismo para desenvolver-se necessita erguer-se na negação do fundamento, e assim criando um novo fundamento, ou seja, o antifundamento.

Conforme dito anteriormente, o pós-fundacionalismo emerge na crítica destas duas abordagens, em relação ao antifundacionalismo, vê uma clara impossibilidade de superar, ou afirmar a inexistência de fundamentos estruturantes da sociedade (LACLAU, 2011; MARCHART, 2009). Do mesmo modo, sua crítica aos fundacionalismos metafísicos está alicerçada na suposta premissa de uma totalidade ou essência única e imutável dos processos e agentes sociais. Para Laclau e Mouffe (2010), a noção de discurso significa um fundamento parcial. Portanto, tal perspectiva não nega a existência de fundamentos e a pretensão destes em tornarem-se hegemônicos, todavia, destaca que este fundar é sempre precário e instável. A instabilidade constitui-se em um dos elementos centrais desta abordagem, pois impossibilita a concepção de um sentido finalístico para os discursos construídos pelos grupos sociais (MARCHART, 2009).

2.2.1 A noção de Discurso

Este conceito é a principal ferramenta de análise a ser utilizada por este trabalho. As demais categorias a serem apresentadas, se constituem em variações de sua forma. Por isso esta seção tem por objetivo mapear seu conceito e definição, bem como, evitar confusões semânticas e analíticas sobre esta noção.

Nesta perspectiva, a teoria do discurso utilizada versa sobre a teoria dos sentidos. Apreende-se que discurso é uma tentativa de simbolizar a realidade, ou à tentativa de construção de práticas significativas no tecido social, que passam a adquirir sentido (amplo ou reduzido), mediante a articulação de sentidos dispersos

no campo da discursividade. Dito de outra forma, os discursos contêm significados incorporados pelos sujeitos, que os constroem, ao mesmo tempo em que são por eles subjetificados, provocando efeitos concretos nos indivíduos, sobretudo, na forma como estes irão compreender a conjuntura social e política. Para Laclau e Mouffe (2010), todos os sentidos presentes no espaço social são oriundos de formações discursivas, haja vista, que nenhuma significação pode se constituir fora do campo da discursividade. Mendonça (2007) reforça esta assertiva:

Dessa forma, identidades são constituídas a partir de ordens discursivas disputando sentidos no que Laclau e Mouffe denominam de campo da discursividade, que é o espaço onde ocorrem as disputas discursivas. Um discurso é, dessa forma, uma prática social significativa de natureza material. Todo espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo se ampliarmos a noção de discurso para aquilo que articula todo tipo de ligação entre palavras e ações, formando assim totalidades significativas. (MENDONÇA, 2007, p.250).

De acordo com o exposto, afirma-se que as identidades sociais são fruto de práticas discursivas. Além disso, os discursos construídos pelos grupos não são permanentes, por mais que se busque uma consolidação dos sentidos articulados, este processo é sempre provisório e precário, por mais que dure ao longo do tempo, ele é arbitrário e contingente, ou seja, nada garante que será obrigatoriamente assim (PINTO, 2006). Uma das razões explicativas para essa instabilidade advém da disputa pelo processo de simbolização. Uma vez que, o campo da discursividade é repleto de práticas significativas, que para se construírem necessitam desconstruir outras. Para Mendonça (2003), os sentidos construídos por um discurso sempre tendem a ter seu significado ameaçado por outras formações discursivas, pois estas buscarão disputar a hegemonia no processo de simbolização da realidade. A partir desse cenário, alguns sentidos podem contingentemente se hegemonizarem, ao passo que outros não, ainda que temporariamente.

Conforme Pinto (2006), dentre os discursos presentes no social, o discurso político é o que expõe com mais propriedade o aspecto da disputa de sentidos e da provisoriedade discursiva, pois ele é frágil, dinâmico e posto a prova cotidianamente. O que equivale a dizer, que o discurso político se apresenta como uma repetida tentativa de fixar sentidos num cenário em disputa. Dessa forma, ele pode ser caracterizado como um discurso que para sobreviver necessita propor e impor sua ideia e verdade a muitos, mesmo que não busque êxito nesta ação. “O discurso

político tem como princípio básico a polêmica, ou seja, ele vive da desconstrução do outro. O que ele faz é desconstruir o outro para se construir, pois se ele não desconstruir o outro não terá condições de construir-se a si próprio” (PINTO, 2006).

Isto posto, para reafirmar que sobre um mesmo tema poderá haver múltiplas construções discursivas. Como fora dito, alguma poderá se tornar hegemônica, todavia, não quer dizer que por não serem hegemônicas, as outras construções de sentidos irão deixar de existir, e disputar a simbolização de um determinado tema, muito pelo contrário. Tomemos um exemplo apresentado por Pinto (2006), para exemplificar a noção de múltiplas construções de sentido sobre um mesmo tema:

Pensemos na seguinte cena: em uma rua, em uma das grandes cidades do Brasil um policial bate em um menino negro. Qual o sentido desta cena? O que é verdade sobre esta cena? Se a testemunha da cena for uma pessoa de muita idade, que já foi assaltada cinco vezes e que está apavorada com a violência, dirá: “até que enfim, um policial batendo num marginal que está atrapalhando a vida da cidade, ainda bem que apareceu um policial para acabar com isto”. Se a testemunha for um indivíduo racista fará um discurso ainda mais marcado contra o menino negro. Mas se a testemunha for um representante de uma ONG de direitos humanos, possivelmente dirá: “esta é uma cena de violência de um policial em relação a uma criança”. Nos três discursos a cena é a mesma. No entanto, tem diferentes discursos sobre ele, uma cena simples na rua. (PINTO, 2006, pág. 83).

Os discursos não surgem do nada, para que sua articulação goze de sentido, eles necessitam de condições de emergência. Na cena apresentada acima, no discurso do idoso, a condição de emergência de sua enunciação é a violência nos centros urbanos. No caso do ativista da ONG, a condição de emergência refere-se ao abuso de poder dos policiais no Brasil. No discurso político, a condição de emergência pode ser uma política governamental, Freitas (2013) explorou esta categoria em relação à reforma da previdência nos Governos FHC e Lula.

Vejamos outro exemplo, tomemos a discussão sobre a distribuição dos royalties da extração do petróleo na camada pré-sal. Tendo em vista, que este tema provocou uma divisão de discursos no Congresso e no Senado Federal, sobretudo a respeito da forma de distribuir esta riqueza entre os estados produtores e não-produtores deste bem. Entretanto, pensemos se caso não houvesse tecnologia no mundo capaz de extrair este produto, ou mesmo, se esta extração provocasse danos ambientais irreparáveis, e assim, as empresas e o Estado estivessem proibidos de explorar esta riqueza. Neste cenário hipotético, qual sentido teria o discurso dos parlamentares sobre a distribuição de uma riqueza incapaz de ser

extraída? Obviamente nenhum, assim, a condição de emergência de ambos os discursos é justamente a existência da riqueza e a capacidade de se fazer uso dela.

Com o objetivo de tornar mais clara e didática a noção de discurso, utilizaremos um exemplo sobre sua construção, efeitos e contingência. Baseados na tipologia organizada por Pinto (2006), a qual apresenta os principais discursos estruturantes do social, dentre eles, o discurso da mídia, o científico, do senso comum, religioso e o político. Utilizaremos os dois primeiros para discutir a utilização do tabaco ao longo dos anos, exemplo este que parece ser sugestivo para ilustrar o exposto até aqui.

Durante as décadas de 70 e 80 o discurso sobre o uso do tabaco era amplamente aceito nos mais diversos círculos sociais. Campanhas publicitárias com celebridades, atletas e anônimos, articulavam os sentidos de liberdade, despojamento, jovialidade, charme e atitude ao uso do cigarro. Havia inclusive produtos destinados às crianças, proibidas legalmente de fumar, contudo poderiam comprar chocolates e balas em formato idêntico aos dos cigarros. Por outro lado, os não fumantes estavam sujeitos a sofrer estereótipos, tais como, os de serem pessoas caretas, fora de moda e até desinteressantes.

Em suma, o discurso sobre a utilização do tabaco nestas décadas era hegemônico, pois gozava de ampla aceitação e justificação social. Haja vista, que em qualquer espaço, isto é, repartições públicas, universidades, lojas comerciais e táxis, os fumantes poderiam acender seus cigarros sem qualquer tipo de problema, inclusive, os mesmos serviam no processo de interação, pois eram oferecidos quando um indivíduo queria iniciar uma conversa de qualquer natureza. Neste cenário, percebe-se a forte presença do discurso da mídia, que embora tenha uma pretensa neutralidade, esconde os interesses políticos e econômicos dos meios de comunicação na influência das convenções sociais (PINTO, 2006).

Como havíamos dito, a fixação de sentido de um discurso é sempre provisória e precária, por mais que dure ao longo do tempo, ela é arbitrária e contingente, ou seja, nada garante que ela será obrigatoriamente assim. Isto dito, para denotar que em meados da década de noventa, o discurso sobre o uso do tabaco passa a sofrer bruscas alterações. Isto porque, os sentidos apresentados pelo discurso científico, sobretudo das áreas relacionadas à medicina, passam a operar de forma hegemônica em relação ao discurso da mídia, neste tema. Uma das condições de

emergência do discurso científico está relacionada à expansão da “geração saúde”, a qual apregoa um estilo de vida mais saudável.

Durante os anos noventa tem-se início políticas governamentais de combate ao vício do cigarro. Usuários do tabaco passaram a ser proibidos de fumar em todos os lugares fechados, salvo em seus lares. As propagandas, outrora marca deste produto, foram proibidas de serem vinculadas em qualquer veículo de comunicação. O preço sofreu significativo aumento, primeiramente para inibir o consumo, em segundo lugar para financiar o Estado no tratamento de múltiplos casos de câncer em virtude de seu uso. Em sua esfera social, os fumantes passaram a ser encarados como pessoas ignorantes, pois não levariam em conta os malefícios de seu vício para si, e para os outros a sua volta, que se tornam fumantes passivos mediante a inalação da fumaça. Outros estereótipos podem ser elencados, a ojeriza aos fumantes é um deles, que ocorre por conta do cheiro, que fica impregnado no ar, roupas, mãos e hálito. A partir desse cenário, percebe-se que a articulação de sentidos sobre o uso do cigarro sofre uma transformação radical ao longo dos anos.

O exemplo acima serviu para demonstrar que os discursos são construções sociais, que visam simbolizar a realidade a partir de alguns sentidos, entretanto, essa construção é instável, à medida que outros sentidos disputam esse processo de simbolização. Contudo, tal produção de sentido nem sempre abarca um conjunto amplo e significativo dos indivíduos. O discurso dos movimentos de conduta, tais como, Punks, Rapper e Grunge, são indicativos disso, pois os mesmos expressam verbal e visualmente suas singularidades e especificidades, muitas das vezes construídas em contraposição ao status quo. Isto dito, com o propósito de afirmar que o espaço social é um espaço discursivo, ou seja, formado por múltiplos discursos, que se contrapõem ou se articulam para atribuir sentidos às práticas sociais (MENDONÇA, 2008).

Por fim, vale fazer duas considerações, embora pareça estar claro, porém não custa realçar que a perspectiva de discurso utilizada aqui difere da noção comumente empregada, isto é, o estudo que analisa os conteúdos expressos através da linguagem, seja ela textual, visual ou falada. Conforme Pinto (2006), a análise de conteúdos refere-se a um método para analisar textos, que pouco ou nada contribuem em uma abordagem com enfoque nos sentidos, na atribuição de significado, construídas pelos grupos ou instituições. Por esse motivo ela é distinta da análise dos conteúdos da linguagem, o que não nos impossibilita encontrar os

sentidos e os significados que os grupos articulam expressos nos mecanismos da linguagem, aliás, é justamente este exercício que estamos realizando.

Outra questão pertinente, diz respeito à diferenciação entre a noção de discurso utilizada neste trabalho e a ideia de pronunciamento. Ainda que a definição semântica destes termos os tornem sinônimos. Como fora dito, a noção de discurso refere-se a um conceito, diferentemente, a ideia de pronunciamento está atrelada a um ato específico de posicionar-se sobre algo por intermédio da fala. Não obstante, é possível afirmar que todo pronunciamento é estruturado a partir de um discurso, pois este discurso é o que dá sentido ao pronunciamento. Por esse motivo, orientamos nossa coleta de dados neste caminho, pois acreditamos que nada mais carregado de significado que os pronunciamentos dos parlamentares, pois neles são expressos a ideia de uma instituição ou grupo no cenário político, e por consequência a especificidade que norteará sua ação.

2.2.2 Antagonismo e Agonismo

Para Laclau e Mouffe (2010) e Mouffe (2005), os discursos se constroem no campo da discursividade a partir de duas formas, isto é, por meio do antagonismo e do agonismo. Estas lógicas discursivas são uteis para este trabalho, à medida que são consideradas indispensáveis para compreender a relação entre os discursos.

A lógica do antagonismo pressupõe a relação de exclusão entre os discursos (PINTO, 2006). Portanto, mediante esta lógica, o discurso constrói uma cadeia de equivalências entre, por exemplo, o que é A, ou o que é B, e de forma antagônica aquilo que representa a sua negação, que não tem plena positividade (PINTO, 2006). Um dos aspectos mais inovadores da proposta de Laclau e Mouffe (2010; 2005), consiste em trazer a legitimação do conflito para um primeiro plano na compreensão dos fenômenos políticos. Ao identificar a importância dos valores e interesses conflitantes, entendem os autores, que as formações discursivas se constroem em torno de posições claramente diferenciadas. Diferentemente de outras concepções da democracia, tal como, a deliberacionista e o neoelitismo de inspiração schumpeteriana, estes tornam o antagonismo como *conditio sine qua non* para a política. Segundo Laclau e Mouffe (2010), sem antagonismos não haveria política, mas apenas administração política.

Em uma definição simples, podemos dizer que a relação entre os discursos é antagônica quando a presença de um não deixa que o outro se constitua

completamente. Não posso ser completamente “eu” na presença do outro (PINTO, 1988). Sendo assim, para exemplificar, tomemos uma relação entre dois elementos, pode ser A e B, suponhamos que exista antagonismo no plano das suas construções discursivas, assim, eles não poderão ser concebidos em um sistema sem tornar este impossível, somente pode existir em uma relação antagônica uma relação de exclusão. A e B sendo antagônicos, se A é, B não é e reciprocamente (Mendonça, 2003). Por sua vez, ser A é necessariamente negar B e ser B é necessariamente negar A. Portanto, essas forças dificilmente formariam alianças em um sistema, pois ambos não compartilham universais mínimos e conteúdos comuns. Pinto (2006) apresenta um cenário elucidativo para compreender o antagonismo:

Entre grandes proprietários rurais e MST existe uma relação antagônica por excelência. A forma como o MST constrói em seu discurso o proprietário rural, impede o camponês de ser completamente camponês, o mesmo acontece no discurso do proprietário rural, o sem-terra se constitui como aquele que não permite que o grande proprietário exista, não permite que ele se constitua completamente. (PINTO, 2006, pág. 103)

Para Laclau e Mouffe (2010), um discurso é antagônico na medida em que nega os conteúdos de outro(s) discurso(s), nesta ação o mesmo reafirma o que ele não é, ao passo em que paradoxalmente ele se constitui como ele mesmo. Mendonça (2003) trata desta questão, afirmando que a relação antagônica guarda em si o paradoxo da complementariedade. Desse modo, ser A é não ser B, a complementaridade entre eles baseada na negação recíproca, que consiste na possibilidade da existência de ambos. A relação antagônica guarda em si a possibilidade e a impossibilidade dos elementos antagônicos tomados entre si. De outra forma, A só é A por que nega B, B só é B por que nega A, ou seja, ambos somente são, uma vez que o outro se faz presente (MENDONÇA, 2003).

Em suma, o antagonismo apresenta a necessidade de uma construção antípoda de sentidos entre os discursos sobre um mesmo tema, todavia, denota igualmente uma relação belicosa entre os discursos antagônicos. Neste cenário, o “outro” não possui legitimidade em sua articulação de sentidos, por isso, o mesmo precisa ser desconstruído, ou até mesmo extirpado. Um exemplo pertinente dessa relação está presente na teoria marxista, a qual constrói proletários e burgueses como sujeitos de uma relação antagônica, onde um se constitui na negação do outro. Tudo o que não é proletário perde a identidade e passa a ser somente

burguesia e vice versa. A completude da revolução proletária, preconizada pela literatura, só será completa na irremediável extirpação do outro, isto é, a burguesia (PINTO, 2006; MENDONÇA, 2008).

Segundo Laclau (2011), a proliferação de antagonismos é uma característica das democracias contemporâneas, cada um com seu próprio espaço, politizando esferas específicas das relações sociais, baseado em uma pluralidade de exigências concretas, conduzindo a multiplicação dos espaços políticos. À medida que os envolvidos mobilizam-se nas esferas políticas, dentro e fora das instituições do Estado. Com o intuito de buscar através da construção de argumentos, e da mobilização social, verem reconhecida a legitimidade de seu discurso, o que possibilita na visão de Laclau (2011) à constituição de uma concepção radicalmente política da democracia.

Diferentemente, o agonismo sugere uma relação em que os discursos são distintos entre si. Nesta perspectiva, os mesmos não são mais antagônicos, mas somente diferentes ou agônicos. Em relação ao discurso político, esta lógica corresponde à visão clássica de partidos políticos, que sugere agremiações com propostas ideológicas que se posicionam sob diferentes ângulos para propor benesses ao todo (Sartori, 1965). Neste quadro, cada um define-se completamente de forma independente do outro, tendo plena positividade. Segundo Pinto (2006), esta lógica é preponderante no discurso da democracia representativa, dito de outra forma, em “democracias consolidadas” cada vez menos são permitidas ações que não visem o diálogo e a governabilidade (MOUFFE, 2005).

Para Mouffe (2003), a questão fundamental da política democrática consiste em domesticar hostilidades. Poderíamos dizer que a meta consiste em transformar o antagonismo em agonismo (agon – do grego refere-se à competição entre adversários). Assim, em um Estado democrático de direito, com uma democracia pluripartidária, a tendência dos discursos seria buscar a legitimidade no campo discursivo com outros discursos que também possuem a mesma legitimidade.

As relações agônicas não possuem como objetivo último a destruição do oponente, nem ao menos pretende vê-lo como inimigo. Os portadores de outros discursos são vistos como adversários. Portanto, as relações agônicas são distintas das relações antagônicas, pois preconizam a necessidade de diferentes formações discursivas, ainda que essas disputem o mesmo espaço no campo discursivo, há o reconhecimento da legitimidade do outro.

Um bom exemplo do exposto é o discurso da social democracia no século XX, que logrou hegemonia em diversos países do continente europeu. A conquista do equilíbrio social, político e econômico durante os anos da reconstrução pós-segunda guerra, garantiram esta força política por mais quatro décadas no poder em países importantes do velho mundo. Conforme avalia Pinto (2006), um dos indicadores para o êxito da social democracia europeia, é justamente a construção de um discurso onde estavam ausentes as relações antagônicas.

2.2.3 Hegemonia

O conceito de hegemonia possui larga história na filosofia social do ocidente. Um dos primeiros teóricos a se debruçar sobre esta noção foi Lênin, sobretudo tratando da necessidade de uma aliança de classes. Contudo, é a partir da concepção do filósofo italiano Antonio Gramsci que este conceito passa a adquirir grande importância para a compreensão dos fenômenos sociais (PINTO, 2006). Para Gramsci a hegemonia não era um mero acordo de classes, antes “era a real assimilação, por aquele que liderava, dos interesses daquele sobre o qual ele queria ser hegemônico, para que houvesse uma hegemonia real, todas as lutas deveriam ser incorporadas pela classe que pretendesse a liderança hegemônica” (PINTO, 2006).

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em *Hegemonia e estratégia socialista*, conferem uma nova roupagem para este conceito, denotando as limitações e ambiguidades da construção gramsciana. Ambos formulam um conceito baseados na junção da lógica política de Gramsci, aliado as categorias de discurso e significante flutuante (ALVES, 2010). Alves (2010) apresenta com mais propriedade os pontos de aproximação e ruptura da abordagem de Laclau e Mouffe (2010) em relação à noção gramsciana de hegemonia.

As duas abordagens privilegiam o momento da articulação política e concebem as relações sociais em torno da disputa pela hegemonia. Ademais, reconhecem que a hegemonia não é exercida sobre toda a sociedade. As duas perspectivas defendem a criação de uma nova hegemonia baseada na aliança dos grupos subalternos, ou na criação de uma cadeia de equivalências, no caso de Laclau e Mouffe. Contudo, no caso de Gramsci, a prática articulatória remete a uma classe social fundamental. A ideologia assume um papel central em ambas as perspectivas, concebida como constitutiva do social. Além disso, os elementos ideológicos articulados pela classe hegemônica não têm uma pertinência de classe necessária. Contudo, o principal ponto de ruptura entre as duas perspectivas é que, enquanto em Gramsci a hegemonia

remete à unidade de todo bloco histórico, Laclau e Mouffe questionam todo tipo de sutura, pois consideram que isso seja impossível. Enquanto Gramsci considera possível a instauração do socialismo e de uma sociedade sem classes, em que o próprio partido e a atividade política desapareceriam. Para Laclau e Mouffe não há possibilidade de uma reconciliação final, uma vez que o antagonismo é constitutivo do social e que ele apresenta um caráter aberto e incompleto. Deste modo, afirmam que a democracia não tem lugar num terreno neutro e o estabelecimento de uma nova hegemonia requer a criação de novas fronteiras políticas e não a sua desapareição (ALVES, 2010, págs. 94-95).

Dessa forma, diferentemente da concepção gramsciana, para Laclau e Mouffe (2010), este processo dá-se mediante a hegemonia de sentidos na simbolização da realidade. De acordo com essa abordagem, todo discurso busca em última instância tornar-se hegemônico, isto é, que seus sentidos se universalizem. É comum pensar a construção do discurso hegemônico como abrangente a uma parcela considerável dos indivíduos, como por exemplo, a aceitação do uso do tabaco nos anos 70 e 80. Não há nenhum equívoco nisto, não obstante, é preciso atentar igualmente, que o processo de hegemonização de sentidos apresenta-se no interior dos grupos sociais. Por exemplo, em um partido político há diversas tendências políticas, que estarão em confronto para ver hegemonizados seus princípios, em detrimento de outros sentidos apresentados pelas demais tendências.

Assim, o espaço hegemônico possui um raio de atuação geralmente limitado a uma determinada esfera. Por isso, o mesmo não se constitui em uma totalidade social, ou melhor, um único princípio articulador. De acordo com Burity (1997), numa formação social poderá haver múltiplos centros de hegemonia, sem que haja relação entre eles. Por exemplo, a neutralidade jornalística é um sentido hegemônico restrito, preponderantemente, ao discurso da mídia (PINTO, 2006).

Todo processo hegemônico emerge de sentidos particulares, ou seja, possuem uma abrangência de significação reduzida. Todavia, de forma precária e contingente, um discurso passa a articular outros sentidos que estavam dispersos no campo da discursividade. Neste cenário, dada particularidade assume a representação de outros discursos (MENDONÇA, 2007). E esse processo é tamanho, que o transcende, ou seja, os sentidos apresentados pelo discurso hegemônico irão se dilatar, sobretudo em relação à particularidade que originou dada construção discursiva (ALVES, 2010; MENDONÇA, 2007). O que não quer dizer, que o mesmo negará suas particularidades, antes, deixará de ser particular

para agregar outros sentidos que se articulam a ele. Abaixo segue trecho de Burity (1997), o qual ilustra o aspecto da representatividade da hegemonia:

Antes, a construção de uma identidade passa pela identificação daquilo que lhe é exterior. (...) E em dadas condições, esta representação simbólica do outro pode ser partilhada por outras diferenças. Neste caso teríamos relações de equivalência, pelas quais as diferenças mútuas são canceladas/redefinidas por sua remissão a "algo idêntico" subjacente a todas elas, mas que não pode ser construído de maneira direta e positiva. É a oposição dessas diferenças a uma outra identidade (ex. um regime ditatorial, um monarca despótico, um sistema de segregação, um projeto politicamente adversário), a pura relação de negatividade entre ambos os polos, que se mostra na superfície do social, e não um choque de positivities. (BURITY, 1997, p. 15)

Dito de outra forma, o processo de hegemonia se constitui por intermédio de uma cadeia de equivalência, quando as diferentes lutas se tornam uma única luta, para que aconteça, por exemplo, a satisfação de uma demanda ou uma transformação social. Portanto, o discurso hegemônico é aquele que consegue construir uma cadeia de equivalência e articular todas as diferenças de forma tal que elas diminuam seus significados particulares.

A diminuição das particularidades é igualmente um fenômeno contingente. Sabe-se que os sentidos apresentados pelo discurso hegemônico se tornam sedimentados no interior da estrutura, o que faz com que as práticas e a significação atribuída a uma matéria seja dada como natural, como fora dito, esse processo ocorre em virtude da atenuação dos sentidos particulares. No entanto, em um momento de ameaça da hegemonia, por conta de múltiplos fatores, podemos apontar, por exemplo, as transformações no espaço social. Neste quadro, o discurso hegemônico poderá fracassar na sua função de simbolizar a realidade, demonstrando sua provisoriade e historicidade. Contudo, os sentidos particulares, outrora diminuídos no interior da estrutura, podem ser reativados e passar a exercer o papel da hegemonia, como reflexo de uma nova conjuntura de significação.

Como fora dito, todo discurso busca tornar-se hegemônico, por conseguinte, sabe-se que a hegemonia é resultado de uma particularidade que conseguiu universalizar seus sentidos em determinada esfera. Contudo, essa universalização não é plena, à medida que o mesmo não consegue abarcar a plenitude do social. Isto porque, a hegemonia se constrói em um campo cercado de antagonismos, em virtude das outras particularidades que não lograram o mesmo êxito em se

universalizar, e assim, buscarão desconstruir o discurso hegemônico para poderem se construir como uma nova hegemonia.

2.2.4 Significante vazio

Afirmamos na subseção anterior, que um discurso hegemônico caracteriza-se na diminuição de seus sentidos particulares, e conseqüentemente, na ampliação do seu processo de significação mediante a articulação de múltiplos sentidos dispersos no social. Para Laclau (2006), esse processo de universalização de sentidos corresponde a uma característica específica, a qual se denomina, *significante vazio*.

A especificidade dessa formação discursiva consiste igualmente no articular elementos distintos, contudo nesta situação os elementos não possuem diálogo entre si, mas mesmo assim estabelecem ligações. Ao convergir uma gama de sentidos distintos, ele chega ao ponto de perder seu significado específico, e essa perda é tamanha a ponto dele, *significante vazio*, não poder mais ser significado com um mínimo de exatidão. Para ilustrar a questão, Pinto (2006) apresenta a morte de Lady Diana como exemplo de *significante flutuante*:

Porque milhões de ingleses choraram a morte dessa mulher? Afinal de contas ela não era uma rainha, não era ministra, não era uma grande atriz, ou seja, quem era essa mulher que o mundo reverenciou quando morreu e que fez os ingleses, que são extremamente frios e racionais, encherem as ruas de Londres e chorarem a sua morte. Por que Lady Diana torna-se tão importante? Ela se tornou tão importante para os ingleses, porque ela se tornou um *significante vazio*. Nela os ingleses depositaram todas as suas ansiedades. A Lady poderia ser a Cinderela, a menina anoréxica, a mulher traída, a divorciada, a mãe sozinha, a moça comum da cidade, aquela que cuidava as pessoas, a vítima, a mulher forte, a estrela sitiada e a mãe adorada. Nela se depositava tudo. Cada um via na Lady Diana uma das suas esperanças ou de suas frustrações. Mas ela se constituiu como um significado vazio, ou seja, nela se depositava tudo. Contra quem? Contra aquilo que Lady Diana chamava “a firma”. Ela chamava a família real de “a firma”. Em qualquer conjuntura hegemônica a identificação com o significado vazio requer relações de equivalência que são antagônicas a um elemento excluído e este elemento era a rainha da Inglaterra, “a Firma”. (PINTO, 2006, pág. 106).

Para Laclau (2011), um *significante vazio* é um *significante* sem significado, ou seja, quando a atribuição de sentido a um tema não possui significado específico fora do campo em que ela está sendo enunciado. Conforme apontado no excerto acima, a noção de antagonismo opera, novamente, um papel importante. Em um cenário hipotético, digamos que determinada formação discursiva seja hegemônica, e no seu processo de constituição haja a presença de um *significante vazio*.

Todavia, a imprescindibilidade do antagonismo colocará limites nesse processo de significação, assim, o mesmo significante vazio, gozará de sentidos extremamente opostos, em outros discursos, que poderão ser antagônicos ao que se tornou hegemônico. Vejamos o exemplo da democracia liberal como significante vazio:

A democracia liberal se constitui em uma cadeia de equivalência com: liberdade de expressão; igualdade perante a lei; eleição dos governantes e representantes (...). Ora, a partir das lutas da década de 60, este termo vai ganhando cada vez mais equivalências e perdendo cada vez mais conteúdos particulares. Compõem esta cadeia de direitos impensáveis antes da II Guerra, tais como: voto universal (homens, mulheres, analfabetos) direitos das minorias, experiência de democracia participativa, direitos sociais, etc. A democracia paulatinamente se torna um significante vazio. (PINTO, 1999).

No discurso sobre a democracia, sabe-se que os sentidos provenientes de sua fórmula liberal representativa constituem-se como um discurso hegemônico no mundo ocidental. Conforme Pinto (1999), os sentidos atribuídos a ela se expandem, ganhando paulatinamente mais equivalências e perdendo, na mesma proporção, seus conteúdos particulares. Por mais que seja hegemônico, este processo não impede a construção de outros significantes vazios sobre a democracia.

Por exemplo, na América Latina, Venezuela e Bolívia apresentam sentidos que seriam considerados aberrações para a democracia liberal, por exemplo, na Venezuela, por intermédio do voto popular, o Presidente pode reeleger-se sem limite de mandatos. Na Bolívia, fora retirado o poder exclusivo dos partidos políticos na oferta eleitoral, ampliando essa prerrogativa aos movimentos sociais. O Governo de Evo Morales na Bolívia e o Movimento Zapatista no México, embora aceitem a noção de democracia, contudo, buscam ressignificar seus sentidos a partir das cosmologias indígenas locais (GOSFOGUEL, 2009). Neste cenário, pode-se apreender que a constituição de um significante vazio, independentemente se ele for hegemônico, o mesmo contará com a tensão de pontos de antagonismo que irão impedir sua construção como totalidade social.

2.2.5 O conceito de Populismo

Primeiramente é necessário ressaltar que Ernesto Laclau trata de resignificar a atribuição de sentido dada ao termo populismo. Comumente associado à vacuidade e retórica, considerados pela lógica da democracia representativa como desvios ou defeitos discursivos. Diferentemente dessa abordagem, para o autor tais

elementos estão inscritos na realidade social, sendo impossível encontrar políticas em curso que não tenham uma matriz populista (LACLAU, 2007). Todavia, muito mais que uma ideologia específica, a lógica populista refere-se ao surgimento de espaços dicotômicos no tecido social, ou seja, entre as demandas insatisfeitas e o regime existente, assim, temos uma lógica que articula a ideia de povo contra seus opressores (LACLAU, 2006).

Conforme Laclau (2006), a lógica populista emerge quando as demandas democráticas, por exemplo, saneamento básico, transporte público de qualidade, saúde e trabalho digno, estão dispersas em uma comunidade, uma vez atendidas ou isoladas, elas desaparecem. Contudo, se não atendidas, as mesmas podem se articular em uma subjetividade social mais ampla, isto é, um processo de representação, que construirá a noção de uma fronteira antagônica entre o povo e o poder, transformando as demandas democráticas em demandas populares (LACLAU, 2006; 2007).

A lógica populista emerge, tendo em vista, que a mesma estabelece uma equivalência entre as demandas dispersas e seu opressor, passando estas a serem vistas como constitutivas do desejo popular. Tais demandas insatisfeitas se cristalizam em símbolos comuns de representação, tais como, um líder, um movimento social ou um partido político, que encarnam este processo de identificação popular (LACLAU, 2007).

Neste sentido, é preciso tornar claro a importância dos significantes vazios, vitais para a constituição da lógica populista. Pois deles surgem a noção de “povo” e “representação”, consideradas por Laclau (2006), *sine qua non* para a formação do discurso populista. Tendo em vista, que a noção de “povo” não representa um conjunto de habitantes de uma localidade concreta, mas antes, é a construção de um discurso que torna sujeito uma parte das pessoas, mas que consegue ser politicamente construída como todo. Da mesma forma a ideia da “representação” (seja através de um líder ou movimento social), que para Laclau (2006) é um símbolo que ativa o desejo do objeto, isto é, a satisfação das demandas populares. Neste processo, o líder, por exemplo, representa aquilo que lhe supera, ou seja, o significante que unifica a cadeia discursiva.

A avaliação em torno do discurso populista, bem como, a ideia de povo e do representante do desejo, dependerá da subjetificação dos indivíduos a esta formação discursiva, que se plasmará em um movimento político concreto (LACLAU,

2007). É possível destacar diversas formações discursivas populistas, tanto a direita como a esquerda. No primeiro caso, Laclau (2007) exemplifica o discurso neoliberal como a construção de cadeias equivalências entre o povo e o aparelho estatal, enfatizando o mercado como agente capaz de oferecer os serviços públicos mal atendidos pela burocracia estatal.

Para o segundo caso, Laclau (2007) demonstra a construção do discurso populista sobre a “revolução bolivariana” na América Latina. Onde teríamos uma fronteira antagônica entre uma elite corrupta sem canais de comunicação com as massas, e uma identidade popular que reclama maior participação nos processos decisórios e maior redistribuição dos bens socialmente produzidos. Tais demandas teriam como símbolo as figuras dos líderes políticos, tais como Hugo Chávez e Evo Morales, que encarnam a ruptura do “povo” contra os opressores e saqueadores do bem público (LACLAU, 2007).

Considerações

Acredita-se que por intermédio das discussões empreendidas neste capítulo, o leitor terá maior facilidade em entender os propósitos desta pesquisa, assim como, a construção e a operacionalização das análises a ser efetuadas nos capítulos subsequentes. De modo que, buscou-se tornar mais claro os métodos aplicados na pesquisa, tanto na escolha do Diário da Câmara dos Deputados como ferramenta para a investigação, quanto para os critérios de seleção. A partir disso, procedeu-se de igual maneira na abordagem das ferramentas analíticas, de maneira a despi-las da erudição em que comumente são apresentadas. Com o propósito de oferecer ao leitor formas de mensuração destes conceitos, que os tornam mais operacionalizáveis.

CAPÍTULO III

As políticas incidentes sobre a indústria brasileira na década de noventa

Introdução

A abertura econômica, a desregulamentação dos investimentos externos diretos (IED), o plano de privatizações e a crescente inserção de multinacionais no País são medidas implementadas nos anos noventa (90), que promoveram alterações na produção brasileira. Isto em decorrência de uma conjuntura nacional e internacional, que salientava a necessidade de diminuição do Estado e de sua função como promotor do desenvolvimento, ao invés disso, seu papel passaria a se restringir em oferecer serviços de retaguarda (saúde, educação, infraestrutura), ao livre funcionamento das forças produtivas.

Por conta das mudanças ocorridas neste período, o presente capítulo tem por objetivo central demonstrar ao leitor o(s) discurso(s) dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, a respeito das políticas econômicas que incidiram sobre a indústria nacional nos anos noventa (90). A partir disso, buscou-se reconstruir os sentidos gerados pelos deputados sobre a condução das políticas ligadas aos setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica (IT), e os segmentos com grau mais sofisticado de transformação e extração. Com este objetivo em vista, apresentamos duas seções que subdividem o(s) discurso(s) dos parlamentares identificados nos anos de 1991 e 1997, de acordo com os segmentos industriais.

Na primeira seção, discutiremos o principal setor de baixa e média-baixa IT da indústria nacional, a saber, a agricultura. Haja vista, que no contexto das referidas reformas estruturais, asseveraram-se características históricas da agricultura brasileira, tais como a concentração de terra, monocultura em determinadas regiões do País e o desemprego no meio rural. Na segunda seção, analisaremos os discursos empregados pelos deputados federais do PT, a partir das políticas macroeconômicas que iriam incidir sobre o desenvolvimento ou estagnação destes setores, mediante a inserção da economia brasileira na globalização financeira e produtiva.

3.1 A questão agrária

O interesse em dedicar uma seção para pormenorizar as perspectivas dos parlamentares sobre este segmento, decorre de duas razões, a primeira delas

refere-se à quantidade de pronunciamentos coletados sobre o tema, o equivalente a 40% da pesquisa. A segunda razão é fruto das intensas transformações estruturais pelas quais passou o setor nestes anos. Conforme já discutido no primeiro capítulo, a abertura econômica e a desregulamentação dos investimentos externos diretos³³ (IED) propiciaram condições favoráveis à significativa inserção de multinacionais do setor na produção agrícola, com vistas a direcionar a produção para atender a crescente demanda externa.

Com base nestas informações, este empreendimento buscou reconstruir os sentidos gerados por tais deputados referentes ao tema em questão. Intenta-se apreender quais os elementos se articulam para a construção do(s) discurso(s) presente(s) nos pronunciamentos dos parlamentares petistas. E de que forma tal articulação constrói a possibilidade de verificarmos a existência de sentidos hegemônicos quanto à condução da agricultura brasileira. Desse modo, pretende-se materializar os sentidos que estruturam o antagonismo entre o discurso dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores, em relação ao discurso das forças políticas encarregadas em executar as políticas econômicas e industriais neste período.

Sendo assim, a contrariedade do Partido dos Trabalhadores em relação às políticas de abertura econômica, promovidas e aprofundadas nos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), respectivamente, não se explicam somente pelo seu papel de oposição a arregimentação de forças presentes no cenário político-partidário brasileiro do período. Antes, é fruto da posição assumida pela instituição (PT, 1984). De acordo com seu regimento interno, o PT possui o caráter eminente de defensor dos trabalhadores urbanos e rurais (PT, 1984). No contexto das referidas reformas estruturais, asseveraram-se características históricas da agricultura brasileira, tais como a concentração de terra, monocultura em determinadas regiões do País e o desemprego no meio rural (PT, 1994a). Os pronunciamentos dos deputados Pedro Tonelli (PT-PR) e Valdeci Oliveira (PT-RS) enfatizam o caráter oposicionista do Partido dos Trabalhadores aos reflexos dessas reformas.

³³ Até o ano de 1996 os repasses externos para o desenvolvimento de atividades produtivas estavam restritos às áreas da indústria de transformação, comércio e serviços, somente com as resoluções nº 1.148, 2.170 e 2.312/1996 criou-se três novas modalidades de repasses externos, incluindo o setor agro-exportador (Prates e Freitas, 2001).

Parece que há uma decisão política, que já vem de algum tempo, mas que agora se firma. É a vez de liquidar a agricultura de subsistência, o pequeno produtor, o trabalhador rural, ou seja, o uso da terra, o controle dos meios de produção no campo, ficam na mão de meia dúzia de grandes monopólios. O resto vai servir de mão-de-obra às agroindústrias ou aos grandes capitalistas industriais. (...) Inviabilizar a pequena propriedade como aponta a atual política do Governo para o setor, significa destruir a base de produção de alimentos. É restabelecer os ciclos já condenados no nosso País, da monocultura e da produção do que interessa somente ao mercado externo. (**Dep. Pedro Tonelli** - BRASIL, 13-03-1991, págs. 1745-1747).

A atual política econômica tem reflexo negativo sobre os segmentos da agricultura brasileira que produzem para o abastecimento interno, em especial, sobre aqueles de base familiar. Após a grande crise geral do setor ocorrida em 1995, o Governo adotou medida de estímulo aos produtos de exportação, (...), oportunizando a atratividade do mercado agrícola internacional. (**Dep. Valdeci Oliveira** - BRASIL, 02-09-1997, págs. 26098-26104)

Esta discussão nos permite avançar e delimitar os principais elementos que estruturam os sentidos hegemônicos, identificados para significar a condução desta agenda industrial. A partir disso, organizamos dois (02) eixos basilares para melhor esboçar a estrutura discursiva dos parlamentares petistas, que representam os sentidos hegemônicos expressos, são eles: 1) reforma agrária e 2) agricultura familiar. Nosso primeiro eixo reflete a importância que o programa de reforma agrária assume para o Partido dos Trabalhadores no processo de democratização da posse e do uso da terra (PT, 1998a). O projeto ganha vitalidade ao articular duas esferas importantes para o discurso do partido, isto é, o reordenamento do padrão de desenvolvimento agrícola e a diminuição da inversão estrangeira no setor. No intuito de garantir ao trabalhador rural, o direito a terra. Tais elementos são explicitados pelo Deputado Federal Ivan Valente (PT-SP):

Trata-se de intensificar a luta pela reforma agrária e por uma política agrícola que favoreça a quem quer plantar para alimentar nosso povo. (...) a consciência e a mobilização da sociedade em se opor à política que, sob tutela do Banco Mundial, FMI, BID, OMC etc., submete os países dependentes, aos desígnios do capital financeiro internacional; exclui parcelas crescentes do nosso povo. (BRASIL, 24-07-1997, págs. 21227-21228).

Uma das principais medidas deste projeto consistiria na desapropriação de terras improdutivas. As mesmas ocorreriam com base em dois critérios. Primeiramente, o relativo à extensão da propriedade rural, ou seja, seriam passíveis de desapropriação as terras com mais de 500 hectares, na região Sul, Sudeste e

Nordeste; com mais de 1000 hectares, no Centro-Oeste e 1500 hectares, na região Norte (PT, 1994a-b; 1998a). É importante salientar, que a proposta não consiste em somente desapropriar as propriedades rurais privadas, mas, sobretudo as terras públicas. O segundo critério corresponde ao atendimento da função social da propriedade, que representa um afunilamento da noção de produtividade. Conforme o Deputado Federal Pedro Tonelli (PT-PR), as propriedades deveriam atender a certos requisitos estipulados pelo órgão executivo de reforma agrária, além dos já explicitados. Amiúde, alguns desses requisitos referem-se a “justa e adequada distribuição da propriedade da terra, recuperação social e econômica de regiões; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a preservação ambiental” (BRASIL, 20-02-1991–págs. 309-310).

A operacionalização deste projeto estaria a cargo do Estado (neste caso o âmbito federal), que recuperaria seu papel de regulação em prol dos segmentos sociais subalternos. Contudo, a implantação do “Programa de Reforma Agrária” seria articulada em um modelo que deveria dialogar com os três entes federativos (união, estados e municípios), além da participação de entidades representativas dos trabalhadores, tais como, os movimentos sociais e as organizações não-governamentais (ONGs) (PT, 1994b;1998a). Conforme podemos verificar nos pronunciamentos dos parlamentares e nos documentos do partido, a adoção de um projeto imposto pelas grandes potências do capitalismo global sugere uma inserção passiva e subordinada dos países periféricos no processo de globalização mundial (PT, 1998a). A partir disso, a proposta de reforma agrária buscava atender aos interesses nacionais (PT, 1994a-b; 1998a).

Este último ponto é importante, uma vez que o mesmo é recorrente nos documentos analisados. É pertinente atentar ao leitor que estamos diante de um significativo vazio, isto é, quando a atribuição de sentido a um tema não possui significado específico fora do campo em que ela está sendo enunciado. Para exemplificar a questão, vejamos um exemplo, se esta pesquisa estivesse tratando de estudar o discurso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), iríamos perceber outra articulação de sentido em torno do mesmo significante (interesses nacionais). O que equivale a dizer, que segundo o PSDB, o projeto de privatizações e a inserção de multinacionais no Brasil eram medidas necessárias para atender aos interesses nacionais. Em entrevista recente, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso deixa essa questão mais clara: “está havendo uma discussão arcaica: se

deve haver privatização ou não. É claro que já houve privatização, taí, funcionou” (CARDOSO, 2006). Entretanto cumpre chamar atenção, que não há nenhuma anomalia nesta diferença de significados. A partir da discussão realizada no capítulo anterior, sabemos que os sentidos não possuem essência, pois são construídos. Quando dois discursos se constroem de acordo com a lógica do antagonismo, isto é, quando a relação entre A e B é de exclusão (assim como PT e PSDB), a presença de ambos no campo da discursividade somente pode sugerir atribuições de sentido distintas sobre um mesmo tema (MENDONÇA, 2003).

Contudo, estamos estudando um campo de enunciação, e desse modo atender aos interesses nacionais significa uma alternativa à globalização financeira e a desnacionalização da produção local. Assim, o projeto de reforma agrária incluiria o rompimento com o perfil de agroindústria fomentado pelos governos no Brasil, e pelos organismos financeiros internacionais (PT, 1994b). Segundo os documentos e os pronunciamentos dos parlamentares, tal modelo favorece os oligopólios, monopólios e cartéis presentes nas cadeias produtivas da economia agrícola, que perpassam o fornecimento de insumos, tecnologias de processamento, comercialização e armazenagem (PT, 1998a). Conforme destaca o Deputado Federal, Waldomiro Fioravante (PT-RS), “O aumento da renda agrícola está acontecendo para os grandes setores agroindustriais que vivem do mercado externo, tendo um grande incentivo com a isenção do ICMS, sobre as exportações dos produtos primários” (Brasil, 14-03-1997, pág. 06661). Os pronunciamentos da Deputada Federal Maria Laura (PT-DF), e do Deputado Federal Chico Vigilante (PT-DF), reforçam a ideia de objeção ao modelo neoliberal, ao mesmo tempo em que, apresentam a alternativa do Programa de Reforma Agrária:

O avanço do capitalismo no campo substituiu os latifúndios tradicionais por grandes empresas rurais altamente tecnificadas, ligadas ao capital transnacional e voltadas ao mercado externo. A “modernização agrícola” expulsou do meio rural milhões de trabalhadores, além de aumentar a concentração fundiária e a miséria social. Quanto às reformas estruturais, o Governo vem adotando o receituário neoliberal. Os pacotes de política agrícola favorecem a transnacionalização e a desregulamentação do mercado em benefício do grande capital. (...) O combate ao projeto neoliberal assume importância na superação da crise brasileira. (**Dep. Chico Vigilante** - BRASIL, 1º-05-1991, págs. 5070-5072)

A reforma agrária, Sr. Presidente, assim como a independência nacional, por serem questões inconclusas em nosso País, assumem foros de contemporaneidade e urgência como condição para o Brasil se colocar no nível das grandes potências. Quase na virada do século, marcado pelo mais

alto grau de desenvolvimento tecnológico, o Brasil ainda se vê as voltas com a inexistência de um mercado nacional, com o aprofundamento dos desníveis regionais e um desequilíbrio cada vez mais exacerbado na apropriação dos frutos da riqueza gerada pelo desenvolvimento econômico (Dep. Maria Laura - BRASIL, 22-03-1997, págs, 07780-07785).

O pronunciamento do Deputado Chico Vigilante (PT-DF) nos remete ao segundo eixo de análise, a agricultura familiar. Sendo assim, o centro desta concepção distinta de desenvolvimento agrário defendido pelo Partido dos Trabalhadores consistiria em fortalecer os segmentos de base familiar, promovendo a inclusão social no campo com a incorporação dos sem-terra e dos mini fúndistas (PT, 1994a-b). A noção de reforma agrária não estaria restrita a democratização da terra, mas também de uma melhor distribuição dos recursos da política agrícola. Dentre estes estão: o acesso ao crédito, capacitação técnica e diminuição do desemprego no meio rural, onde o segmento familiar deveria ser o alvo prioritário das ações governamentais. Dessa forma, um dos elementos principais da divergência entre a bancada petista e as administrações do executivo federal ao longo da década de noventa (90) é referente à desproporcionalidade dos investimentos em forma de crédito, prazos de pagamentos e financiamento à agricultura familiar em relação à agroindústria exportadora. O pronunciamento do Deputado Federal Pedro Tonelli (PT-PR) reflete esta preocupação:

A falta de crédito na época do plantio, combinada com as altas taxas de juros cobradas nos financiamentos rurais, são responsáveis em grande medida pelo desastre da nossa agricultura. E de quem é a responsabilidade? É do agricultor que deixou de plantar? Do agricultor que não usou os insumos necessários por falta de recursos? Não. A responsabilidade é do Governo Federal. O agricultor está descentralizado. O descompasso entre as taxas de juros aplicadas na correção dos preços dos produtos agrícolas e nos débitos dos produtores junto ao sistema bancário levou o setor a uma descapitalização sem precedentes. O Governo, por sua vez, ficou apenas em suas promessas. (...) Os pequenos agricultores utilizam hoje apenas cerca de 30% dos recursos do crédito rural. Quer dizer, do crédito liberado, menos de 30% nas mãos do pequeno e do médio produtor e 70% são utilizados pelos grandes produtores, aqueles que não precisam de ajuda do Governo para implementar seus investimentos. (...) São bandeiras da prorrogação dos financiamentos para pagamento em até quatro anos, com base na equivalência dos produtos; dos recursos emergenciais de dez salários mínimos por família para a sobrevivência até a próxima safra; da garantia de recursos para o plantio da próxima safra; da cesta básica para os assalariados rurais; (...) da liberação imediata do Proagro e liberação da parcela de produto coberto pelo Proagro para sobrevivência dos agricultores e de suas famílias. (BRASIL, 13-03-1991, págs. 1745-1747).

Consoante, os documentos do Partido dos Trabalhadores afirmam a necessidade de se repensar os privilégios oferecidos aos latifundiários e empresas do setor. Assim, a proposta consistiria em executar as dívidas que estes possuísem com a União, ou negociá-las através de refinanciamento em troca da cooperação dos mesmos com o projeto de reforma agrária (PT, 1994a; 1998a). Em suma, a ideia expressa nos documentos e pronunciamentos que foram lidos, apresenta o interesse em construir uma política agrícola, que garantisse linhas de crédito diferenciadas, para facilitar o acesso dos pequenos produtores sem o comprometimento de seu patrimônio (PT, 1994b). Tendo em vista que os pequenos produtores enfrentam maiores riscos que os grandes proprietários, pois estão em condições mais vulneráveis, no que tange as oscilações de preço do mercado e as intempéries climáticas. Com isso, a proposta almejaria elevar a importância destes setores da agricultura, incentivando-os a produzir com maior valor agregado, e consequentemente, retirando-os da posição de fornecedores de matéria-prima de baixo custo aos grandes empreendimentos agroindustriais (PT, 1994a-b; 1998a).

Nesta perspectiva, o acesso facilitado ao financiamento agrícola, sem a prerrogativa de comprometimento do patrimônio, promoveria maiores condições para os agricultores investirem em melhorias técnicas, relativas ao plantio, colheita, combate a pragas, ração e manejo dos rebanhos, além de técnicas de logística, tais como, armazenamento e transporte. Convém lembrar que nos anos noventa (90) ocorre uma maior inserção de máquinas, aparelhos tecnológicos e melhoramento genético das espécies plantadas ou criadas. Isto com o objetivo de elevar o valor agregado das plantações e/ou rebanhos, para atender a condições sanitárias e tornar o produto agrícola nacional mais competitivo no exterior.

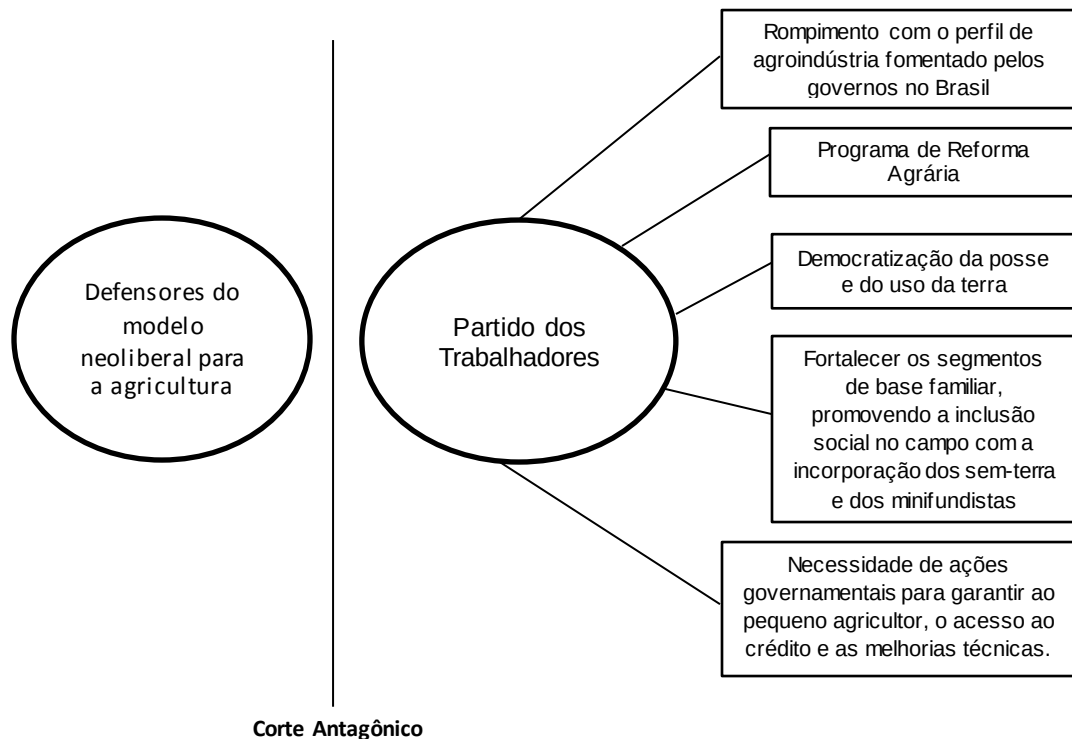
Embora os documentos examinados apontem para a melhoria nas condições de financiamento ao pequeno agricultor, não por isso diminuem a ênfase do papel do Estado como agente responsável por garantir recursos através de programas agrícolas. Novamente, apresenta-se em forma de crítica a disparidade de recursos e condições fornecidas ou concedidas pelo Estado, entre grupos empresariais e pequenos agricultores, na aquisição de novas tecnologias. O pronunciamento do Deputado Federal Alcides Modesto (PT-BA), reflete a inserção de multinacionais agrícolas com ênfase nas áreas de biotecnologia:

O projeto elaborado pelo Poder Executivo, altera profundamente o atual Código de Propriedade Industrial, ao abrir as portas para se implantar no Brasil, entre outros, o patenteamento de medicamentos, de micro-organismos transformados em laboratórios e ao prever a aprovação de lei específica para regular o patenteamento de seres vegetais e animais. O governo está empenhado na votação imediata do projeto. No caso de sua aprovação, a nova lei outorgará direitos monopolistas sobre qualquer forma de vida a empresas do setor privado, sobretudo multinacionais. Ela trará, pelo menos, as seguintes consequências: - oligopolização do mercado e aumento dos preços das sementes, dos alimentos, remédios e demais produtos derivados da biotecnologia; - obrigatoriedade de pagamento de royalties por cada geração de espécies vegetais destinadas à produção; - redução da biodiversidade, sobretudo através de restrições à livre circulação de material genético e interdição do livre acesso da população às fontes genéticas para conseguir novas variedades de plantas e animais; - solapamento da pesquisa pública e universitária e seu atrelamento aos interesses das empresas privadas. (BRASIL, 1991, 15-11-1991, págs. 23303-23304)

A proposta de reordenamento produtivo por meio da reforma agrária é fruto não somente da construção do Partido dos Trabalhadores, mas reflete a intensa ligação da instituição com entidades participativas e movimentos sociais, tais como o Movimento Sem-Terra e a Pastoral da Terra (PT, 1998a). Dessa forma, o propósito do programa seria extirpar as desigualdades entre os grupos presentes no meio rural, que no discurso dos parlamentares do PT se dividem entre possuidores e não possuidores de recursos para exercer atividades ligadas ao campo. Com isso, seriam criadas condições à promoção do emprego no meio rural, oferecendo oportunidades aos trabalhadores de se fixarem no campo e de elevarem seus ganhos mediante o aprimoramento técnico.

A partir da apresentação dos principais sentidos encontrados nos pronunciamentos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores, é plausível aferir a existência de princípios estruturantes para a composição de um discurso hegemônico sobre a forma de condução deste segmento da indústria nacional. A construção deste discurso baseia-se em dois fatores importantes, primeiramente, pelo diálogo da instituição partidária com os movimentos sociais ligados ao meio rural. Tal ligação propiciou a articulação de pautas e de um programa para o desenvolvimento agrário, que refletem as demandas dos trabalhadores rurais. O segundo fator refere-se ao corte antagônico entre as concepções do Partido dos Trabalhadores, e as ideias basilares da implementação da política agrária no País nos anos noventa, a qual tem por objetivo uma maior internacionalização da indústria agrária com ênfase dos investimentos governamentais nos grandes proprietários e empresários do segmento.

GRÁFICO 11: Os sentidos articulados na construção do discurso apresentado pelos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, sobre a agricultura brasileira nos anos noventa³⁴.



Fonte: Elaboração própria, com base no modelo de Freitas (2013).

Por último, é possível aferir que a construção do discurso dos parlamentares sobre a questão agrária apresenta pretensões populistas. Entretanto, parece necessário ressaltar mais uma vez que Ernesto Laclau trata de resignificar a atribuição de sentido ao termo populismo, associado à vacuidade e retórica, considerados pela lógica da democracia representativa como desvios ou defeitos discursivos. Assim, muito mais que uma ideologia específica, a lógica populista refere-se ao surgimento de espaços dicotômicos no tecido social, ou seja, entre as demandas insatisfeitas e o regime existente, portanto, temos uma lógica que articula a ideia de povo contra seus opressores (LACLAU, 2006).

Conforme Laclau (2006), a lógica populista emerge quando as demandas democráticas, por exemplo, acesso a terra, melhores condições de financiamento rural e desemprego, estão dispersas em uma comunidade, uma vez atendidas ou isoladas, elas desaparecem. Contudo, se não atendidas, as mesmas podem se

³⁴ O que representa o lado antagônico, neste caso – os defensores do modelo neoliberal para a agricultura – fora construído a partir dos pronunciamentos coletados e apresentados.

articular em uma subjetividade social mais ampla, ou seja, um processo de representação, que construirá a noção de uma fronteira antagônica entre as demandas do que é percebido como “povo” e o poder, transformando as demandas democráticas em demandas populares (LACLAU, 2006; 2007). Tais demandas insatisfeitas se cristalizam em símbolos de representação, tais como os movimentos sociais, partidos políticos e lideranças, que por sua vez encarnam este processo de ruptura do “povo” contra os opressores e saqueadores do bem público (LACLAU, 2007).

A partir dos pronunciamentos dos parlamentares petistas, teríamos uma fronteira antagônica entre uma elite política, econômica e agrária, que busca manter e aumentar seu poder na integração de seus interesses com os de corporações estrangeiras. Por outro lado, teríamos uma identidade popular agrária que reclama maior participação nos processos decisórios em defesa dos interesses nacionais, além de uma maior redistribuição dos bens socialmente produzidos. Todavia, dado discurso apresentou pretensões populistas, tendo em vista que não conseguiu materializar o sentido de “povo” naquele momento.

3.2 Os setores de alta e média-alta intensidade tecnológica

Nesta etapa, será feita a análise dos argumentos empregados pelos deputados federais do Partido dos Trabalhadores para caracterizar as políticas que influenciaram o desenvolvimento dos setores de alta e média-alta intensidade tecnológica da indústria nacional. Sendo assim, incorporamos nesta seção os setores de *commodities* extrativas, tais como petróleo e minerais. Embora sua classificação de mercado e o teor de valor agregado não os credencie a estar entre os setores de ponta da atividade industrial. O interesse em tratar estas áreas em conjunto com os segmentos de ponta, reside no fato de apesar de serem *commodities*, estes setores dependem de vasto investimento em pesquisa, aprimoramento tecnológico e recursos humanos qualificados. Salientando que, esta análise leva em consideração a percepção dos atores inseridos na esfera política, a quem cabe decidir ou fiscalizar qual será o papel do Estado neste setor, seja na assunção dos volumosos investimentos para o desenvolvimento tecnológico na extração destas matérias-primas ou na forma de contrapartida em caso de concessão.

Outra questão pertinente refere-se ao modo como se estruturou esta seção, o leitor irá perceber uma flagrante diferença entre a primeira seção e esta. Tendo em vista, que a parte em que tratamos da questão agrária, a partir dos pronunciamentos, possibilitou delinear os contornos de um projeto pragmático para este segmento, identificando o público alvo e as principais políticas para um desenvolvimento mais equânime no campo. Não obstante, apesar dos documentos do Partido dos Trabalhadores apresentarem um projeto igualmente detalhado e pragmático para as pequenas, médias empresas e trabalhadores dos setores de alta e média-alta IT (PT, 1994c). Não registrou-se, com a mesma ênfase, a presença e a defesa deste projeto nos pronunciamentos dos parlamentares. A questão mais presente, neste cenário, fora a interseção pelos altos registros de desemprego que a indústria apresentava no período.

Tudo isto para dizer, que esta seção apresenta uma característica distinta da anterior em decorrência do reflexo obtido nos pronunciamentos. Quando os parlamentares abordaram os setores de alta e média-alta IT, estes dedicaram-se a dissertar sobre aspectos estruturais, ou seja, as políticas macroeconômicas que iriam afetar o desenvolvimento ou estagnação destes setores mediante a inserção da economia brasileira na globalização financeira e produtiva. Haja vista a metodologia empregada, que trata preponderantemente de analisar os pronunciamentos dos parlamentares, por esse motivo tivemos de redirecionar a construção desta seção, de acordo com os resultados observados na coleta. Entretanto, os parlamentares, apresentam a mesma riqueza analítica ao evidenciarem os fluxos da conjuntura nacional e internacional neste período, e inclusive, diagnosticando as consequências que as medidas liberalizantes imprimiriam na economia brasileira, tais como, a desindustrialização. Abaixo os pronunciamentos dos deputados federais, Raul Pont (PT-RS) e José Machado (PT-SP), dão relevo ao exposto até aqui.

O neoliberalismo propõe uma inserção passiva na nova ordem mundial em gestação. O abandono de traços nacionalistas – a Lei de Reserva de Mercado da Informática, o monopólio estatal do petróleo, as tarifas de proteção alfandegária, a abertura seletiva do sistema bancário - e a quebra do setor produtivo estatal nos ramos da siderurgia e da petroquímica são expressões dessa transição de projetos que veio se operando no seio das classes dominantes locais. São três as consequências dessa inserção do neoliberalismo no contexto histórico de um país capitalista periférico em crise. A idéia de nação dissolvida através da crescente exposição da economia aos fluxos do mercado mundial. A ênfase na coesão nacional é

trocada pela idéia da exclusão social: a "Nação" passa a ser apenas os setores assimiláveis pela modernização que viria ampliada na dinâmica do mercado mundial. Por isso, a ideologia neoliberal aqui é muito mais um projeto de dominação do que de construção de uma nova hegemonia no País. (...)A segunda: como a direção do movimento do capital no mercado mundial tem sido da periferia para o centro, o projeto neoliberal produz à sua volta - como ocorreu em outros países latino-americanos - desinvestimento, recessão e desindustrialização. (**Dep. Raul Pont** - BRASIL, 15-05-1991, págs. 6287-6289).

A política econômica do Governo, se, por um lado, vem conseguindo sucesso na estabilização da inflação, por outro, está gerando profunda instabilidade em importantes setores da economia. Essa instabilidade se manifesta no crescimento do desemprego, nos altos custos financeiros, na desindustrialização, na quebra de numerosas empresas, na expansão das falências, das concordatas e da inadimplência. Todo esse quadro vem favorecendo também, lamentavelmente, o surgimento e a consolidação dos cartéis, que já dominam muitos setores fundamentais da economia. (...) De modo arbitrário, sem qualquer justificativa de mercado, esse cartel está aumentando em 5%, em média, os preços das matérias-primas que fornece à indústria têxtil. Ora, tal aumento de preços representa um novo e grave problema para o setor têxtil, que já enfrenta tantas dificuldades, devido à política cambial e de abertura às importações. (**Dep. José Machado** - BRASIL, 15-08-1997- pág. 23686).

A partir disso, buscou-se reconstruir os sentidos gerados por tais deputados sobre o tema em questão. Intenta-se apreender quais os elementos de sentidos se articulam para a construção do(s) discurso(s) presente(s) nos pronunciamentos dos parlamentares petistas. E de que forma tal articulação constrói a possibilidade de verificarmos a existência de sentidos hegemônicos quanto à condução das atividades ligadas aos setores com processo mais sofisticado de transformação e extração. À semelhança da primeira seção, novamente materializarmos os sentidos que estruturam o antagonismo entre o discurso do Partido dos Trabalhadores e o discurso das forças políticas encarregadas em executar as políticas econômicas e industriais neste período. Além disso, esta seção pretende ir mais longe, e apresentar a existência de sentidos contrastantes para a mesma política, presente entre dois grupos de parlamentares petistas. O que de antemão já revela a heterogeneidade da instituição partidária, que abriga em seu bojo múltiplas correntes, dentre elas, “marxistas, socialismos não-marxistas, cristianismo social, democratismos radicais e doutrinas laicas de revolução comportamental, dentre outras” (PT, 1990, p.2).

Para fins didáticos denominamos estas duas formações discursivas: a primeira chamaremos de “corpus discursivo 1”³⁵, e a segunda de “corpus discursivo 2”³⁶. Esta nomeação tem por objetivo somente guiar a diferenciação de sentidos expressos, por este motivo ela é arbitrária, isto é, não corresponde necessariamente (ao menos este estudo não buscou as informações das filiações internas destes parlamentares nos períodos desta coleta), ao vínculo destes parlamentares a tendências internas. O critério de incorporação dos deputados a estes dois grupos levou em consideração o sentido apresentado por estes para significar a condução da políticas macroeconômicas a serem analisadas. Tal elemento pode revelar alguma discrepância caso o indicador seja outro, tais como, proposições de projetos ou seus votos em plenário.

Nesse momento o leitor deve estar se perguntado, e com toda razão, quais sentidos foram levados em consideração para classificar os deputados? O que os credencia a estar em um, ou em outro grupo? Pensando nisso, nos balizamos na ideia de soberania nacional, que diz respeito a um *modus operandi* sobre o qual a política econômica deverá se orientar para preservar os interesses nacionais. Tendo em vista, que esta noção é presente em praticamente todos os pronunciamentos dos deputados federais para criticar as políticas implementadas no Brasil, com incidência sobre o desenvolvimento industrial. A partir disso, construímos três indicadores (03), os quais a noção de soberania nacional é mormente evocada, são eles: 1) As medidas liberalizantes e a redefinição das atribuições do Estado ; 2) o papel das empresas estatais; 3) abertura econômica. Por meio destes indicadores pode-se perceber duas construções de sentido sobre o referido tema, que orientou a classificação dos deputados federais, em um, ou no outro grupo. Esta questão ficará mais clara ao longo do texto.

3.2.1 Analisando os discursos

O momento já parece oportuno para delinearmos o primeiro foco de atenção, ou seja, o “corpus discursivo 1”. Dada perspectiva atribui um sentido radicalmente

³⁵ Os Deputados Federais do Partido dos Trabalhadores que compõe este grupo, de acordo com os pronunciamentos coletados são: Para a coleta de 1991 - José Dirceu (SP); Ernesto Gradella (SP); Maria Laura (DF); Pedro Tonelli (PR); Raul Pont (RS). Para a coleta de 1997 - Adão Pretto (RS); Chico Vigilante (PT-DF); Valdeci Oliveira (RS); Ivan Valente (SP); José Machado (SP).

³⁶ Os Deputados Federais do Partido dos Trabalhadores que compõe este grupo, de acordo com os pronunciamentos coletados são: Para a coleta de 1991 - Jacques Wagner (BA); Aloízio Mercadante (SP); Paulo Bernardo (PR); Irma Passoni (SP). Para o ano de 1997 - José Genoíno (SP); Paulo Delgado (MG); Jair Meneguelli (SP); Luiz Mainardi (RS); Luciano Zica (SP).

negativo e antagônico as adoções das medidas que reformularam as políticas macroeconômicas, e, por conseguinte, influenciaram a instrumentalização da indústria nacional em parâmetros opostos aos implementados desde a década de trinta (30) até os anos oitenta (80). Segundo os pronunciamentos dos parlamentares, a aceitação ao “receituário impositivo da mensagem neoliberal” pelas forças políticas nos anos noventa (90), promoveu uma resposta unilateral sobre as soluções para as crises do Brasil, tais como as apresentadas (privatização, abertura econômica, dentre outras). A partir disso, a emergência de um estímulo desmoralizante dos países periféricos, pois a aceitação da falência do Estado, identificado como inoperante em promover a estabilidade macroeconômica, irremediavelmente conferiu aos organismos internacionais a incumbência e capacidade de alavancar iniciativas estratégicas (PT, 1994b).

Na esteira deste processo, o plano de privatizações, conforme argumentam os deputados, é parte integrante do projeto imperialista que busca dismantelar o patrimônio público brasileiro (PT, 1994b). As privatizações seriam oriundas de uma composição de interesses arregimentadas pelas forças políticas nacionais e as elites financeiras internacionais (BRASIL, 16-05-1991 – págs. 6436-6437 – Dep. João Paulo). Não obstante, os parlamentares salientam que a acomodação dos interesses das elites dirigentes do capital nacional e estrangeiro é parte constitutiva para se compreender a história do capitalismo no Brasil. Assim, em boa parte do século XX a ordem era “induzir” o Estado a financiar com recursos públicos os investimentos de infraestrutura e as indústrias de base. Essa estratégia de “indução” atendia aos propósitos geopolíticos dos EUA, que efetuava empréstimos ao Estado brasileiro para implementar os investimentos em diversos setores da indústria, sobretudo as que davam suporte a construção civil e o desenvolvimento do mercado consumidor, como contrapartida o País oferecia apoio político no cenário internacional. As elites nacionais se beneficiavam à medida que dispunham de sustentação política e econômica para permanecer no poder.

Os pronunciamentos dos Deputados Federais João Paulo (PT-MG) e Adão Pretto (PT-RS), oferecem um quadro elucidativo sobre o processo de privatização das siderúrgicas no Brasil e da quebra do monopólio da Petrobrás, bem como, elementos que reforçam a interlocução entre as elites nacionais e estrangeiras:

Nossas siderúrgicas foram construídas para servir de suporte ao capital estrangeiro e a seus aliados brasileiros, vendendo-lhes o seu produto a preços favorecidos, como sempre ocorreu. (...) É assim que, até hoje, praticam o escandaloso favorecimento, via empresas estatais. Elas serviram para o enriquecimento ilícito da plutocracia estrangeira e paulista. Anos após anos transferiram-se como ainda acontece, recursos públicos para o setor privado através de empresas estatais. Essas empresas ainda existem e dão lucro operacional porque são muito boas. Como os ventos mudaram, a realidade política é outra, temem os aproveitadores a mudança das regras comerciais e a aplicação das regras do mercado, o que implicaria o fim do favoritismo, a autonomia e o fortalecimento da economia brasileira. (...) Para tanto promovem a privatização de nossas empresas de forma imoral e criminosa. Querem comprá-las por preço dez vezes inferior ao que valem. **(Dep. João Paulo - BRASIL, 16-05-1991 – págs. 6436-6437).**

É com indignação que venho a esta tribuna analisar a votação do projeto que desmonta a Petrobrás. (...) Assim como ontem foi quebrado o monopólio do petróleo, certamente semana que vem o mesmo vai acontecer com a Vale do Rio Doce. (...) Enfim, vai sobrar a sucata para o País e a miséria para o povo brasileiro. (...) Como é vil esta nossa oligarquia política! No passado locupletaram-se, indicando seus apaniguados para os altos cargos das estatais, e agora “em tempos globalizados”, dispensam este instrumento, cedendo-o à sanha dos capitalistas multinacionais. É a vontade do El Rey FHC! (...) O Brasil, que acordou neste 12 de março, é um País mais pobre e com menores perspectivas de um crescimento soberano. **(Dep. Adão Pretto - BRASIL, 14-03-1997 – pág. 06684).**

Segundo o Deputado Federal Raul Pont (PT-RS), as transformações na ordem capitalista tornou o neoliberalismo à ideologia dominante dos governos, e do grande capital internacional. Em suma, conforme o parlamentar, esta etapa representa “a expressão orgânica do sistema capitalista em sua fase madura e tardia, de sua capacidade de renovação tecnológica e articulação internacional, de sua flexibilidade e poderio” (BRASIL, 15-05-1991, págs. 6287-6289). O reflexo nas nações “subdesenvolvidas” foram sentidos através de uma dinâmica diferente de integração no mundo globalizado. Entretanto, esta integração se daria a custo da quebra e entrega do patrimônio estatal com alto percentual de produtividade a preços ínfimos (BRASIL, 15-05-1991, págs. 6287-6289). Para a Deputada Maria Laura (PT-DF), o plano de privatizações tem por objetivo a dominação política do Brasil, isto em decorrência do controle dos recursos naturais e dos meios de produção pelo capital imperialista (BRASIL, 15-11-1991, págs. 23338-23342). No pronunciamento do Deputado Federal Valdeci Oliveira (PT-RS), o parlamentar ilustra este processo ao se referir a pressão de grupos estrangeiros para a privatização da mineradora Vale:

Os senhores do capital financeiro – aqueles que os neoliberais tupiniquins chamam de mercado que se auto-regula, pressionam o Governo para se apropriar das imensas riquezas controladas pela Vale, que incluem reservas e a produção de uma série de minerais estratégicos. (...) Sr. Presidente a Vale não é grande apenas pelo patrimônio e pelo sucesso econômico e

financeiro, mas pela diversificação, pelas reservas ambientais e pela inserção na melhoria da estrutura dos Estados onde atua, destinando recursos como os 48 milhões repassados este ano. O que está acontecendo é um verdadeiro crime anunciado, articulado nos bastidores deste Governo, em conluio com o capital monopolista internacional. É importante deixar muito claro, pois no futuro este Governo vai ser cobrado por suas atitudes de alienar os inesgotáveis recursos naturais aos interesses imperialistas mundiais que querem colonizar o Brasil. (BRAISL, 20-03-1997- págs. 07411 - 07412).

Como fica claro até aqui, os parlamentares que compõem o que chamamos de “corpus discursivo 1”, identificam as alterações no plano produtivo como resultado de uma conjuntura nacional e internacional de adesão à onda neoliberal, simbolizada pelos governos Margareth Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan e George W. Bush nos Estados Unidos. A inspiração desses governos advém da construção teórica dos economistas Milton Friedman e Friedrich Hayek, que postulam a necessidade de diminuição do Estado, seu papel consistiria em oferecer serviços de retaguarda (saúde, educação, infraestrutura) ao livre funcionamento das forças produtivas.

A partir disso, nosso próximo ponto de discussão refere-se à abertura econômica, a qual promoveu na economia brasileira uma livre circulação e movimentação de capitais voláteis em busca de níveis de remuneração. No entanto, apesar do verniz de modernidade apresentado pelas elites políticas, econômicas e intelectuais do Brasil, estes investimentos iriam desempenhar um papel protagônico ao propiciar a retomada do crescimento econômico. Diferentemente desta visão, estes parlamentares vêem no ajuste neoliberal uma nova configuração no regime de acumulação do capital, denotando um novo cenário de aprofundamento da vulnerabilidade da economia nacional frente aos ataques especulativos internacionais.

Nas palavras do Deputado Federal José Dirceu (PT-SP), as posições a favor da abertura econômica representam um “cosmopolitismo ingênuo”, tendo em vista as políticas protecionistas praticadas pelos países do primeiro mundo. Todavia, o parlamentar destaca que esta estratégia tem por objetivo boicotar o desenvolvimento tecnológico autônomo dos países periféricos (BRASIL, 20 – 02 – 1991, págs. 326-327). A oposição a esta visão é igualmente expressa nos pronunciamentos do Deputado Federal Ernesto Gradella (PT-SP), e da Deputada Federal Maria Laura (PT-DF), ambos elencam pontos importantes sobre a crítica ao “novo padrão de desenvolvimento”:

Os Planos Collor I e II são parte desta política dos países desenvolvidos. Em essência, política do imperialismo é tratar de que sua crise seja paga pelos trabalhadores, em especial os do Terceiro Mundo. (...) As únicas medidas que podem acabar com o modelo de dependência, decadência, e miséria que o imperialismo impôs ao nosso País, e que Collor se propõe a aprofundar, são aquelas que, no curso de sua própria luta, a classe trabalhadora desenvolveu nas últimas décadas. É um programa anticapitalista, anti-imperialista, que aponte para uma sociedade sem explorados nem exploradores, uma sociedade socialista com liberdade. O Governo Collor argumenta que com a abertura total do mercado brasileiro às empresas estrangeiras e o incentivo à "livre concorrência", haverá melhor integração com a economia mundial, virão os tão esperados investimentos de fora e, assim, começaremos a crescer de novo. Com esse remédio, enfim, o Brasil entraria para o Primeiro Mundo: Nada mais falso! Na verdade, a aplicação de tal receita de abertura total de uma economia como do Brasil - já dependente e dominada pelas grandes multinacionais, bancos e grupos econômicos estrangeiros - terá exatamente o efeito contrário. No atual momento da crise econômica mundial, quando esses grandes grupos estão lucrando menos e buscando desesperadamente compensar isso, a receita provocará como consequência o aprofundamento sem precedentes da exploração dos trabalhadores brasileiros, a destruição do parque industrial nacional, o fechamento de fábricas, o sucateamento do patrimônio, a destruição dos serviços, o desemprego e a miséria. (**Dep. Ernesto Gradella** - BRASIL, 09-04-1991, págs. 3414-3415).

Esta ofensiva corresponde aos programas de ajustes estruturais tão caros ao FMI, às diretrizes da Comunidade Econômica Européia, às negociações do Gatt, às decisões do Grupo dos 7. Os países endividados, como os da América Latina, com o Brasil à frente, devem se submeter às condições do FMI, como o Ministro Marcílio acaba de fazer para beneficiar-se dos chamados reescalamentos, isto é, de novos créditos destinados em boa parte ao pagamento dos débitos anteriores. (...) Mas para Collor, moleque de recados dos grandes e ricos deste mundo, a modernidade do FMI é indiscutivelmente positiva, e, entre um escândalo e outro, S. Ex. não pode e nem quer ser outra coisa que um agente dum verdadeiro processo de recolonização em curso. Exagero? Não, basta ser realista e analisar os fatos. O objetivo declarado dos Estados Unidos é o de transformar a América Latina numa vasta zona de livre troca à disposição dos grandes trustes norte-americanos. A livre troca das mercadorias e dos capitais jogam, sem nenhuma proteção, as economias da América Latina num reforço da pilhagem e entram qualquer industrialização que não seja o deslocamento das firmas dos Estados Unidos a exemplo das "maquiadoras" do México. Longe de ser uma decisão soberana de integração econômica de quatro países sul-americanos, o Mercosul é mais uma peça no quebra-cabeças da Iniciativa para as Américas, uma integração em bloco do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai à zona privilegiada de caça do capital financeiro dos Estados Unidos. (**Dep. Maria Laura** - BRASIL, 15-11-1991, págs. 23338-23342).

De acordo com as evidências expostas, parece interessante perceber que a leitura que esta formação discursiva realiza da conjuntura nacional e internacional apresenta interfaces com a ideia de sistema-mundo. De acordo com Immanuel Wallerstein (2007), o sistema capitalista mundial tem suas raízes na Europa e América do século XVI, quando começou a formar-se o mercado mundial e a estabelecer-se a divisão internacional do trabalho. Em sua versão contemporânea, o

estratagema utilizado pelas potências mundiais no mundo pós-colonialismo discorrem sobre pacotes de ajuda, integração econômica desigual, tratados de livre comércio, tais como, o consenso de Washington, a ALCA e o NAFTA. Tal estratégia de subjugação repousa na premissa de auxílio aos povos da periferia na conquista do progresso. No diagnóstico do autor, estes argumentos apresentam-se como valores universais, para justificar o direito de intervenção, incutir os valores do livre mercado e solapar a soberania e autodeterminação dos povos. Entretanto, conforme Wallerstein (2007), estes valores são fruto de criação social, pois englobam um conjunto de doutrinas, normas e valores que ambicionam o universalismo, haja vista, que as políticas são apresentadas como se refletissem valores incontestáveis.

Por fim, o quadro apresentado permite traçar um fio condutor dos pontos estruturantes do discurso do “corpus discursivo 1”, sobre as políticas macroeconômicas incidentes no desenvolvimento industrial brasileiro. Na perspectiva destes parlamentares, o receituário neoliberal que promove a abertura comercial e de serviços, liberalização da entrada e saída de capital estrangeiro, ruptura dos monopólios públicos e privatização, em verdade, guarda em si a tônica da nova ordem mundial, que consiste no enfraquecimento e subordinação dos Estados nacionais. Em outras palavras, representam o caráter colonialista de imposições vindas do Norte para o Sul, promovendo uma nova forma de sujeição das nações periféricas pela via do mercado.

O segundo foco de nossa atenção, diz respeito a vertente discursiva identificada como “corpus discursivo 2”. É pertinente deixar claro, que a defesa dos trabalhadores e da soberania nacional, além da crítica às políticas neoliberais aplicadas no Brasil, são elementos evocados nesta formação discursiva. Isto posto, com o objetivo de assinalar que ambas as formações discursivas possuem um centro de reivindicações comum. Todavia, conforme já dito, o Partido dos Trabalhadores sempre se caracterizou por ser uma instituição heterogênea, haja vista, a sua composição e interlocução com múltiplos grupos, que vão desde correntes marxistas às vertentes progressistas da Igreja Católica (PT, 1990). Sendo assim, quando analisamos os elementos construídos pelo “corpus discursivo 2”, sobretudo em relação aos temas competentes ao reordenamento do papel do Estado no quadro de transformações do capitalismo, percebe-se uma significativa diferença quando o parâmetro de comparação é o “corpus discursivo 1”. Neste panorama, o cenário se torna recheado de bifurcações, as quais este estudo

pretende caracterizar e escalonar. Com este objetivo em vista, apresentam-se os três (03) indicadores, com o propósito de dar conta da estrutura discursiva em questão, são eles: 1) As medidas liberalizantes e a redefinição das atribuições do Estado; 2) o papel das empresas estatais; 3) abertura econômica.

Seguindo a ordem estabelecida, nosso primeiro enfoque trata-se de um dos principais temas dos anos noventa (90), ou seja, o papel do Estado. É importante saber que tal debate emerge no contexto de crise do Estado de bem estar social (Welfare State) na Europa. Inspirado nas ideias do economista John Keynes, este identifica o intervencionismo estatal na economia como medida para garantir o funcionamento do sistema capitalista, do mesmo modo, para aparar suas imperfeições, tais como, a impotência em alcançar o pleno emprego e a distribuição equitativa da renda (OMAR, 2001). Outro fator importante refere-se ao fim do modelo estatizante da União Soviética (URSS). Nogueira Batista (1994), destaca que este último acontecimento fora crucial para conferir o grau de legitimidade das medidas para reformular o papel do Estado, pelo fato da mensagem estar sendo enviada pelas únicas forças hegemônicas no cenário internacional, os Estados Unidos e a Inglaterra.

Conforme dito anteriormente, neste cenário ganham força as teorias monetaristas, que de maneira distinta, postulam a necessidade de diminuição do Estado como fiscalizador e promotor do desenvolvimento econômico e social (OMAR, 2001). A partir da descrição do fenômeno, apresentamos os pronunciamentos dos deputados federais Paulo Bernardo (PT-PR) e Aloízio Mercadante (PT-SP), para delinear a perspectiva do “corpus discursivo 2” sobre esta discussão.

Infelizmente, hoje, as alternativas concretas, acabadas, a nível de modelo, que se nos apresentam como dois extremos, são, de um lado, a chamada visão neoliberal e, de outro, a estatista ou estatizante. A primeira, a neoliberal propõe um Estado mínimo, sem nenhuma intervenção no processo econômico da sociedade. O comando da economia cabe à sociedade civil, a qual deve se subordinar à lógica do mercado, à economia de mercado, ao *laissez-faire*. Supõe, portanto, uma sociedade auto-regulável pela “mão invisível” do mercado, que tudo resolve pelas suas leis, pela correlação entre oferta e procura. (...) Esqueceram-se de nos dizer, também, que a liberdade de iniciativa requer necessariamente igualdade de oportunidades, simetria de pontos de partida. (...) A segunda, contrariamente, vê na intervenção estatal a chave para a solução de todos os problemas, para a promoção do bem-estar social, da justiça, da igualdade. (...) Omite ou ignora que o Estado cresce e se robustece – na razão inversa do fortalecimento da cidadania; que quanto mais se avoluma, maior o peso que deposita sobre os ombros do cidadão, e maiores são a

lentidão e a inoperância. Da mesma forma que o liberalismo mitifica o mercado, a visão estatista sublima o Estado. (...) Onde está a solução? No estatismo ou no liberalismo privatizante? Acreditamos que nem lá nem cá, mas em um caminho alternativo, qual seja: por um lado, fortalecer o patrimônio público, que foi construído com esforço de todos e que, portanto, não pode ser dilapidado ou entregue ao domínio privado, e, por outro, submeter à ação do Estado ao controle efetivo da sociedade, através do fortalecimento das organizações civis. **(Dep. Paulo Bernardo - BRASIL, 17-09-1991 – págs. 16997-17000)**

Nossa avaliação é a de que repensar a relação entre Estado e mercado de uma forma criativa será superar um paradigma histórico. Em primeiro lugar, não há possibilidade de imaginar que o acesso às novas tecnologias passe por uma sociedade de Estado. O sistema de planejamento centralizado fracassou historicamente. O Estado não tem condições de administrar a produção de serviço de botões, mamadeiras, a corrida astronáutica, a indústria bélica e setores de ponta de tecnologia. A burocratização do processo produtivo impede o desenvolvimento. De outra parte, a idéia que encontramos frequentemente nesta tribuna, é a que prega este Governo, é a de que o mercado por si só leva ao caminho do desenvolvimento. O mercado concentra riqueza, renda e poder. O mercado promove a desigualdade, e a sociedade não se pode organizar tendo apenas o lucro como seu grande objetivo. Nós precisamos de uma nova discussão entre ética econômica e política. O mercado precisa de uma força superior que regule os limites que é a política, a defesa dos interesses públicos. Por isso, cabe ao Estado regular o mercado. Primeiro, queremos um mercado regulado e, segundo queremos um mercado orientado socialmente, que seja impulsionado para atender às imensas demandas populares. **(Dep. Aloízio Mercadante - BRASIL, 22-05-1991 – págs 7017-7020).**

Diante do exposto, é plausível aferir que os pronunciamentos se inclinam a uma posição intermediária nesse debate, ou seja, expõe as fragilidades do mercado como único agente capaz de promover o desenvolvimento, na mesma medida, desmistifica a noção de que a estatização seja o caminho mais acertado, sobretudo em tempos de globalização. Isto em decorrência de duas razões, primeiramente, o desalinho dos parlamentares com a ideia de que o livre andamento das forças produtivas é capaz de assegurar a inclusão e as garantias sociais às massas excluídas. Em segundo lugar, embora o Estado seja percebido como central para atestar os direitos sociais. Não obstante, segundo os parlamentares, a estatização é vista como incapaz de promover o desenvolvimento tecnológico, especialmente diante da complexificação dos processos produtivos através do advento das tecnologias da informação, que impuseram maiores esforços em termos de investimento e melhoria da gestão de diversos segmentos.

A necessidade de um caminho alternativo entre o estatismo e o neoliberalismo é central para compreender esta construção discursiva. Nesta mesma perspectiva, o Deputado Federal José Genoíno (PT-SP), salienta a mesma preocupação, entretanto, efetua uma crítica interna, o mesmo alerta que a estratégia

defensiva da esquerda brasileira impediu a construção de um projeto alternativo, que fosse mais de acordo com a realidade. Conforme o parlamentar, as reformas de Estado eram necessárias, então, cabia discutir o conteúdo das mesmas, de maneira a atenuar o viés conservador que estas viriam a apresentar. Segue abaixo o trecho do pronunciamento do parlamentar que ratifica o exposto:

Registre-se que a esquerda mundial, incluindo nós, da esquerda brasileira, entrou nos anos 90 com uma agenda que, no fundamental, não era uma agenda morta, na medida em que não respondia às necessidades postas pela realidade. Se tivemos o mérito de estar nas fileiras de frente da luta pela redemocratização e de levar adiante as bandeiras do movimento social, fomos incapazes de apresentar uma alternativa de esquerda para o elenco de reformas que redefinem o papel do Estado. Em suma, a esquerda entrou nos anos 90 em defensiva. Com isso, as reformas realizadas ou em andamento tiveram um viés conservador. (...) O conteúdo do programa de reformas do Governo Fernando Henrique Cardoso não foge à regra geral. De qualquer forma, o que parece claro é que as reformas eram e são necessárias. O que se tratava de definir e de disputar na arena política eram quais as reformas e qual a natureza das reformas. (...) No caso das reformas em curso no País é inegável que elas respondem a algumas necessidades e que podem melhorar e ampliar o acesso a serviços públicos. Mas, no geral, pode-se dizer que elas padecem de alcance, de eficácia, de agilidade e orientação. (BRASIL, 21-02-1997 – págs. 04689-04690).

A posição destes parlamentares, a qual reivindica uma postura intermediária sobre as atribuições do Estado, nos fornece elementos para compreender seu posicionamento sobre as empresas estatais e a abertura econômica no período de transformações estruturais. Em primeiro lugar, trataremos sobre o papel das empresas estatais, uma vez que, os mesmos elementos são identificados quando a discussão refere-se à privatização ou manutenção destas empresas sob o domínio do Estado. Assim, é possível perceber que os mesmos são a favor da privatização de algumas empresas consideradas com menor importância. No entanto, os mesmos conferem forte oposição no tocante à privatização das estatais com potencial estratégico elevado, tais como, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. Os pronunciamentos dos deputados federais Jacques Wagner (PT-BA) e José Genoíno (PT-SP), corroboram os aspectos descritos até o momento.

Não sou daqueles que defendem a estatização pura e simples, mas tampouco defenderei a privatização leviana que tem apenas a tarefa de transferir capital popular, nosso, para as mãos da iniciativa privada. (...) Não somos a favor de estatização cega e burra, tampouco da privatização leviana. Não é o momento de se destruir a Petrobrás e sua história. É o momento da retomada dos investimentos e do fortalecimento do sistema. A Petrobrás é do povo e não pode ser entregue. (**Dep. Jacques Wagner** – BRASIL, 21-02-1991, págs. 455-456).

Neste sentido, o problema da estatização ou da privatização de empresas não deve seguir critérios ideológicos, mas deve levar em conta a racionalidade econômica e os interesses mais gerais da sociedade. O Brasil tinha uma série de empresas estatais que não fazia o menor sentido que fossem públicas. Este, contudo, não parece ser o caso da Vale do Rio Doce. O seu processo de privatização está sendo tocado sem uma ampla discussão e com critérios não muitos claros. (...)A oposição à venda da Vale não deve se pautar em velhas idéias nacionalistas ou em preceitos autárquicos. O que está em jogo são os bens públicos e interesses da sociedade e importa que sua manutenção pública ou a sua venda produza vantagens para a coletividade. Outra questão que o Governo não leva em conta é que a Vale ocupa uma posição estratégica no mundo, na área de derivados de minérios. A detenção do seu controle acionário confere enorme força de negociação a quem o possui. O Governo não fez uso desse poder e nem está disposto a fazê-lo. Num mundo de economia globalizada, governos e empresas transnacionais lançam mãos de suas forças nos mercados para extrair vantagens. O Brasil simplesmente desperdiça as chances que tem. Isto faz que o país se tome apenas um paciente da globalização, não um ator com inserção autônoma e com cacife no fogo nas pressões e negociações. O desastroso desempenho da balança comercial comprova que a abertura da economia está sendo mal conduzida e é unilateral. (**Dep. José Genoíno** - BRASIL, 10-04-1997– págs. 09042-09043).

A partir dos pronunciamentos, cumpre notar que, em parte, os parlamentares corroboram a posição sobre o excessivo tamanho das burocracias estatais e o quão dispendioso é manter estas empresas consideradas ineficientes e atrasadas tecnologicamente. Neste sentido, percebe-se a emergência de outros critérios utilizados para definir a posição destes, por exemplo, aspectos referentes à eficiência, eficácia, desempenho e competitividade. Conforme sustenta o Deputado Federal Paulo Bernardo (PT-PR) “Das 64 empresas diretamente controladas pela União, 23 apresentaram prejuízos(...) Quer dizer, empresas que dificilmente terão condições de sobreviver dentro de uma lógica dinâmica, competitiva” (BRASIL, 17-09-1991-págs.16997-17000). Em suma, os parlamentares denotam a necessidade de imprimir no setor público a lógica do setor privado, ao estabelecer que muitas das empresas públicas não apresentam desempenho à altura para disputar espaços em um mercado competitivo. Desse modo, percebe-se uma ênfase muito maior em aspectos que privilegiam a lógica econômica em detrimento de outros valores, tais como, os demonstrados pelo “corpus discursivo 1”.

Por conseguinte, parece apropriado passarmos para o último foco de atenção. De acordo com o que já fora exposto, é válido lembrar que a abertura econômica efetuada nos Governos Collor e FHC inseriram o Brasil na globalização produtiva e financeira. De fato, o tema é controverso, por exemplo, a primeira formação discursiva apresentada vê estas mudanças como uma tentativa de colonização via

mercado. Entretanto, é possível constatar que estas medidas transformaram o papel do Estado, uma vez que, a mobilidade dos fluxos financeiros tornou possível que empresas estatais e privadas se credenciassem a absorver investimentos diretos externos (IED).

Por exemplo, a Petrobrás possivelmente não teria dado um salto em termos de técnicas de perfuração e pesquisa, caso dependesse exclusivamente de verbas estatais. Com o advento da globalização, países como o Brasil, redefiniram políticas econômicas e comerciais de modo a tornar o país atraente para os investimentos dessa natureza. Novamente o exemplo da Petrobrás é oportuno, haja vista que o valor de mercado da empresa em 2001 era de US\$ 62 BI e saltou progressivamente para US\$ 404 BI ao ano em 2011 (CURY, 2011). Assim, os investimentos captados no mercado, conjuntamente com os investimentos estatais durante o Governo Lula, tornaram esta empresa de ponta no setor petrolífero.

Contudo, os investimentos captados no mercado, mormente nem sempre são dessa natureza, isto é, mesmo buscando remuneração estes são aplicados para oferecer retaguarda financeira a empresas, dentre elas, a do setor produtivo. Todavia, há outra forma de investimentos via mercado, denominado de capitais de curto prazo, conhecidos como capitais voláteis ou especulativos. Estas aplicações são efetuadas exclusivamente no mercado financeiro e podem afetar significativamente a estabilidade de empresas e governos. Tendo em vista, que estes buscam de altas remunerações, no entanto, mediante a queda nas ações que está investido, o mesmo pode se retirar rapidamente e buscar outras oportunidades de lucro. Segue abaixo o pronunciamento do Deputado Federal Paulo Delgado (PT-MG), sobre a globalização e as mudanças estruturais na economia brasileira e mundial:

Está começando a quarta revolução industrial e, como sempre, a política não acompanha, como deve, as mudanças fundamentais que ocorrem no mundo e nos países. Mudanças tão radicais costumam vir acompanhadas de opiniões e posições também radicais. (...) O mesmo equívoco que existe no endeusamento das novas relações de produção e de convivência entre os povos está presente, também, na sua demonização. Pois a ambos parece que aos homens e mulheres, não cabe interferir e direcionar esse processo. Para uns, por ser considerado o caminho natural da humanidade; para outros, ao contrário, por ser um rumo inaceitável para a humanidade. Não é, segundo meu ponto de vista, nem uma coisa nem outra. A revolução tecnológica é saudável e até esperada. A globalização ao permitir que vários países internalizem os avanços da ciência e tecnologia, pode ser até positiva, mas ela não pode existir sem que se amplie a vantagem dos

países e povos que no quadro internacional se encontram em desvantagem. (BRASIL, 28-08-1997 – págs. 25332 – 25336).

A partir do pronunciamento acima, novamente constata-se uma visão mais moderada em relação à abertura econômica. Tendo em vista a avaliação do parlamentar, a qual pondera que os reflexos da globalização produtiva e financeira podem oferecer um ganho substantivo aos países periféricos em termos de absorção de avanços científicos e tecnológicos. Todavia, o deputado, ressalva que estes instrumentos não podem servir para elevar o abismo em termos de vantagens comerciais e financeiras entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Preocupação esta presente no diagnóstico da Deputada Federal Irma Passoni (PT-SP), para quem o Brasil deveria adotar medidas protecionistas em alguns setores da indústria, tais como, software e informática. De acordo com a parlamentar, uma abertura ampla em termos de concessão e investimentos externos poderia criar uma disparidade tecnológica que distinguiria o Brasil dos países desenvolvidos (BRASIL, 22-05-1991, págs. 7020-7022). Ademais, com a adoção destas medidas, avalia a deputada, abriríamos mão de construir alternativas tecnológicas e o precedente para reforçar as tendências da divisão internacional do trabalho entre centro e periferia, processos que redundariam em dependência tecnológica no futuro (BRASIL, 22-05-1991, págs. 7020-7022). Segue abaixo, os pronunciamentos da Deputada Federal Irma Passoni (PT-SP), e do Deputado Federal Paulo Delgado (PT-MG), que sob outros argumentos exploram este tema.

Não sou das que se colocam contra a abertura do nosso mercado aos países amigos, muito menos ao ingresso do capital estrangeiro dirigido estritamente para o nosso desenvolvimento. O País precisa desenvolver componentes. Contudo, advogo a necessidade do investimento produtivo, capaz de gerar riquezas e tirar a nossa população da situação de miséria a que assistimos no nosso cotidiano. A Comissão de Ciência e Tecnologia terá o meu apoio para condicionar as importações aos investimentos em qualificação de recursos humanos. (...) Quero dizer que o grande erro deste País foi o de não dar condição de desenvolvimento às pesquisas tecnológicas. Não adianta dizer que somos um País atrasado. (**Dep. Irma Passoni PT-SP** - BRASIL, 22-05-1991 – págs. 7020-7022).

Daí ser extremamente nocivo que a competitividade aguda do mercado venha sendo desenhada por decisões de governos tanto nas economias internas como em acordos internacionais. Não faz sentido ser radicalmente contra a abertura das economias nacionais, mas não a custo de derrubar a capacidade interna de cada País. (...) Se o caminho é o da internacionalização da economia, cabe os governos fazer com que as empresas multinacionais instaladas em seus países, utilizando sua mão-de-obra barata, paguem impostos compatíveis com os lucros estrondosos que têm aferido. (...) Cabe aos governos fazer acordos e negociações que levem

em conta as necessidades de seu País. O receio de perder o trem da competitividade tem levado muitos governos a esquecerem seu papel de promotor das economias nacionais. Abre-se tudo, entra-se tudo e quebra-se quase tudo o que existia internamente. (...) Por mais antiquado que possa parecer aos olhos de um século XXI globalizado, é papel dos Estados nacionais pensar no bem-estar. (Dep. Paulo Delgado PT-MG - BRASIL, 28-08-1997 – págs. 25332 – 25336)

Os pronunciamentos acima ilustram a perspectiva do “corpus discursivo 2” sobre a abertura econômica. Uma vez que, ressalta-se uma preocupação muito pertinente, isto é, quanto às possibilidades do desenvolvimento tecnológico ao longo prazo. Salientando, a necessidade de aproveitar as oportunidades que as transformações na estrutura da economia podem oferecer, especialmente, na atração de capitais produtivos que poderiam colaborar para o aprimoramento de áreas, tais como, informação virtual e a computação. Entretanto, à medida que se enumera as possíveis benesses da globalização produtiva e financeira, ao mesmo tempo, se pondera as fragilidades que esse processo pode expor à economia brasileira. De acordo com os parlamentares, a abertura econômica possibilita arranjos econômicos controversos, o que exigiria das economias periféricas respostas em termos de políticas macro e microeconômicas mais adequadas a esse contexto. Em suma, denota-se que não há apenas um caminho ou modelo a ser seguido, antes o País deve elaborar e adotar políticas apropriadas a uma estratégia de desenvolvimento voltada para o futuro. De outro modo, a economia brasileira continuará tendo peso periférico em uma economia mundial cada vez mais competitiva e tecnologicamente avançada.

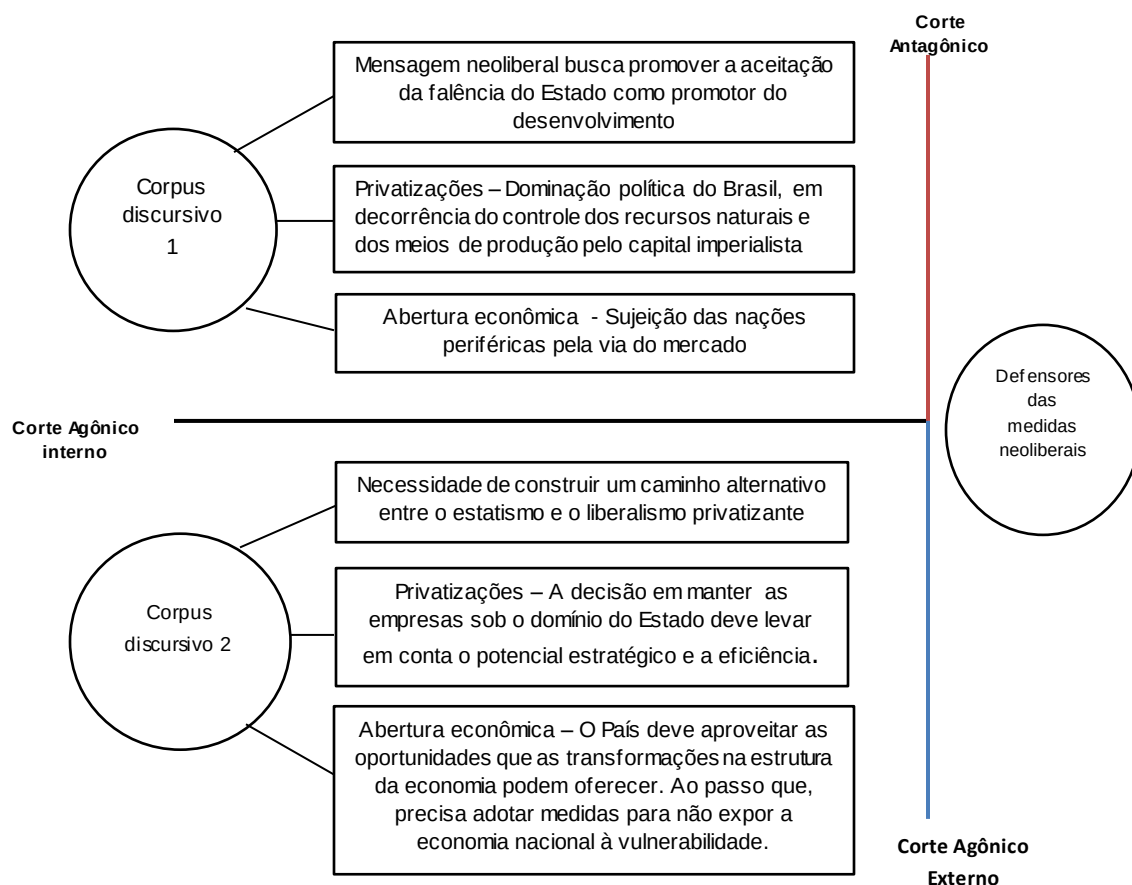
3.2.2 Comparando os sentidos

No capítulo II, afirmamos que a noção de discurso que se busca empregar é advinda da teoria de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe, cuja perspectiva de discurso se refere à teoria dos sentidos, das significações que os grupos ou instituições constroem. Portanto, nada mais carregado de significado que as manifestações de fala dos parlamentares, que passam a ser compreendidas como discurso, à medida que representa a ideia de um coletivo no cenário político, e por consequência expressará a especificidade que norteará sua ação. É pertinente lembrar, que todo discurso se constitui em uma busca incessante de êxito em fixar sentidos a um tema. Conforme Laclau e Mouffe (2010), esta fixação é provisória e

precária, por mais que dure ao longo do tempo ela é arbitrária e contingente, ou seja, nada garante que ela será obrigatoriamente assim (MENDONÇA, 2003).

Pensando nestas questões, a segunda seção deste capítulo teve por objetivo delinear os principais elementos de significação dos parlamentares. No decorrer da pesquisa tornou-se evidente a existência de dois corpus discursivo, os quais diferenciamos. Cumpre chamar a atenção, que na formação de um discurso sobre uma temática qualquer, o mesmo articula sobre si elementos variados, pois esta é a condição para o mesmo possuir significado. Assim, as articulações de sentido dos dois grupos foram apresentadas mediante três indicadores, considerados *sine qua non* para compreender as mudanças estruturais da economia brasileira, e que influenciaram sobremaneira a indústria nacional pós-consenso de Washington. A partir disso, oferecemos duas leituras sobre este processo, a primeira versa sobre o rompimento com as medidas liberalizantes, já a segunda, sobre a construção de alternativas para posições radicais sobre este tema.

GRÁFICO 12 - Os sentidos articulados na construção do discurso do “corpus discursivos 1 e 2” sobre as reformas estruturais na economia brasileira.



Fonte: Elaboração Própria, com base no modelo de Freitas (2012).

Além das diferenciações internas entre estes discursos, é válido atentar para as lógicas que estruturam os mesmos no campo da discursividade. Primeiramente, abordaremos quando um discurso é antagônico a outro. De forma análoga, podemos apreender que a construção do discurso denominada “corpus discursivo 1” esboça uma relação antagônica com as demais forças do quadro partidário brasileiro (salvo os partidos que compunham a Frente Popular³⁷). Não esquecendo que o antagonismo refere-se a uma relação de exclusão, isto é, quando a presença de um discurso, não deixa que o outro se constitua completamente. Não posso ser completamente “eu” na presença do outro (PINTO, 1988).

Para ser mais claro, os sentidos construídos sobre o que são os conteúdos e perspectivas do “corpus discursivo 1” é necessariamente não serem os mesmos do PSDB, PFL, PP e PTB. Portanto, a presença de um, resulta na ausência do outro, por não compartilharem universais mínimos e conteúdos comuns, devido às políticas adotadas ou apoiadas por estes partidos, tais como, liberalização, privatizações, etc.. Neste quadro, dada construção discursiva acreditava serem políticas com vistas ao capital privado, de inserção em um sistema internacional injusto e explorador, sem priorizar a população, a soberania e os interesses nacionais. Construindo uma cadeia de equivalências, onde tudo o que não era Frente Popular ou PT, era partido burguês defensor dos direitos das elites aristocráticas deste país (PT, 1998).

Diferentemente do “corpus discursivo 1”, que opera uma crítica estrutural a estas medidas, os pronunciamentos dos parlamentares que compõem o segundo corpus discursivo vislumbram desacertos na forma de operacionalização, chamando a atenção para a ausência de alguns elementos no pacote econômico. Nesta perspectiva, há a necessidade de disputar, a partir das medidas liberalizantes, formas de condução das mesmas, de maneira que se bem orientadas estas poderiam oferecer saldos positivos para a economia e indústria brasileira.

De acordo com as evidências, denotamos que o “corpus discursivo 2” se constrói sob a lógica do agonismo. A mesma sugere uma relação em que ser PT é ser diferente do PSDB, do PTB, e do PFL, assim não são mais antagônicos, mas adversários, como supõe a visão clássica de partidos, onde agremiações com propostas ideológicas se posicionam sob diferentes ângulos para propor benesses ao todo (SARTORI, 1965). Nas relações agônicas, os discursos se definem

³⁷ A coligação Frente Brasil Popular era formada pelo PT, PC do B e PSB.

completamente de forma independente do outro, buscando a legitimidade no campo discursivo, com o intuito de influenciar no curso das propostas políticas, de acordo com suas posições, todavia em concorrência com outros discursos que também possuem legitimidade nesta disputa.

Por fim, cabe ressaltar o modo como estes pronunciamentos se apresentaram durante a coleta. Neste sentido, foi viável apreender que os pronunciamentos com a característica discursiva do primeiro corpus discursivo, formam um bloco amplo, e até certo modo hegemônico. Não obstante, se compararmos os anos de 1991 e 1997, denota-se um movimento decrescente. Uma vez que, a quantidade de pronunciamentos coletados em 1991, apresentam em sua grande maioria os aspectos identificados com o “corpus discursivo 1”, ao passo que em 1997, embora ainda hegemônico, o mesmo perde força. De outro modo, os sentidos correspondentes ao segundo corpus discursivo, empreenderam um movimento inverso ou ascendente, haja vista que em 1991 exprime-se em manifestações remotas, entretanto, em 1997 o mesmo se faz cada vez mais corrente.

Com base nas informações apresentadas, estamos em condições de elencar duas possíveis hipóteses para explicar este fenômeno. Em primeiro lugar, cabe salientar, que os parlamentares enunciadores do primeiro corpus discursivo apresentam ênfases distintas em seus pronunciamentos. Isto posto, para dar relevo que os mesmos, em 1991, apresentavam maior preocupação com os setores de alta e média-alta IT, não obstante, a partir de 1997 estes passam a realçar com mais veemência a necessidade de reforma agrária e os elementos descritos na primeira seção. Tal fator pode explicar, que a perda de intensidade nos pronunciamentos sobre os setores de ponta da indústria em 1997, na verdade, refletem um redirecionamento da preocupação destes parlamentares.

A segunda hipótese nasceu da curiosidade, isto é, após ler tantos pronunciamentos e interessantes construções de sentido, buscou-se através do site da Câmara dos Deputados a trajetória política de cada parlamentar. A partir disso, fora possível evidenciar que os parlamentares enunciadores dos elementos que compõem o segundo corpus discursivo, a medida do tempo e com exceções, ingressavam nos altos escalões da estrutura do PT, nas indicações do partido para os governos estaduais e na composição dos Ministérios do Governo Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011- -).

Por exemplo, Aloízio Mercadante foi coordenador das campanhas presidenciais de Lula em 1989 e 2002, além de líder do PT no Senado (BRASIL, 2013). Jacques Wagner, foi Ministro do Trabalho e das Relações Internacionais durante o governo Lula, atualmente é governador do Estado da Bahia. Paulo Bernardo, igualmente, tornou-se Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil no Governo Lula, além de atual Ministro das Comunicações (BRASIL, 2013). E por fim, uma das figuras mais célebres do PT, o deputado federal José Genoíno, é um dos políticos com maior peso dentro do partido, tendo sido presidente do PT em 2002, líder do partido na Câmara dos Deputados, além de Ministro da Defesa no Governo Lula (BRASIL, 2013).

Por outro lado, os parlamentares identificados no “corpus discursivo 1” registram trajetórias políticas distintas aos do “corpus discursivo 2”. Levando em consideração que alguns deles saíram do Partido dos Trabalhadores, tais como, Ernesto Gradella e Ivan Valente, atualmente estão filiados no PSTU e PSOL, respectivamente (BRASIL, 2013). Não obstante, todos os outros parlamentares que se pronunciaram sobre o nosso tema, e, por conseguinte estão em nossa coleta de pesquisa, passaram a militar em seus estados de origem. Por exemplo, Chico Vigilante se tornou Deputado Distrital em Brasília, Raul Pont e Valdeci Oliveira como Deputados Estaduais no Rio Grande do Sul (BRASIL, 2013). A única exceção refere-se ao Deputado Federal José Dirceu, que como sabemos foi Ministro - Chefe da Casa Civil no Governo Lula, além de presidente do PT (BRASIL, 2013). De acordo com o rastreio efetuado, afirmamos de antemão que para a próxima etapa da pesquisa³⁸, somente dois³⁹ parlamentares estarão presentes na 52ª legislatura (2003-2006), a saber, Ivan Valente e Adão Pretto⁴⁰. No entanto, outros parlamentares podem vir a incorporar-se a esta formação discursiva nas próximas legislaturas.

Assim, embora a primeira hipótese explique em parte a baixa amplitude dos pronunciamentos do “corpus discursivo 1”, em 1997, sobre os setores de ponta da indústria. É igualmente evidente que os sentidos enunciado e classificados como referentes ao “corpus discursivo 2” passam a ganhar mais terreno, já em 1997.

³⁸ A análise do discurso dos deputados federais do PT sobre a indústria nos anos 2000.

³⁹ Mesmo eleito para o mandato entre 2003 - 2006, e credenciado para que pudéssemos coletar seus pronunciamentos, o Deputado Federal José Dirceu, neste período exercia a função de Ministro-Chefe da Casa Civil.

⁴⁰ Ambos somente poderão estar presentes somente na primeira etapa da coleta dos anos 2000, por conta da desfiliação de Ivan Valente em 2005, e em virtude do falecimento de Adão Pretto em 2009.

Embora a política seja um campo próprio às vicissitudes, isto é, parlamentares podem vir a compor ou romper com dadas perspectivas. Todavia, os dados que dispomos até o momento, sugerem que não seria um prognóstico absurdo a inversão dos sentidos hegemônicos, isto é, as características enunciadas pelo “corpus discursivo 2” estarem mais presentes nos pronunciamentos durante os anos 2000, ao invés dos sentidos elencados pelo “corpus discursivo 1”. Isto dito, com base no sucesso eleitoral dos parlamentares enunciadores da segunda construção de sentido descrita, que estarão presentes, em grande medida, na 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2003-2006)⁴¹.

Considerações

Por intermédio deste capítulo fora possível identificar questões que começam a turvar o diagnóstico esperado. O que equivale a dizer, que a hipótese apresentada inicialmente, isto é, a ressignificação de sentidos no interior do Partido dos Trabalhadores na passagem dos anos noventa para os anos 2000, já não se encontra em condições de ser plenamente confirmada.

Isto posto, não em função do discurso hegemônico sobre segmento agrário no Brasil, apresentado na primeira seção deste capítulo. Haja vista, o corte antagônico entre as concepções do Partido dos Trabalhadores, e as ideias basilares da implementação da política agrária no País nos anos noventa, a qual, segundo os parlamentares do PT, tem por objetivo uma maior internacionalização da indústria agrária com ênfase dos investimentos governamentais nos grandes proprietários e empresários do setor.

A não confirmação de nossa hipótese inicia na segunda seção, onde é constatada uma bifurcação de sentidos, no tocante as políticas macroeconômicas que alteraram o panorama da indústria brasileira. Dessa forma, a presença dos sentidos elencados no “corpus discursivo 2” torna incômodo, ou no mínimo impreciso afirmar a ideia de uma possível variação, mudança ou ressignificação de sentidos ao falar sobre o PT dos anos noventa e dos anos 2000. Posto que, algo só muda ou se ressignifica, à medida que possuía outra forma ou conteúdo distintos do que viria a assumir, não é esse o caso. Assim, se porventura o este discurso

⁴¹ As exceções são: Irma Passoni (não exerceu mais cargos públicos a partir de 1995), Aloízio Mercadante (eleito senador em 2003), Jacques Wagner (assume o Ministério do Trabalho) e Jair Meneguelli (desde 2003 preside o conselho nacional do SESI).

moderado se torne hegemônico na próxima etapa da pesquisa, este fato atestará a não completude na confirmação da hipótese, pois nesse quadro seria mais apropriado empregar o termo mudança para identificar uma inversão na hegemonia discursiva no interior do partido. Bem como, nesse caso, não falaríamos em ressignificação de sentidos, mas em reativação dos sentidos que sempre estiveram presentes no interior da estrutura.

CAPÍTULO IV

As políticas incidentes sobre a indústria brasileira nos anos 2000

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar os sentidos produzidos pelos deputados federais do Partido dos Trabalhadores, para caracterizar as políticas que influenciaram no desenvolvimento industrial brasileiro. No entanto, diferentemente do capítulo apresentado anteriormente, quando o Partido dos Trabalhadores fazia oposição às reformas estruturais implementadas nos governos Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), nesta etapa, os parlamentares encabeçam a bancada da situação, assim, encarregados de dar sustentação política no Congresso Nacional ao Governo Lula (2003-2010). Por esse motivo, os pronunciamentos denotam a característica de intercessão às políticas adotadas pelo referido governo.

Neste cenário, examinaram-se os sentidos gerados por tais deputados referentes ao tema em questão. Com o propósito de apreender quais os elementos de sentidos se articularam para a construção do(s) discurso(s) presente(s) nos pronunciamentos dos parlamentares petistas entre os anos de 2004 e 2010. O resultado da investigação fora a construção de três (03) seções, que abarcam os sentidos hegemônicos expressos para significar as ações do Governo Lula, bem como, comparar a construção discursiva apresentada nos anos noventa (90), com a que se registrará nos anos 2000.

Na primeira seção, o texto discute a questão agrária no Brasil, para isso apresentamos dois eixos para analisar esta etapa da pesquisa, os mesmos versam sobre a agricultura familiar; e o binômio agricultura familiar x agricultura empresarial. Na segunda seção, o estudo trata das políticas aplicadas no Brasil e que representam reflexos negativos para as indústrias de alta e média-alta intensidade tecnológica. Dessa forma, discute-se a significativa atenção do governo sobre a estabilidade macroeconômica, de igual modo, sobre os resultados aferidos por esta política, especialmente, na balança comercial e na construção do mercado interno de massas. A última seção tem como objetivo apresentar o exposto no capítulo anterior, com as conclusões a serem obtidas nesse, de modo a compreender o panorama discursivo diagnosticado entre estas décadas.

4.1 A questão agrária nos anos 2000: Agricultura Familiar

O amparo à agricultura familiar foi apresentado como um dos elementos constituidores do discurso do Partido dos Trabalhadores nos anos noventa (90). Durante os anos 2000, este discurso permanece hegemônico entre os parlamentares. Para demonstrar este fato, utilizaremos os mesmos indicadores do capítulo anterior, os quais atentavam para a necessidade de recursos facilitados para a ampliação do setor, assim como, a função social que este deveria desempenhar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), fora crucial nas ações do Governo Lula, dado que, seu objetivo era financiar projetos individuais ou coletivos, com o intuito de gerar renda aos agricultores familiares (PT, 2006; 2010). É pertinente ressaltar que a agricultura familiar corresponde aos pequenos agricultores, ou seja, mini fundistas e trabalhadores sem-terra assentados (PT, 2002; 2006; 2010). Assim, este programa visou fornecer crédito para o custeio da safra, investimento em máquinas, infraestrutura e melhoramento tecnológico da produção (PT, 2006; 2010). Através dele as ações em prol deste segmento foram instrumentalizadas e ganharam notoriedade no Governo Lula. Por conta disso, ele é mormente evocado pelos parlamentares como uma experiência bem-sucedida do Governo Federal, em contraste com a operacionalização do Pronaf no Governo FHC. Abaixo os pronunciamentos dos deputados federais, Assis Miguel do Couto (PT-PR) e Beto Faro (PT – PA), os quais abordam as ações em prol do setor, da mesma forma, comparam os Governos Lula e FHC, no tocante a esta agenda:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, anunciaram a mais de 4 milhões de famílias de agricultores brasileiras o lançamento do Seguro da Agricultura Familiar. “Um programa com dimensão socioeconômica extraordinária”, Srs. Deputados, que possibilita ao agricultor familiar liquidar integralmente o financiamento feito via PRONAF e ainda receber renda em caso de perda total. Como Coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, minha satisfação em fazer parte da luta junto ao Governo Federal para ver aprovada a medida é ainda maior. O seguro para a agricultura familiar era uma reivindicação antiga do setor, que até então não dispunha de proteção contra os prejuízos causados por fenômenos climáticos como a seca ou o excesso de chuvas. São cerca de 20 anos à espera de uma alternativa para essa cruel realidade brasileira. Assim, caros colegas, o novo seguro dá seqüência à política do Governo Federal de apoio à agricultura familiar, trazendo medidas que irão dar maior segurança aos plantios desses agricultores, beneficiando os contratos de financiamento já para a safra agrícola 2004/2005, cerca de 850 mil agricultores só neste ano. O novo seguro é mais um exemplo de que, quando os diferentes agentes da

sociedade – cidadãos, Poder Público, sociedade civil organizada, entidades – se reúnem em torno de um tema, o resultado do trabalho acaba sendo muito mais próximo do desejado por todos. (**Dep. Miguel do Couto** - BRASIL, 21-10-2004 – págs. 45223-45224).

O Presidente Lula anunciou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011. Os recursos a serem oferecidos para o crédito a esses agricultores será de 16 bilhões de reais, ou seja, um crescimento de 572% ante os 2,4 bilhões de reais da safra 2002/2003. Tenho destacado reiteradamente desta tribuna as enormes conquistas da agricultura familiar ao longo dos dois Governos do Presidente Lula. Tais conquistas mudaram de forma radical o cenário de penúria e abandono que esses trabalhadores vivenciaram até o Governo FHC. Não significa que foram resolvidos todos os problemas da agricultura familiar, herdados da sua história de exclusão das políticas públicas. Todavia, passos extraordinários foram dados para resgatar o protagonismo desse segmento na economia agrícola brasileira. Um indicador importante da mudança de cenário socioeconômico dos agricultores familiares pode ser obtido quando constatamos que, em 2002, último ano do Governo FHC, a inadimplência desses trabalhadores junto ao crédito rural era de 37,5%; atualmente essa taxa caiu para 3%. As medidas do Plano Safra 2010/2011 possibilitarão a ampliação das conquistas da agricultura familiar. Além do enorme volume de recursos para o crédito, os juros máximos das operações de custeio pelo PRONAF foram reduzidas de 5,5% para 4,5% ao ano. Nas operações de investimento, os juros máximos passarão a ser de 4% contra os atuais 5% ao ano. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, foi recentemente criada pela Lei nº 12.188, de 2010, regulamentada no dia 16 de junho, véspera do anúncio do Plano Safra, pelo Decreto nº 7.215. Estarão dispostos recursos da ordem de R\$626 milhões. Nesse particular, o Governo Lula recuperou quase que totalmente os serviços de assistência técnica e extensão rural para os pequenos agricultores, totalmente desmantelado nas gestões FHC. (**Dep. Beto Faro** – BRASIL, 24-06-2010 – págs. 30076 – 30078).

No Brasil atualmente há cerca de 4.139.369 estabelecimentos familiares e 554.501 patronais. Os dados revelam a extensão da agricultura familiar no País, e ademais, denotam a força deste segmento em termos de geração de trabalho, alimentos e renda. Além do mais, isto nos mostra o perfil heterogêneo do setor, desigualmente distribuído ao longo do território brasileiro. Igualmente, reflete que as ações para o segmento devem atender essa heterogeneidade, pois a classificação como agricultura familiar, incorpora trabalhadores do meio rural que já alcançaram certo grau de padrão tecnológico no processo produtivo, e os que produzem para subsistência e abastecimento do comércio local. Independentemente do estágio produtivo, que difere estes estabelecimentos rurais, sua função preponderante é a produção de alimentos para o mercado interno por meio da diversificação das atividades. Os pronunciamentos dos deputados federais, Vander Loubet (PT-MS) e Fernando Marroni (PT-RS), apresentam a importância da agricultura familiar para o

abastecimento do mercado interno e seu papel para o desenvolvimento econômico e social:

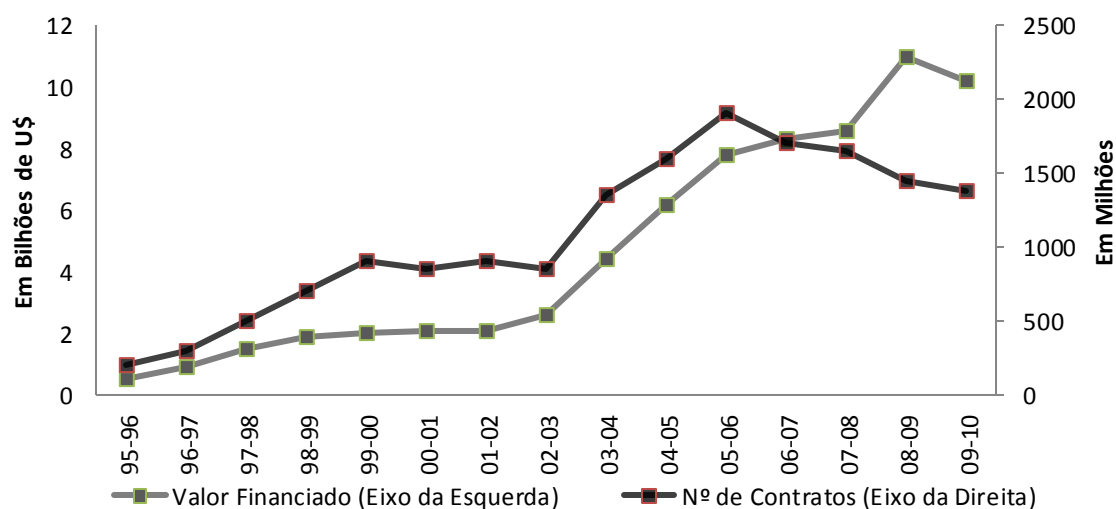
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cerca de 85% do total de propriedades rurais no Brasil pertencem à agricultura familiar. São 13,8 milhões de pessoas em aproximadamente 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, correspondentes a 77% da população ocupada na agricultura. A agricultura familiar, no País, produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros: 84% da mandioca, 67% do feijão, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e 58% dos suínos. O setor é responsável por 40% de tudo o que é produzido na agricultura e por cerca de 7 em cada 10 empregos na área rural. (...) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2003, o Governo liberou 4,5 bilhões de reais para o financiamento da agricultura familiar. Tal cifra representou 100% a mais do que os recursos fixados para a safra anterior. Foi um recorde em toda a história do País. (...) Tal segmento de nossa economia representa um valiosíssimo instrumento de inclusão social, geração de empregos e distribuição de renda, problemas que carecem de rápidas soluções. Sua importância é ainda maior se considerarmos que contribui para a redução do êxodo rural, diversifica a atividade econômica, além do que auxilia no desenvolvimento de médios e pequenos Municípios. (**Dep. Loubet** – BRASIL, 19-11-2004 – págs. 49848-49849).

Sras. e Srs. Deputados, é inegável e reconhecido por todos o quanto a agricultura familiar é importante para o desenvolvimento social no campo e o que isso representa para a cadeia produtiva brasileira. Afinal de contas, 70% de tudo aquilo que vai para a mesa de 190 milhões de brasileiros diariamente sai das pequenas propriedades. Tão irrefutável quanto isso é reconhecer os avanços da agricultura nos últimos anos, mais especificamente na última década, a partir dos grandes investimentos feitos pelo Governo Federal no fortalecimento da produção em pequenas propriedades. Historicamente comprometido com a defesa da agricultura familiar desde sua fundação, o Partido dos Trabalhadores faz jus a essa trajetória por meio do Governo do Presidente Lula. (...) O Presidente Lula confirmou aplicação de R\$16 bilhões para atender demandas dos agricultores como custeio, investimento e comercialização dos produtos que saem das suas terras. O valor anunciado ontem representa R\$1 bilhão a mais do que já havia sido destinado pelo Governo Federal no biênio anterior. (**Dep. Marroni** – BRASIL, 14-05-2010 – págs. 20370-20371).

Levando em consideração o exposto até o momento, pode-se apreender que este tema mantém-se como um sentido hegemônico nos pronunciamentos dos parlamentares petistas. Ademais, adiante será perceptível igualmente, que este discurso construirá um corte antagônico em relação à aplicação desta mesma política no Governo FHC. Contudo, é comum no discurso político, que A, desconstrua B, para que A possa construir-se a si próprio (PINTO, 2006). Em período eleitoral esta questão é recorrente, ou seja, o candidato A, desconstrói o programa e as realizações do Governo B, para apresentar aos eleitores sua diferenciação. Porém, embora haja elementos coincidentes com esta questão, é do mesmo modo válido perceber que a desconstrução efetuada pelos parlamentares

petistas busca atestar que ambos os projetos, nesta agenda, são radicalmente distintos. Tendo em vista, que a política agrícola de FHC priorizou somente a agricultura intensiva de escala, ao passo que o programa petista confere igual atenção a ambas (PT, 2002; 2006a). A comparação dos dados entre estes governos reforça os argumentos dos deputados petistas, devido à abrangência das políticas do PRONAF no Governo Lula.

GRÁFICO 13: Pronaf: valor financiado e número de contratos – anos-safra 1995-1996 a 2009-2010.



Fonte: De Conti e Roitman (2011)

Além da centralidade deste setor nos pronunciamentos dos parlamentares, e dos recursos dispensados pelo governo, o qual eles fazem parte, cumpre notar, igualmente, para os sentidos produzidos por estes a respeito da função social da agricultura familiar. Neste cenário, temos a reativação de sentidos, tais como, a diminuição do êxodo rural, a ampliação das políticas para a igualdade de gênero no campo, e a ideia de soberania alimentar. Embora os mesmos estivessem expressos nos documentos do PT nos anos noventa (90), os pronunciamentos dos parlamentares os evocaram raras vezes para significar a política agrária de FHC, bem como, na apresentação de seu projeto para esta área. É preciso lembrar, que o processo de reativação ocorre quando os sentidos particulares, outrora diminuídos no interior da estrutura discursiva, passam a ser reativados para exercer o papel da hegemonia, como reflexo de uma nova conjuntura de significação. Dentre estes sentidos, elegeu-se a ideia de soberania alimentar para ser incorporada ao texto.

Isto por conta de dois motivos. O primeiro deles diz respeito à dimensão necessária para abordar todos os sentidos reativados. O segundo motivo, e o mais importante, é o fato desta ideia se constituir como um princípio articulador entre as benesses aos agricultores familiares e à arquitetura das políticas sociais no Governo Lula.

De acordo com o Programa de Governo de Lula em 1998, a criação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar deveria desempenhar o papel estratégico de assegurar à população o acesso aos alimentos necessários. Isto ocorreria mediante a regulação dos preços do mercado, em forma de subsídios e a partir da formação de estoques públicos (PT, 1998a). De acordo com o Programa de 2002, a agricultura familiar teria papel fundamental para a sustentação desta política de combate à fome, visto que, produzindo em abundância, este setor poderia oferecer acesso imediato e com baixos custos, os alimentos à população brasileira (PT, 2002). Os pronunciamentos dos deputados federais, José Genoíno (PT-SP) e Anselmo (PT-RO), atestam a importância da agricultura familiar na operacionalização da política de soberania alimentar:

A conclusão da análise técnica que se faz do Censo Agropecuário 2006 sobre a agricultura familiar, muito sucintamente apresentada neste meu pronunciamento, é de que há uma percepção de que a agricultura familiar representa uma pluralidade e diversidade de culturas e de atividades que contribuem, decisivamente, para uma economia regional mais equilibrada e para um padrão sustentável de apropriação e uso dos recursos naturais. (...) Ao instituir o citado PNATER, a Lei nº 12.188, de 2010, estabeleceu como princípios do mencionado programa o desenvolvimento rural sustentável; a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural; a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica; o da equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e a contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. (**Dep. José Genoíno** – BRASIL - 03-06-2010 – págs. 25719 – 25722).

O Plano Nacional de Reforma Agrária começa a gerar, no campo, os empregos de que o Brasil precisa. Vai incentivar a agricultura familiar, que atualmente emprega 77% da mão-de-obra do meio rural e produz os principais alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros: mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos. A agricultura familiar também garante a segurança alimentar, aumentando a produção de alimentos do País, melhora a renda de quem vive no campo, ajuda na preservação do meio ambiente e promove o equilíbrio na ocupação do território nacional. (**Dep. Anselmo** – BRASIL, 15-04-2004 – págs. 16357-16358).

A instrumentalização desta política seria efetuada pelo Programa Fome Zero, que incluiria políticas específicas para o incentivo à produção e a aquisição dos alimentos da agricultura familiar. A partir da instauração do referido Programa, estes

alimentos seriam alocados para as famílias em condição de vulnerabilidade social (PT, 2006b-a; MDA, 2013). A distribuição destes alimentos ocorreria por meio de cadastro do agricultor, e da entidade a ser beneficiada (Prefeitura, Ongs, entidades beneficentes etc...). Do mesmo modo, um dos objetivos do programa seria ofertar alimentos básicos para os povos indígenas, comunidades quilombolas, grupos de trabalhadores rurais acampados, pessoas que trabalham com reciclagem de lixo e outros grupos, que se encontram em situação de insegurança alimentar. O pronunciamento do Deputado Federal Guilherme Menezes (PT- BA), expressa a atenção do Governo Federal a esta política, e as ações do mesmo para garantir a comercialização dos produtos oriundos dos estabelecimentos familiares, por intermédio do Programa Fome Zero:

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, extinguiu, poucos dias após sua posse, em 1994, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Havia apenas dois anos que tinha sido criado. Tal atitude representou um enorme desestímulo, pois o debate nacional sobre esse tema havia recebido forte impulso a partir da realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 1994, e da criação e atuação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.(...) Assim, é importante ressaltar a decisão do Governo Lula ao criar o Fome Zero integrando a ele diversos outros programas, com destaque para o PRONAF -Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Pretende-se que os pequenos proprietários rurais e os assentados da reforma agrária aumentem a produção de alimentos básicos para atendimento ao consumo que está sendo estimulado pelo Fome Zero, garantindo ao mesmo tempo escoamento da produção, preços mínimos, ou seja, mercado para a agricultura familiar. (...) Os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária, individualmente ou em grupos, cooperativas e associações, apoiados pelo PRONAF, podem vender seus produtos para o Governo Federal. Este, através da CONAB, está adquirindo arroz em casca, farinha de mandioca, feijão, milho e trigo para o Fome Zero e outros programas de segurança alimentar. As populações atingidas pelas recentes cheias receberam arroz e feijão oriundos das compras da agricultura familiar e dos estoques estratégicos da CONAB. Até 30 de março último, 120 mil famílias receberam 2,3 mil toneladas de alimentos. (BRASIL, 02-04-2004-págs. 14205-14206).

A partir do exposto, percebe-se que o discurso dos parlamentares sobre a questão agrária permanece análogo ao expresso nos anos noventa (90). Consequência da notoriedade atribuída à agricultura familiar como fator preponderante de inclusão social e de reinserção no processo produtivo dos trabalhadores rurais. Entretanto, diferentemente dos anos noventa (90), os pronunciamentos nesta etapa não abordam a necessidade de ruptura com o modelo de desenvolvimento agrário brasileiro, como condição para fortalecer a agricultura

familiar e a reforma agrária, no entanto, os desdobramentos desta nova configuração discursiva serão discutidos adiante.

4.1.2 Binômio Agricultura Familiar x Agricultura Empresarial

Na apresentação do programa de governo do candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, o então coordenador da campanha, Antonio Palocci, aborda um dos principais temas que iriam repercutir nos demais documentos, e nos pronunciamentos dos parlamentares. Este afirma que as políticas em prol da agricultura familiar deveriam se desenvolver em paralelo àquelas orientadas para a agricultura empresarial (PT, 2002). Visto que, a primeira além de produzir alimentos para a subsistência das cidades, promove a diminuição do êxodo rural e a cidadania aos pequenos agricultores. Ao passo que a agricultura empresarial, seria igualmente útil, em virtude dos empregos que gera, bem como, das rendas provenientes das exportações (PT, 2002).

Conforme as resoluções do 3º congresso do PT, este modelo almejaria equacionar os problemas estruturais, em decorrência do empobrecimento rural e da escassez de investimentos na pequena propriedade, ao mesmo tempo em que lograria êxitos comerciais. O pronunciamento do Deputado Federal José Genoíno (PT-SP), reforça estas assertivas:

As pessoas estão produzindo, as pessoas estão comercializando, as pessoas estão sendo estimuladas, recebem crédito, assistência técnica e se desenvolvem como empreendedoras. Nós estamos construindo uma forma mista de convivência, num país da dimensão do Brasil, da grande economia agrícola para exportação e agronegócio com a economia solidária, com a agricultura familiar, com as formas cooperativadas de construção de alternativas econômicas. (...) Refiro-me a este País invisível, que está se transformando, que está mudando, que está construindo experiências inovadoras, caminho no qual nós temos que apostar para haver a continuidade e o prosseguimento desse projeto. O Deputado Paes de Lira tem razão quando, ao destacar esses dados como importantes, chama a atenção para que essas formas sociais alternativas de economia solidária possam conviver com a agricultura de exportação, com o agronegócio e com a alta tecnologia. A própria EMBRAPA, Deputado, tem que dar importância, apoio e assistência técnica à agricultura familiar, como dá ao agronegócio. O País tem área, tem território para ter várias formas de economia no campo convivendo pacífica e harmoniosamente. (BRASIL, 03-06-2010 – págs. 25719 – 25722).

A combinação entre agricultura familiar e agricultura empresarial constituiu-se como um dos principais parâmetros da política agrícola no Governo Lula. Como as questões relativas à agricultura familiar já foram tratadas, resta discutir as

concernentes a agricultura empresarial. Neste sentido, o conceito de agronegócio tem suas origens no modelo americano, mediante o agrupamento dos sistemas agrícola, pecuário, industrial e mercantil, criado a partir da primeira metade do século XX (FERNANDES, 2010). Em sua versão contemporânea, o agronegócio alia outros sistemas aos já citados, sobretudo, o financeiro e tecnológico. O *agrobusiness* se estabeleceu no Brasil através da aquisição dos latifúndios e das terras de pequenos agricultores. Todavia, esse processo não ocorre somente no Brasil, mas também em diversos países da América Latina, África e Ásia (FERNANDES, 2010).

Conforme discutido no primeiro capítulo desta dissertação, a conjuntura internacional favorável, decorrência da ampliação de mercados, tais como, a China e a Índia, impulsionaram a produção e a renda obtida através da comercialização de *commodities* agrícolas e extrativas. No cenário nacional, as políticas macroeconômicas iniciadas no Governo FHC e continuadas no Governo Lula, criaram condições para que a agricultura extensiva desempenhasse um papel significativo nas exportações brasileiras, igualmente, na ampliação das relações comerciais do País. O pronunciamento do Deputado Federal Vignatti (PT-SC), ilustra o crescimento e a importância dispensada pelo Governo Lula, em termos de condições e financiamentos, ao agronegócio nacional:

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE apresentaram um prognóstico sobre a produção agrícola brasileira. Segundo a pesquisa, o Brasil deverá ser o maior produtor agrícola do mundo na próxima década, ou seja, até 2019. Enquanto outros países como Rússia, Índia e China devem crescer até 20%, o nosso País deverá registrar o dobro desse crescimento, 40%. Mas reparem um dado interessante da pesquisa: este patamar será possível de ser alcançado pelos investimentos na produção das oleaginosas, vegetais como a soja, o girassol, o milho, o coco, a palma, grandes responsáveis pela produção de gorduras e óleos. A previsão segundo as entidades, é que o Brasil deva se tornar o maior exportador mundial neste setor, superando os Estados Unidos. Para alcançar estes números, a previsão é de que a produção brasileira passe dos atuais 26% da produção mundial para 35%, em 2019. Esta previsão traz em sua essência as políticas de fortalecimento da agricultura promovidas pelo Governo do Presidente Lula nos últimos oito anos. Segundo o Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, lançado pelo Presidente Lula no último dia 7 de junho, estão previstos nada menos que R\$100 bilhões em financiamento para a agricultura empresarial entre 1º de julho deste ano e 30 de junho de 2011, o que corresponde a uma significativa expansão de 8% na comparação com os recursos destinados ao setor na safra anterior. (...) Para se ter uma idéia da dimensão desse número, o volume de recursos federais destinados ao setor agrícola quadruplicou ao longo de todo o Governo Lula, evidenciando o destaque da agricultura e

pecuária na agenda presidencial. (BRASIL, 07- 07 – 2010 – págs. 31821 – 31822).

O pronunciamento acima, e os documentos do partido, reforçam a necessidade de estimular o complexo agroindustrial por intermédio da diversificação dos mercados, e do estímulo ao desenvolvimento das tecnologias tropicais, para a elevação do valor agregado das exportações deste setor (PT, 2002; 2006a). Para atender a estes objetivos, durante o Governo Lula foi criado no interior da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), órgãos para promover políticas específicas às exportações agropecuárias, de modo coordenado com as ações de outros Ministérios, por exemplo, o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ao tratar deste tema, é possível perceber que os parlamentares elencam os resultados aferidos por este setor, ressaltando a importância do mesmo para a economia brasileira. O pronunciamento do Deputado Federal José Genoíno (PT-SP), apresenta os benefícios do setor para a balança comercial brasileira:

Alguns números são importantes mencionar. A área plantada de grãos passou de 37 milhões de hectares (safra 95/96) para 46,2 milhões (safra 2006/2007), com aumento de 25%. No mesmo período, a produção elevou-se de 73,6 milhões de toneladas para 131,7 milhões, com aumento de 79%. Nesse panorama destaca-se o plantio de soja e de cana-de-açúcar, com a área plantada tendo duplicado no caso da soja e elevada de 38% no da cana. A produtividade média dos grãos subiu de 1.990 quilos/hectare para 2.851 quilos por hectare, representando 43%, tendo sido superior em cerca de 40% em lavouras como de algodão, arroz, feijão e milho. Isso mostra, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que as exportações de produtos agroalimentares brasileiros passaram de US\$13,8 bilhões em 1995, para US\$36,9 bilhões em 2006, com as importações caindo de US\$6,5 bilhões para US\$4,5 bilhões no mesmo período. O saldo da balança comercial desses produtos passou de US\$7,3 bilhões em 1995, para US\$32,6 bilhões em 2006, representando 4,5 vezes mais no período. (BRASIL, 03-06-2010 – págs. 25719 – 25722).

Dentre as principais culturas que lograram crescimento entre 1990-2010, estão os setores de grãos (e processados), carne de aves, bovina e suína, madeira, celulose, algodão, café e fumo (MAPA, 2013). Nesta conjuntura, é preciso ressaltar o papel que o capital privado efetuou para que o Brasil pudesse chegar a este contexto. Conforme sustenta Fernandes (2008; 2010), o modelo de desenvolvimento do agronegócio reuni diversas corporações nacionais e transnacionais, encarregadas de dar suporte tecnológico, técnico, financeiro, logístico e comercial à produção agroindustrial.

Com o intuito de salientar as ações das empresas multinacionais, reflexo do potencial da produção nacional, aliado as políticas do Governo Federal em prol do crescimento do setor, selecionaram-se três pronunciamentos de deputados de diferentes regiões do País, para demonstrar a abrangência do agronegócio brasileiro. A fala do parlamentar Orlando Desconsi (PT-RS), aborda a ampliação da indústria de máquinas John Deere no RS; a de Ivo José (PT-MG) refere-se ao crescimento da monocultura do eucalipto, e do deputado Antônio Carlos Biffi (PT-MS) ilustra o investimento sul-coreano na cultura da soja em Mato Grosso do Sul:

A John Deere produz atualmente 7 mil tratores/ano no Brasil. Com o novo investimento, a empresa pretende duplicar a produção no País. E o mais importantes os recursos vão gerar 500 empregos diretos e 1,5 mil indiretos. (...) além desse importante gesto da John Deere, a política econômica do Governo Federal tem estimulado as empresas a investir no Brasil. Vejamos por quê. Primeiro, gostaria de salientar a política agrícola do Governo Lula. Nunca o setor primário recebeu tanta atenção do Executivo Federal como em nosso Governo. Os investimentos crescem ano após ano. Obviamente que estes investimentos resultam em aumento na produção, gerando cada vez mais divisas ao País. As viagens e articulações internacionais do Presidente Lula deram um impulso à política externa brasileira. Resultado disso foi que os mercados internacionais se abriram ainda mais, aumentando significativamente as exportações. Sem dúvida, as indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas foram as maiores beneficiadas com essa política federal. Outro exemplo positivo do Governo Lula é o MODERFROTA, programa de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas novos e usados que recebe um aporte de recursos que possibilita a compra desses bens, elevando a produção e os níveis de postos de trabalho nessas indústrias. Devemos citar ainda a política tributária do Governo Federal. (...) Nosso País precisa de empresas que acreditam que a melhor maneira de desenvolver uma nação é acreditando e participando nas políticas do Governo Federal, as quais, comprovadamente, estão dando certo. (**Dep. Desconsi** - BRASIL, 19-10-2004 – pág. 44438)

A atividade de plantio de florestas poucas vezes rende manchetes, mas tem produzido bons resultados para o País, tanto na geração de empregos quanto na balança comercial. (...)o setor avançou em tecnologia – considerada a melhor do mundo – e trouxe dividendos para o País. Atualmente, movimenta mais de 16 bilhões de dólares ao ano, exporta 3,4 bilhões de dólares e recolhe outro tanto em impostos, além de propiciar 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos e manter 1,6 milhão de hectares de áreas de preservação. No final de 2003, foi criada a Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF, que tem como Presidente o Sr. Carlos Augusto Lira Aguiar, atual Diretor-Presidente da Aracruz Celulose, que pretende reverter a falta de madeira em nosso mercado, reduzindo, em conseqüência, as importações. Com uma política de longo prazo, linhas de crédito adequadas, desoneração de custos burocráticos e inserção dos pequenos e médios produtores rurais na atividade, o incremento pode ser extraordinário. (...) A ABRAF prevê que, se adotadas as medidas corretas, em 10 a 15 anos as exportações de produtos florestais alcançarão 15 bilhões de dólares anuais; a arrecadação de impostos chegará a 6 bilhões de dólares; serão gerados milhares de empregos e incorporados mais de 2 milhões de hectares às reservas nativas das empresas. (**Dep. Ivo José** – BRASIL, 05-11-2004- págs. 46890-46891)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã vamos receber em Mato Grosso do Sul uma delegação sul – coreana, que vem trazer investimentos da ordem de 30 milhões de dólares para a nossa região. Esses recursos serão aplicados numa fábrica de processamento de soja localizada na cidade de São Gabriel do Oeste. (...) Amanhã o Governador Zeca do PT, juntamente com a bancada federal do Partido dos Trabalhadores, e o Senador Delcídio Amaral vão receber a delegação sul – coreana, que já se comprometeu com o início dos trabalhos na fábrica de processamento de soja, em São Gabriel do Oeste. Dentro de 1 ano – é o que esperamos – a fábrica estará em franca atividade. (Dep. Antônio Carlos – BRASIL, 07-10-2004 – pág. 42896).

Em suma, a junção entre o cenário externo favorável, a inserção de multinacionais neste setor e a significativa atenção por parte do Governo Lula, em termos de financiamentos, redução da carga tributária e suporte técnico, conferiram as *commodities* agrícolas destaque mundial. Entretanto, a expansão do agronegócio, conforme sustenta Fernandes (2010), no documento comemorativo ao decênio dos governos petistas, constituiu-se em um dos maiores entraves à reforma agrária no Brasil. Este projeto, bem entendido, refere-se à desapropriação das terras improdutivas, que passariam para o controle do Estado, que as remanejaria para a construção de assentamentos rurais (PT, 1994a; 1998a). Uma vez que, os assentados são atendidos pelas políticas do PRONAF, assim como, pelas políticas sociais.

Esta agenda, hegemônica nos pronunciamentos dos parlamentares e nos documentos do PT nos anos noventa (90), perde relevância tanto nas falas, quanto nas ações do Governo Lula. Por exemplo, na comparação com seu antecessor, os números indicam que a média de assentamentos de famílias por ano obedeceu ao seguinte quadro: FHC 1 (1995-1998) – 72 mil/ano; FHC 2 (1999-2002) – 63 mil/ano; Lula 1 (2003-2006) – 95mil/ano; Lula 2 (2007-2010) – 58 mil/ano (MST, 2012; FERNANDES, 2008). De acordo com Fernandes (2008; 2010), os números da gestão Lula indicam a nova conjuntura das correlações de poder no campo. Haja vista, que o agronegócio fora um dos elos no arco de alianças na eleição de Lula, segundo o analista, tal fator impediu à realização de um projeto amplo, sobretudo que atingisse os territórios do agronegócio.

4.2.1 As políticas incidentes sobre a média-alta e alta intensidade tecnológica: O discurso contra hegemônico

O “corpus discursivo 1”, parte hegemônica na estrutura partidária nos anos noventa (90), em meados a eleição de Lula em 2003, passa a exercer novo papel,

isto é, o de contra hegemonia⁴² no interior do partido. Isto em virtude das críticas ao Governo Lula, por não operacionalizar em sua gestão os postulados ideológicos, ou o que os deputados consideram a “essência” do Partido dos Trabalhadores. Os sentidos produzidos por estes parlamentares se assemelham aos construídos pela oposição neste período, os quais apontavam que o PT e o Governo Lula haviam traído sua ideologia (FREITAS, 2013).

Por conta do número reduzido de deputados identificados nesta formação discursiva durante esta etapa (embora estes sejam muito atuantes nos pronunciamentos), optou-se em dedicar uma subseção menor para abarcar os sentidos construídos por este grupo. Além disso, é verificado que esta característica discursiva perdura somente até 2004, desaparecendo em 2010⁴³. Isto por conta da desfiliação de boa parte destes parlamentares, que irão se somar a outros partidos, tais como, PSOL e PSTU. Para organizar a subseção, apresentam-se dois (02) indicadores que expressam as críticas mais recorrentes ao Governo Lula: 1º) as políticas de superávit primário e de juros; e a 2º) diminuição do Estado através das concessões às empresas privadas.

Amiúde, a política de superávit primário refere-se à exigência ao pagamento da dívida externa brasileira, proposta pelo FMI após o financiamento do Plano Real, com o propósito de reduzir a dívida pública (FBO, 2005). Este instrumento fora utilizado pela equipe econômica do Governo Lula para se mostrar confiável aos mecanismos financeiros internacionais, já que havia certa desconfiança no que tange a transição de FHC para Lula (SICSÚ, 2003). A política de juros possibilitou o impulso no aumento do crédito, e, por conseguinte, do poder de compra da população. Este instrumento fora utilizado pelo governo em parceria com as instituições bancárias, para aquecer o mercado interno. No entanto, para oferecer crédito à população, os bancos e o governo recorreram aos investidores externos, que depositam seu dinheiro em aplicações das instituições bancárias buscando remuneração (TROSTER, 2003). Como contrapartida, o governo oferece um ambiente macroeconômico estável para estes investidores. O pronunciamento do

⁴² Os Deputados Federais do Partido dos Trabalhadores que compõe este grupo, de acordo com os pronunciamentos coletados são: Para a coleta de 2004 – Adão Pretto (RS); Ivan Valente (SP); Chico Alencar (RJ); Dr. Rosinha (PR); Dra. Clair (PR).

⁴³ Isto não quer dizer que deixaram de existir no PT setores alinhados com as perspectivas identificadas com o que chamamos de “corpus discursivo 1”. O que a assertiva busca afirmar é que para esta coleta, que é muito específica, não se encontrou em 2010 parlamentares que haviam expressado tais características em seus pronunciamentos.

Deputado Federal Ivan Valente (PT-SP), demonstra contrariedade a estas políticas, enfatizando que a manutenção da arquitetura econômica do Governo FHC gera obstrução nos investimentos, e elevação da vulnerabilidade externa brasileira⁴⁴:

Também quero comentar a decisão do Comitê de Política Monetária - COPOM, de baixarem 0,25% da taxa SELIC, que passou de 16,50% para 16,25%. Mas, por incrível que pareça, ainda somos detentores da maior taxa de juros do mundo. Dizem que mantêm essa altíssima taxa em nome do combate à inflação, no entanto, querem atrair mais capital especulativo do exterior. O atual modelo arrasta-se há pelo menos 10 anos. Ele é responsável pela maior vulnerabilidade da economia brasileira no exterior e pela incapacidade de crescimento do País. (...) Todos demonstram descontentamento com a política econômica ditada pelo Fundo Monetário Internacional: megas superávit primário, altas taxas de juros, remuneração do capital financeiro e falta de controle dos fluxos de capital. (...) Os ditames do FMI são o principal obstáculo para o crescimento brasileiro. Temos de chegar ao consenso de que a atual política econômica não serve para o desenvolvimento, a autonomia e a soberania do País. (...) Queremos sensibilizar o nosso partido e a sociedade para a necessidade de se redirecionar o modelo econômico do País. Somente assim, o Governo Lula, que nos trouxe tanta esperança, promoverá a redistribuição de renda e a geração de empregos, fazendo com que o Estado retome seu papel no crescimento econômico do País. (BRASIL, 19-03-2004- págs. 11226-11227).

O segundo ponto a ser abordado, reflete a diminuição do Estado através das Parcerias Público-Privada (PPP), e da dependência de investimentos externos para alavancar o desenvolvimento das empresas no Brasil. Tais questões são em parte implicações do superávit primário, tendo em vista, que dada política é realizada por meio de arrocho fiscal nas despesas governamentais, como por exemplo, o setor de infraestrutura (FBO, 2005). O Governo Lula passou a atender as áreas carentes, tais como, a habitação, logística e estradas, através das PPPs, que são contratos firmados entre governos e empresas. Dessa forma, as empresas operam determinados serviços, os quais o Estado não tem condições de atender, como contrapartida o governo oferece subsídios ou concessões de exploração. Outro elemento considerado pelos parlamentares como perda do papel estratégico do Estado, diz respeito à captação de investimentos estrangeiros para financiar determinadas empresas. Os pronunciamentos do Deputado Federal Chico Alencar (PT-RJ) sobre as PPPs, e da Deputada Federal Dra. Clair (PT-PR) sobre a

⁴⁴ Nesta subseção poderíamos apresentar mais de um pronunciamento sobre mesmo tema, todavia, como o objetivo da subseção é apresentar os principais pontos desta clivagem, optou-se por selecionar um pronunciamento que ilustre os demais.

privatização dos campos de petróleo, salientam que as políticas em questão de encontro ao projeto petista para o País:

(...) o projeto de parceria público-privada proposto pelo Governo e aprovado como questão fechada por nossa bancada, contra o nosso voto, fere nossa concepção de Estado e de investimento e gestão pública. O correto seria denominá-la parceria privada-semipública, tais as garantias dadas ao investidor particular, cujo móvel maior nunca foi o interesse social e sim o lucro. O nosso Governo, que persiste na manutenção desse superávit primário superior até ao exigido pelo FMI, quer resolver com essa PPP sua debilidade atual de financiamento e investimento direto. Para atrair empreendedores particulares, faz concessões que diminuem a capacidade do Poder Público de planejar, liderar e gerenciar. A PPP aprovada por esta Casa, com o aplauso dos setores adeptos do privatismo máximo e do mercado total, consagra o capital sem risco. (**Dep. Chico Alencar** – BRASIL, 19-03-2004 – págs. 11204-11205).

Nesta Câmara, organizamos um debate e vários Deputados se manifestaram contra a decisão do Governo de dar continuidade à política de privatização do nosso petróleo, iniciada durante o Governo anterior. (...) Trabalhadores do setor petrolífero, a CUT, o MST, entre outros, também realizaram manifestações contrárias à realização da sexta rodada. (...) Enfim, nada conseguiu demover o Governo da decisão de oferecer nosso petróleo como mercadoria às multinacionais. Todos sabemos da estratégica importância do monopólio do petróleo pela União para garantir o consumo interno, hoje atendido em 80% da sua demanda e com expectativas de auto-suficiência prevista para o ano de 2006, conforme dados da PETROBRAS. (...) a empresa perdeu o estratégico bloco da Bacia de Campos, continuidade do BC 60, que já havia sido pesquisado pela PETROBRAS e identificado como área de grande potencial de produção. A galinha dos ovos de ouro foi abocanhada pelas norte-americanas Devon e Kerr-McGee, em consórcio com a coreana SK. (...) Os recursos das transações, que teoricamente deveriam ser aplicados na área de exploração de petróleo, vão ficar retidos nos cofres do Tesouro para garantir o cumprimento da meta do superávit primário. Ou seja, estamos vendendo petróleo para pagar os juros da dívida. (Deputada, Dra. Clair – BRASIL, 25-08-2004 – págs. 36466).

Em suma, esta formação discursiva considera que o Governo Lula mantém os mesmos princípios econômicos diagnosticados no Governo FHC. Além disso, salientam que o País segue subserviente aos ditames do FMI, impossibilitando a criação de uma alternativa ao modelo neoliberal. De acordo com os parlamentares, tais medidas representavam a “herança maldita” de FHC, baseadas em um modelo econômico a serviço do capital externo e das elites deste País, no entanto, as mesmas tornaram-se prioridades na agenda econômica do Governo Lula.

A crítica desta vertente considera que o Partido dos Trabalhadores deve voltar os olhos para as concepções que o formaram. No entanto, os parlamentares consideram que a “essência” do PT é basicamente as perspectivas do que fora identificado como “corpus discursivo 1”. Todavia, os indicadores apontam que os

sentidos construídos por estes, embora hegemônicos nos anos noventa (90), tornam-se diminuídos no interior da estrutura nos anos 2000. Neste caso, em particular, temos a inversão do polo hegemônico no interior do PT, mediante a materialização dos conteúdos da vertente moderada, que denominamos “corpus discursivo 2”.

4.2.2 Desenvolvimento Sustentável: a hegemonia da segunda construção discursiva⁴⁵

Nos anos noventa (90) verificou-se que o Partido dos Trabalhadores expressava em seu interior, a existência de dois blocos discursivos, os quais elencavam sentidos distintos sobre as reformas estruturais que incidiriam sobre a indústria nacional. Os sentidos da ala moderada, como já exposto, passam a exercer hegemonia nos anos 2000. O indicador para classificar os parlamentares nessa corrente levou em consideração às mesmas variáveis atribuídas no capítulo anterior, isto é, a construção de sentidos que buscam avaliar a conjuntura política e econômica, de maneira a perceber os possíveis diálogos a se estabelecer neste processo. Não obstante, convém mencionar novamente, que esta classificação é arbitrária, ou seja, criada exclusivamente para atender a necessidade de diferenciação de sentidos exposta neste trabalho.

Diante destas circunstâncias, examinaram-se os sentidos gerados por tais deputados referentes às políticas adotadas pelo Governo Lula, que influenciaram no quadro de perda do valor agregado na indústria nacional. O resultado da investigação fora a construção de dois (02) indicadores para analisar esta etapa da pesquisa, os mesmos versam sobre: 1º os resultados aferidos pela política econômica; e 2º as políticas em favor do crescimento do consumo. Estes indicadores, aliados aos resultados obtidos na seção anterior, serão fundamentais na compreensão da desindustrialização precoce enquanto fenômeno político.

Sendo assim, de acordo com o que já fora discutido, sabe-se que a partir do Governo FHC, o Brasil adentrou na globalização financeira e credenciou-se a

⁴⁵ Os Deputados Federais do Partido dos Trabalhadores que compõe este grupo, de acordo com os pronunciamentos coletados são: Para a coleta de 2004 – Eduardo Valverde (RO); Maria do Rosário (RS); Nilson Mourão (AC); Sigmaringa Seixas (DF); Roberto Gouvêia (SP); Paulo Pimenta (RS); Fernando Marroni (RS); Mauro Passos (SC); Maninha (DF); Luiz Sérgio (RJ); Vignatti (SC); José Genoíno (SP); Carlos Santana (RJ); José Pimentel (CE); Luciano Zica (SP). Para a coleta de 2010 - Nazareno Fonteles (PI); Geraldo Simões (BA); José Genoíno (SP); Fernando Marroni (RS); Arlindo Chinaglia (SP); Nilson Mourão (SC); Jorge Boeira (SC); Sérgio Carneiro Barradas (BA); Emilia Fernandes (RS); Jilmar Tatto (SP); Pepe Vargas (RS); Pedro Eugênio (PE).

crescer com poupança externa, através do investimento direto externo (IED) (OREIRO e FEIJÓ, 2010). A manutenção no Governo Lula do tripé macroeconômico, isto é, superávits fiscais primários, metas de inflação e flutuação cambial, fez cair por terra às incertezas do mercado financeiro, que orbitavam sobre Lula e o Partido dos Trabalhadores, no que tange a sustentação do andamento macroeconômico brasileiro (SICSÚ, 2003).

Por um lado, dada política diminuiu a capacidade do Estado em retomar os investimentos, pois o superávit primário, que se refere à exigência ao pagamento da dívida externa brasileira, promoveu durante o primeiro mandato do Governo Lula um arrocho fiscal na ordem de 70 BI anuais, cerca de 4,5% do PIB. Por outro lado, a manutenção destes princípios econômicos forneceu ao Governo Lula credibilidade no cenário internacional, com isso a oportunidade de suprir a insuficiência de recursos internos para retomar o crescimento.

De acordo com os pronunciamentos, os desafios do primeiro mandato do Governo Lula se concentraram justamente nesta equação que conjuga equilíbrio político externo e interno (PT, 2006a). A despeito do crescimento modesto nos primeiros anos, afirmam os deputados, que a criação de um ambiente macroeconômico estável caracterizou este governo, reflexo verificável mediante o declínio nos indicadores, tais como, Risco Brasil, inflação e a valorização da moeda local (PT, 2002; 2006a). Os pronunciamentos dos deputados federais, Paulo Pimenta (PT-RS) e José Pimentel (PT-CE), abordam o esforço para estabilizar o País, além disso, caracterizam os princípios estruturais que nortearam a agenda econômica do Governo Lula:

Quando o Presidente Lula assumiu, não eram poucos os adversários e analistas – mais conservadores – que apostavam que nosso Governo conduziria o País a uma situação de crise. (...) Muitos estavam convencidos de que os dois caminhos possíveis para o Brasil eram exatamente a experiência, digamos, malsucedida da Argentina e a instabilidade vívida pela Venezuela. O dólar ultrapassava a casa dos 4 reais, o Risco Brasil passava os 2.50 pontos, já se falava em volta da inflação – alguns previam 30%, outros 70% no ano de 2003 –, a taxa de juros era superior a 26%. O grande desafio assumido pela equipe econômica do Presidente Lula, por nosso núcleo de coordenação política, pelas bancadas de apoio ao Governo na Câmara e no Senado era exatamente fazer com que o País atravessasse esse período, que era o mais difícil, que atravessasse a tormenta, como já disse alguém. Fizemos um esforço extraordinário para recuperar a credibilidade do Governo brasileiro dentro e fora do País. (...) Hoje, Sr. Presidente, qualquer análise que se faça demonstra o sucesso das condições criadas para que este País possa deslanchar, para que nossa política dê certo. Estão aí as medidas, para serem debatidas em qualquer fórum, com qualquer opositor do projeto que representamos. A inflação está

estabilizada em um patamar abaixo dos 10%; o dólar está estabilizado na casa dos 3 reais; o Risco Brasil, que define o custo do dinheiro para nós no mercado internacional, está na casa dos 700 pontos e os juros estão em 16%. (...)Em todos os setores da economia, sem exceção, são absolutamente visíveis os sinais, as demonstrações, de que o esforço que fizemos para que o País tivesse um quadro de estabilidade sustentável, que permita a retomada do investimento sempre em busca da principal prioridade, o emprego, a distribuição da renda, valeu à pena. (**Dep. Pimenta** – BRASIL, 10-08-2004 - 34075-34078).

Ao fim de 2003, a inflação estava em 8,5%. Este ano, vamos trabalhar para que ela fique abaixo de 6%, pois sabemos que, no processo inflacionário, quem perde são os mais pobres, a classe trabalhadora, o micro, o pequeno e o médio empreendedor. Quando nosso Governo assumiu a Presidência da República, 1 dólar valia, em média, 4 reais. Reduzimos em 25% a valorização do dólar, que hoje está cotado abaixo dos 3 reais. Em janeiro de 2003, a taxa básica de juros, a SELIC, era de 24,5% ao ano; o mercado trabalhava com uma projeção de 35%. Ela foi a 26,5%, terminou o ano em 16,5%. (...)Em 2004, superaremos esse número. De 1995 a 2000, a balança comercial brasileira sempre esteve negativa. Para ser mais preciso, em 1995, o prejuízo foi de 3,5 bilhões de dólares; em 1996, de 5,6 bilhões de dólares e em 2000 foi mantido esse patamar. Em 2003, apesar de toda a dificuldade, exportamos 73 bilhões e 84 milhões de dólares. Portanto, com relação a 2002, tivemos um crescimento de 21% na produção, o maior resultado da balança comercial em toda a história do Brasil. Para este ano, todos os indicadores demonstram que teremos resultado muito maior. Sabemos que a importação de produto acabado gera emprego em outros países e desemprego no Brasil. Por outro lado, o superávit da balança comercial proporciona negócios e trabalho no Brasil e venda para os demais países. (...) O Brasil está saindo desse processo. Em 2003, no último trimestre, cresceu 1,5% e, durante o ano, em decorrência dos reflexos do projeto anterior, perdeu 0,2% do PIB. Em 2004, todos aqueles que avalizarem a economia verificarão que haverá crescimento de, no mínimo, 3,5%. É um crescimento modesto, mas sustentável e desejável por todos aqueles que compõem o Parlamento, independentemente de partido político. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reafirmo que o tempo dos grandes ajustes e sacrifícios na economia chegou ao fim. Hoje há condições para que o Brasil possa trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável. Mas, além do âmbito puramente econômico, é importante demonstrar que o crescimento pode ocorrer com desenvolvimento humano e inclusão social. (**Dep. José** – BRASIL, 24-03-2004 – págs. 12154 – 12163).

Os princípios norteadores da política econômica se coadunaram na estabilidade e confiabilidade do País para a realização de investimentos externos, visto que os frutos do diálogo com as esferas do mercado financeiro propiciaram ao Brasil um panorama de crescimento produtivo (PT, 2006a). Conforme discutido no primeiro capítulo, tal estratégia provoca efeitos negativos no câmbio, e consequentemente na produção de artefatos com maior valor agregado. No Programa de Governo de Lula em 2002, são apontados os reflexos desta manobra econômica, que geram desequilíbrios setoriais pela dependência tecnológica da indústria nacional.

O Brasil é hoje, com poucas exceções, um importador de bens de elevado conteúdo tecnológico e um exportador de commodities largamente intensivas em recursos naturais; em alguns casos, intensivas em escala ou capital. Esta é a razão estrutural para os déficits setoriais na balança comercial, difíceis de serem transformados em superávits mesmo por desvalorizações cambiais expressivas e forte desaceleração do crescimento. É certo que as importações contribuem para a modernização do parque produtivo nacional, mas é fundamental responder ao desafio de ampliar as exportações, aumentando a corrente de comércio do País e criando um expressivo superávit comercial. (...) A quebra das cadeias produtivas da estrutura industrial tornou-a mais dependente de importações, debilitando a capacidade nacional de geração de tecnologia. (PT, 2002, p. 27)

Por outro lado, esta mesma política fora responsável pela importância das *commodities* brasileiras no mundo, em virtude do financiamento das cadeias produtivas e do câmbio favorável à comercialização destes insumos no cenário internacional. De acordo com os pronunciamentos, os resultados aferidos por meio destas políticas possibilitaram ao País gerar superávits recorrentes na balança comercial, isto é, quando os valores das exportações são superiores aos das importações. Conforme o Deputado Federal Roberto Gouvêia (PT-SP), “Antes, vivíamos com déficit na balança de pagamento, (...) que chegava a atingir até 30 bilhões de reais negativos por ano. Para este ano, anunciam que teremos superávit de 30 bilhões na balança comercial” (BRASIL, 03-08-2004 – pág. 33365). Decerto, o sucesso da balança comercial brasileira não decorre somente de questões estruturais, mas de uma engenharia que visa agregar fatores macroeconômicos atrativos à composição de investimentos realizados entre governo e setores da indústria, para tornar os produtos nacionais competitivos. A fala do Deputado Federal Sigmaringa Seixas (PT – DF), ilustra a importância das exportações na geração de superávits na balança comercial, fator que diminui a vulnerabilidade brasileira frente às crises externas.

(...) quero registrar um fato amplamente divulgado pela imprensa na última semana e do qual nos devemos orgulhar: a balança comercial brasileira bateu recorde no mês de maio, com um saldo de 3,18 bilhões de dólares. É a primeira vez que a balança comercial apresenta um superávit mensal dessa ordem. Nosso volume de exportações superou as expectativas e totalizou 7,94 bilhões de dólares, 14,8% frente a abril deste ano e 25% a mais do que em maio do ano passado, quando a balança já vinha atingindo os melhores resultados dos últimos anos. No acumulado do ano, o superávit já é de 11,2 bilhões de dólares, também recorde no período. O ritmo saudável de crescimento mostra dois fatos de grande relevância: primeiro, o País está cada vez menos vulnerável no comércio exterior; segundo, o Brasil vem colhendo os bons resultados da política de incentivo às exportações, que inclui a busca de novos mercados e da ampliação dos já existentes. (...) O saldo histórico da balança comercial, somado ao aumento,

bem acima do projetado, de 1,7% do PIB no primeiro trimestre deste ano são sinais evidentes da retomada do crescimento econômico e que deverão levar o País a uma situação mais tranqüila quanto à vulnerabilidade externa. Afinal, com mais comércio o País fica menos suscetível a crises externas. E a meta é crescer ainda mais. Queremos chegar ao fim do Governo Lula com o comércio exterior representando mais de 30% do PIB brasileiro. (BRASIL, 09-06-2004 – págs. 27438).

Além dos investimentos e das políticas cambiais, que impulsionaram os setores mais expansivos da produção nacional, reflexo sentido na balança comercial brasileira, outro fator contribui para a compreensão desse ciclo, isto é, os parceiros do Brasil no comércio exterior. Em seu pronunciamento, o Deputado Federal Roberto Gouvêia (PT-SP), salienta os resultados positivos da política econômica ao constatar o ciclo de desenvolvimento presenciado por ele no interior de São Paulo, isto em virtude da exportação de gado para os países árabes (BRASIL, 03-08-2004 – pág. 33365). Isto posto, para dar relevo que segundo as falas coletadas, este sucesso aferido é visto como resultante, igualmente, da habilidade na política externa brasileira por meio da construção de relações comerciais para escoar o excedente produzido. Neste cenário, as relações bilaterais entre Brasil e China foram decisivas para que a produção nacional obtivesse os êxitos apresentados na balança comercial. Conforme discutido no primeiro capítulo, as exportações de *commodities* agrícolas e extrativas para a China bateram recordes nos últimos anos. O pronunciamento do Deputado Federal Nilson Mourão (PT-AC), reforça o exposto até o momento, salientando a mobilização da política externa para estreitar os laços com a economia chinesa:

Um aspecto essencial da política externa do Governo do Presidente Lula refere-se ao seu esforço a fim de ampliar e diversificar as relações do Brasil com o resto do mundo. (...) Agora, o Presidente viaja novamente à Ásia e celebra extraordinários convênios e contratos de cooperação com o povo chinês. (...) O comércio bilateral entre Brasil e a China passou de 2 bilhões e 300 milhões, em 2000, para 6 bilhões de dólares em 2003. O valor das exportações foi de 4,53 bilhões de dólares; o valor das importações foi de 2 bilhões, 140 milhões. Em 2003, o Brasil exportou cerca de 6,5 milhões de toneladas de soja, 500 mil toneladas de óleo de soja. As exportações de minério de ferro totalizaram, em 2003, 765 milhões de dólares. Essa pequena fotografia das relações comerciais bilaterais já existentes entre o Brasil e a China dá a dimensão e a importância que o Presidente Lula atribuiu a esta viagem chamando-a de parceria estratégica. (...) No aspecto econômico-comercial, a viagem permitiu o aprofundamento dos negócios, investimentos e parcerias em diversas áreas. Além dos produtos tradicionais, como grãos e minérios, deseja-se ampliar ainda mais as vendas brasileiras de carnes e produtos de maior valor agregado, como veículos, automóveis e aeronaves, entre outros. (...) A China tornou-se, no ano passado, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. A taxa de

crescimento das exportações brasileiras para aquele país foi de quase 80% em 2003. (BRASIL, 01-06-2004 – págs. 25414-25415).

A partir do exposto, à semelhança do discurso identificado nos anos noventa (90), percebe-se que os sentidos expressados pelo “corpus discursivo 2” buscam compreender as transformações econômicas de modo razoável, salientando possíveis benesses nesse processo. Segundo os parlamentares, respondendo a críticas externas e internas ao PT, estes afirmam que o modelo de desenvolvimento aplicado no Governo Lula diverge ao implementado no Governo FHC. Tendo em vista, que embora o partido tenha ampliado seu leque de alianças, dialogando em seu governo com esferas do mercado, do agronegócio e correntes mais a direita no espectro político. Mesmo assim, as bases do desenvolvimento com vistas a ampliar a promoção da inclusão social foram mantidas. Conforme sustentam o Deputado Federal Ricardo Berzoini (PT-SP) e o ex- Presidente do PT José Eduardo Dutra, “o partido cresceu de maneira orgânica e amadureceu até chegar à compreensão plena da importância estratégica das alianças, decisivas para quem quer realizar um projeto transformador” (BRASIL, 11-02-2010 – págs. 02082-02084)⁴⁶. Os pronunciamentos dos deputados federais Pepe Vargas (PT-RS) e Jorge Boeira (PT-SC), apresentam a lógica de desenvolvimento que o Partido dos Trabalhadores buscou empregar na Gestão Lula, e conseqüentemente dão início a discussão do segundo indicador a ser abordado:

Ora, é evidente que nós, povo brasileiro, e o Governo temos de pensar o desenvolvimento e o crescimento mantendo todos os fundamentos econômicos. Agora, achar que o Brasil crescer é um problema revela, de fato, que esses analistas econômicos estão com uma visão muito distorcida do que é a função da economia. O que dizem esses analistas? Que esse crescimento econômico vai gerar inflação porque o Brasil não está preparado para tal crescimento. (...)Então, nós não temos nenhum risco de inflação de demanda, como se o País não estivesse pronto para fazer frente ao crescimento do consumo decorrente da extraordinária distribuição de renda que a política econômica do Governo do Presidente Lula propicia ao País. São 30 milhões de pessoas que ascenderam à classe média, 20 milhões de pessoas que saíram da pobreza extrema e incorporam o mercado interno de consumo de massas – é isso que permite que o comércio venda, que a indústria produza. (...)O que esses analistas econômicos não são capazes de reconhecer é que há uma nova política econômica em curso, uma política econômica que rompeu com o círculo vicioso do desenvolvimento baixo, do desemprego, da concentração de renda e da pobreza, em favor de uma nova política econômica, que pensa o crescimento econômico ancorado na distribuição de renda, no mercado

⁴⁶ O texto fora extraído de uma reprodução integral, apresentada no pronunciamento do Deputado Federal, José Genoíno (PT-SP).

interno de consumo de massas, na possibilidade de milhões e milhões de pessoas terem empregos e, a partir disso, constituir um ciclo virtuoso de desenvolvimento. (**Dep. Pepe Vargas** – BRASIL, 11-06-2010 – págs. 27737 – 27738).

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o Partido dos Trabalhadores é um partido de massa, de transformação e tem um Governo alinhado com a sua própria concepção de país. Estamos trabalhando na lógica do desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, no sentido da redução das desigualdades sociais no País. Enfrentamos, no ano passado, uma crise, aprofundando o projeto que já vínhamos implantando para melhorar a vida das pessoas. Reduzimos a carga tributária em setores estratégicos, que são os maiores geradores de emprego, tanto na construção civil, na fabricação de automóveis quanto no COFINS para motocicletas, além de termos ampliado o poder de compra do salário mínimo e expandido o Bolsa-Família. (**Dep. Boeira** – BRASIL, 28-04-2010 – pág. 16633).

O panorama apresentado até o momento denota a composição entre medidas macroeconômicas, tais como, a apreciação do câmbio e o investimento externo, aliado a expansão da produtividade em setores de média-baixa IT e a demanda externa. Estes fatores promoveram êxitos comerciais ao Brasil, por outro lado, incidiram negativamente na elevação do teor tecnológico da produção. Entretanto, é possível afirmar, conforme discutido no primeiro capítulo, caso não fossem estas condições estruturais, o Partido dos Trabalhadores dificilmente teria possibilidades macroeconômicas para reativar um dos seus sentidos mais fundamentais, ou seja, a constituição de um mercado interno de massas.

O diálogo entre o governo e as esferas do mercado propiciou ao País confiabilidade para elevar os investimentos diretos externos, bem como, a ampliação do crédito, sobretudo aos que não tinham acesso ao mesmo. Estas questões, agregadas ao câmbio apreciado (cerca de R\$ 2,00), tornou mais acessível à boa parte da população a compra de manufaturados, pois dada política implica em um aumento do poder de compra com o mesmo salário recebido, caso, por exemplo, o câmbio estivesse a um patamar de 3,90 (BRESSER-PEREIRA, 2007). Conforme colocado no primeiro capítulo, o câmbio apreciado proporciona às classes sociais mais baixas o acesso a bens de alta intensidade tecnológica, tais como, automóveis, celulares, computadores, tablets e outros bens de consumo importados ou que são fabricados com componentes importados, sobretudo da China e dos EUA. A classe média se beneficia com a possibilidade de elevar seu padrão de consumo, isto é, a acessibilidade em termos de preços, a marcas mundialmente conhecidas das linhas de vestuário, cosméticos, automóveis e eletroeletrônicos. O reflexo desse ambiente estimulou o setor de serviços, que passou a ser fundamental na geração de

emprego e renda. Os pronunciamentos do Deputado Federal Luiz Sérgio (PT-RJ), e da Deputada Federal Maninha (PT-DF), abordam as ações do governo federal para ampliação do crédito, e da redução da carga tributária sobre a venda de automóveis (respectivamente), além dos estímulos criados no primeiro mandato de Lula para fomentar o mercado interno de massas.

Sr. Presidente, o Governo Federal também vem dando provas sucessivas de que a inclusão social é a nova tônica do País.. Não bastassem as ações do Bolsa Família e do Fome Zero, recebemos agora os números registrados até fevereiro do programa de inclusão bancária. Nada menos que 1 milhão e 270 mil novas contas simplificadas foram abertas até 27 de fevereiro, somente na Caixa Econômica Federal. Desse total, 460 mil clientes já contam com crédito pré-aprovado no valor de R\$200,00, com juros de 2% ao mês. Isso representa um passo significativo para a democratização do acesso ao crédito. A redução do custo do dinheiro é uma das prioridades do Governo Federal porque, além de estimular o setor produtivo, gera emprego e renda, e movimenta a economia. (**Dep. Luiz Sérgio** - BRASIL, 12-03-2004 – pág. 09487).

venho a esta tribuna para falar de dois assuntos que tenho certeza são de interesse da população Brasileira. O primeiro diz respeito às iniciativas do nosso Presidente Lula para permitir que o importante setor das montadoras automobilísticas continue desenvolvendo-se para gerar emprego, renda e, mais do que isso, ajudar no crescimento do nosso País. Refiro-me à nova redução do IPI para as montadoras de carro. O Presidente da República, para aumentar a venda de carros populares e médio, firmou a redução do IPI até meados de novembro. Depois, (...) anunciou a prorrogação da redução do IPI até o fim de fevereiro passado. Ontem, o Governo anunciou que irá reduzir novamente o IPI para o setor de automóveis, a fim de compensar a mudança ocorrida na Contribuição para o Refinanciamento da Seguridade Social- COFINS. Gostaria de louvar a iniciativa do nosso Governo numa área que sabemos ter impacto formidável sobre o crescimento do nosso País (**Deputada Maninha** - BRASIL, 27-03-2004 – págs. 13153 – 13155).

Para compreender a centralidade do mercado interno de massas como lógica de desenvolvimento, assim como, elemento discursivo, é preciso recorrer aos documentos do Partido dos Trabalhadores. Portanto, de acordo com o Programa de Governo de Lula em 1994, os ciclos de desenvolvimento econômico no Brasil, registrados entre os anos 1930 e 1980, não tiveram como prerrogativa ampliar o acesso ao consumo à massa trabalhadora (PT, 1994b). Os documentos do PT, afirmam a necessidade de reorientar a economia em prol de um novo ciclo de desenvolvimento baseado na democratização do consumo (PT, 1994b; 1998a; 1999). Para isso, seria necessário um modelo econômico estruturado capaz de propiciar a construção de um amplo mercado interno de bens de consumo, capaz de

suprir as carências alimentares, de moradia e vestuário, aos brasileiros mais desassistidos (PT, 1999).

Nesta proposta, as relações comerciais do Brasil teriam papel fundamental, haja vista, que as trocas mediante as operações de exportações e importações de bens e serviços, serviriam como instrumento estratégico para a ampliação do consumo (PT, 1999). No entanto, a base deste processo consistiria em distribuir as riquezas socialmente produzidas, através de programas sociais, considerados fatores de propulsão para ampliação do mercado interno (PT, 1994b). O trecho selecionado do Programa de 1994 aponta para a premência de incorporar parcelas da população excluídas do consumo mediante programas sociais, além disso, vislumbra a possibilidade de construir um mercado interno de massas em paralelo ao desenvolvimento do comércio exterior, sendo estas duas peças da economia, consideradas complementares:

O Governo Democrático e Popular implementará um conjunto de programas emergenciais que não deverão ter um caráter meramente assistencial ou beneficente, mas deverão procurar promover a integração social e econômica dos excluídos do mercado interno de consumo e do acesso aos direitos sociais. (...) A formação de um mercado interno de massas, como se vê, não conflita com o desenvolvimento do comércio exterior. Detentor de uma pauta comercial extremamente diversificada, tanto em produtos quanto em parceiros, o Brasil tem interesses econômicos em todo o mundo. Como ocorre com todos os países continentais, seu comércio externo é subsidiário do mercado interno. Mas não há contradição entre ambos. A competitividade e a capacidade para exportar da nossa economia estarão intimamente relacionadas nas próximas décadas à expansão do mercado interno, no rumo da incorporação de mais de cem milhões de pessoas dele ainda excluídas. Mais do que apenas compatível com a inserção da economia brasileira no cenário internacional, o fortalecimento do mercado interno proporcionará uma vantagem competitiva fundamental, ao permitir o aproveitamento de economias de escala e propiciar novos elementos de dinamismo e flexibilidade estratégica. O desenvolvimento vai se dar pelo aumento de consumo e do investimento, e também das relações do país com seus parceiros comerciais. (PT, 1994b, págs. 32 e 213)

Embora este sentido não estivesse incorporado ao discurso dos parlamentares nos anos noventa (90), por razões evidentes, pois o perfil discursivo, relacionado ao papel exercido pelos deputados era outro, ou seja, a oposição radical ou moderada as políticas de FHC. Dada política se referia a uma proposta ou projeto a ser desenvolvido pelo PT, enquanto governo. A eleição de Lula é a condição de emergência para a reativação deste sentido, que passa a desempenhar papel hegemônico na construção do discurso dos parlamentares sobre o “novo ciclo de crescimento”, denominado Desenvolvimento Sustentável, aplicado durante o

Governo Lula. Os pronunciamentos da Deputada Federal Emília Fernandes (PT-RS), e do Deputado Federal José Genoíno (PT-SP), ilustram as ações e os efeitos das políticas de aumento do mercado interno, considerados nas falas, elemento fundamental do projeto petista para o País.

O Brasil inicia um novo período de desenvolvimento, combinando desenvolvimento econômico com a redução das desigualdades, o combate à fome e o enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceito. (...) Alguns dados macroeconômicos nos permitem tranquilamente perceber a grandiosa diferença entre o nosso projeto, do Governo Lula, e o do Governo anterior. Passo a citar alguns dados. Hoje, 24 milhões de pessoas, homens e mulheres, deixaram o nível de miséria; outros mais de 30 milhões, chegaram à classe média; o Bolsa Família, que foi muito criticado, hoje é reconhecido como um grande projeto nacional, até exemplo para fora do Brasil como projeto de distribuição de renda e de enfrentamento à pobreza e à fome, pois atende 12 milhões de pessoas que resgatam a sua dignidade, se alimentam, crianças estudam, pessoas estão consumindo e produzindo mais e melhor. (**Deputada Emília** – BRASIL, 18-05-2010 – págs. 21143-21148).

Leio aqui um trecho de matéria publicada no site Folha.com sob a manchete: Brasil pode acabar com a miséria em 2016, diz estudo do IPEA: “Segundo levantamento baseado em dados da PNAD, entre 1995 e 2008, 12,8 milhões pessoas saíram da condição de pobreza absoluta, enquanto 13,1 milhões superaram a condição de pobreza extrema (rendimento médio domiciliar per capita de até um quarto de salário mínimo mensal).” (...) Esse é o resultado das políticas econômicas de geração de emprego, das políticas de aumento do salário mínimo, de políticas como o Bolsa Família e o crédito consignado. (...) Nós, (...), que temos na nossa militância a marca do compromisso com a igualdade social, razão de ser da nossa militância, temos que comemorar esse dado, que é muito importante para o futuro próximo do Brasil, para a continuação desse projeto de inclusão, de generosidade social, de combate à desigualdade e à grande concentração de renda, um projeto que materializa o nosso sonho de um Brasil para todos os brasileiros. (**Dep. Genoíno** – BRASIL, 15-07-2010 – pág. 34033).

Durante o segundo mandato do Governo Lula, o aspecto mais marcante, no plano econômico, fora os desdobramentos da crise de 2008, surgida no centro do capital financeiro do mundo. Conforme argumentam os parlamentares, as ações para inibir os efeitos desta crise no Brasil fora justamente a aposta no mercado interno de massas. De acordo com o Tribunal de Contas da União (2009), as ações do governo federal em 2008 consistiriam em investimentos no tripé de setores geradores de emprego e renda (TCU, 2009). Assim, elevaram-se os investimentos e o crédito para a construção civil, incentivando a edificação de novas residências, bem como, as reformas residenciais (TCU, 2009). No setor agrícola, fora antecipado crédito de 5 BI para financiamento das safras (TCU, 2009). No setor de produção e venda, a atuação do governo consistiu na diminuição da carga tributária, sobretudo

do IPI, para a compra de automóveis, motos e eletrodomésticos da linha branca (fogões, geladeiras, lavadoras etc..) (TCU, 2009).

Embora analistas avaliem que dado investimento elevou os custos nas operações de crédito, pois devido á escassez de recursos no mercado financeiro, o custo para captá-los tornou-se mais caro (TROSTER, 2003). Por exemplo, José Coelho, diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), apresenta dados que revelam que somente em 2008, o spread bancário custou R\$ 261,7 bilhões às empresas e consumidores brasileiros. Sustenta Coelho, que se a diferença entre a taxa de juros cobrada por bancos e financeiras, e a taxa que eles pagam para captar recursos (spread) seguisse os padrões normais, esse custo em 2008 cairia para R\$ 71,5 bilhões, o que representa uma redução de R\$ 190,2 bilhões (COELHO, 2012; REHDER, 2009). Segundo os pronunciamentos, ainda que a crise tenha afetado de alguma maneira o Brasil, o mesmo efeito não poderia ser comparado ao de outros países. Tal fato estaria relacionado à atuação da equipe econômica, que ao invés de impor arrocho fiscal e limitação aos investimentos, atuou de modo contrário, incentivando a manutenção do mercado interno de massas. As falas dos deputados Geraldo Simões (PT-BA), Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA) e Fernando Marroni (PT-RS), ratificam o exposto sobre as ações efetuadas e os efeitos da crise de 2008 no Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estudo divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, coloca o Brasil como um dos países do Ocidente que teve o melhor desempenho no enfrentamento da crise do ano passado, considerada a pior do capitalismo. (...)Por que a crise atual, de tal gravidade, não teve os mesmos efeitos no Brasil que as crises anteriores? Nas crises anteriores os governos prontamente seguiam as recomendações dos organismos financeiros internacionais e impunham forte contenção de gastos, restrição de crédito e arrocho salarial à população. O resultado, se por um lado garantia os pagamentos externos de juros e amortizações devidos, por outro, levava a economia interna a um processo recessivo e gerava desemprego. O Presidente Lula atuou contra este receituário e, na ocasião, foi motivo de várias críticas. Ele simplesmente tratou de estimular o otimismo, manter a confiança na economia brasileira, e orientou à população a seguir consumindo. Isto para a Oposição foi uma inconsequência, uma irresponsabilidade. No entanto, foram as medidas adotadas para fortalecer o mercado interno e manter a confiança e o otimismo que possibilitaram que o tsunami que arrasou a economia internacional chegasse ao Brasil quase como uma marolinha. Obviamente, marolinha é uma força de expressão destinada a manter o otimismo. A crise gerou desemprego e redução na economia no Brasil. Mas nada foi comparável aos impactos gerados na economia global. Nosso País foi um dos últimos a sofrer os efeitos da crise e um dos primeiros a recuperar-se. A sustentação do mercado interno e sua

recuperação tiveram um efeito multiplicador sobre o emprego e sobre o investimento. (**Dep. Simões** – BRASIL - 18-03-2010 – pág. 09587)

Quero destacar parte do pronunciamento feito no dia 3 de maio pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante as comemorações dos 10 anos do jornal Valor Econômico, sobre o crescimento econômico brasileiro, principalmente em decorrência da demanda interna. O Presidente Lula destacou a mudança da política comercial implementada durante o seu governo, dando condições ao País de retomar o ritmo forte de crescimento, mesmo com a crise financeira internacional. Lula lembrou que, “enquanto as nações mais ricas se debatem entre desemprego e desequilíbrio fiscal, ameaçadas por um labirinto financeiro ainda não equacionado, a economia brasileira, após breve interregno, voltou a crescer de forma robusta como não acontecia há 20 anos”. (**Dep. Sérgio** – BRASIL, 06-05-2010 – pág. 18406).

O Presidente Lula estava certo: a crise econômica, no Brasil, foi uma marolinha. Digo isso porque o IBGE revela que as vendas no comércio varejista, em março de 2010, tiveram alta de 15,7% em relação ao mesmo mês de 2009. Além disso, em 12 meses o IBGE verificou uma expansão de 8% no comércio varejista. Somente no primeiro trimestre deste ano, essa expansão foi de 12%. (...) Entre fevereiro e março de 2010, 7 das 10 atividades pesquisadas pelo IBGE registraram vendas maiores. São automóveis, motocicletas, material para escritório, informática, material de construção, entre tantos outros. Isso mostra, Sr. Presidente, que o Brasil do Presidente Lula dá condições para que o povo possa consumir. É um Brasil que cresce distribuindo renda e consome porque tem recurso. A política econômica do Governo Federal mostra-se acertada. (**Dep. Marroni** - 13-05-2010 – pág. 20071).

Dessa forma, é possível apreender que o discurso dos parlamentares petistas dá ênfase ao crescimento sustentado da economia brasileira, como possibilidade histórica, devido ao dinamismo da mesma (PT, 2006b). A composição entre cenário externo favorável, a demanda externa crescente por *commodities*, aliado a expansão dos setores da agricultura e de extração, possibilitou ao Brasil criar excedentes capazes de gerar superávits na balança comercial. O alinhamento destes fatores tornou possível ao Partido dos Trabalhadores, a materialização de um de seus sentidos históricos mais hegemônicos, isto é, enquanto governo democratizar o consumo mediante a criação do mercado interno de massas. O câmbio favorável às exportações de *commodities* é igualmente positivo as importações, o que permitiu o acesso ao consumo, especialmente a produtos importados, ou fabricados com componentes oriundos de outros países, sobretudo da China, país comprador da maioria dos produtos brasileiros. Feitas as contas, se por um lado, estes fatores agregados incidiram negativamente sobre o desenvolvimento industrial brasileiro nos últimos vinte (20) anos, de outro modo facultaram ao Brasil desenvolver outros setores, tais como, o de serviços e agricultura, com os quais o discurso dos deputados petistas, historicamente, estava mais inclinado.

4.3 Comparando os discursos entre os anos noventa (90) e 2000

Parte hegemônica dos parlamentares petistas nos anos noventa (90) expressava a construção de um discurso acerca da necessidade de uma concepção distinta de desenvolvimento, sobretudo, uma alternativa a globalização financeira e a desnacionalização da produção local. Tendo em vista, que tal modelo favorecia somente aos imperialistas do capital financeiro (PT, 1998a). O centro desta concepção distinta de desenvolvimento consistiria em fortalecer os segmentos de base familiar no campo, promovendo a inclusão social com a incorporação dos sem-terra e dos mini fundistas (PT, 1994c; 1998a). Do mesmo modo, este desenvolvimento deveria ter por base a criação de instrumentos para a manutenção das empresas públicas, bem como, a contraposição ao modelo de integração econômica imposta pelos organismos financeiros internacionais. Uma parte menor dos parlamentares denotava a necessidade de construir alternativas entre o estatismo e o neoliberalismo. Assim, as reformas estruturais na economia, mediante a condução acertada, poderiam gerar benefícios ao Brasil.

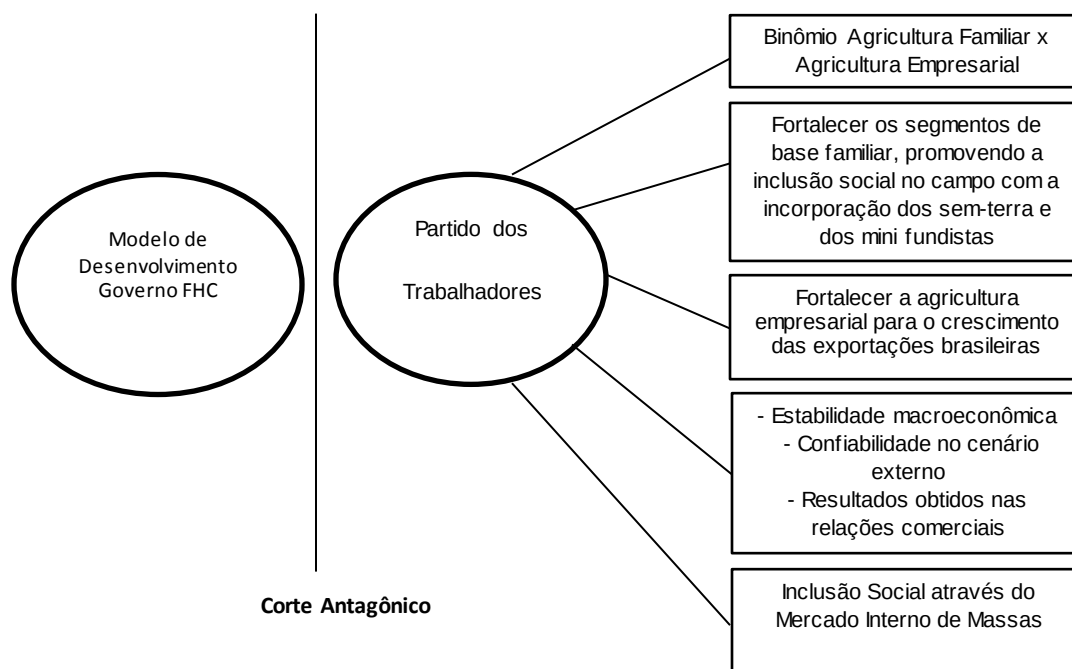
Nos anos 2000 a construção discursiva dos parlamentares petistas, em sua ampla maioria, reflete oscilações entre a identificada nos anos noventa (90), com a incorporação de outros sentidos. Ainda que, a característica de um discurso que buscava a ruptura com o perfil de desenvolvimento fomentado pelos governos no Brasil, desapareça das falas da maioria dos deputados, salvo os proferidos pelo “corpus discursivo 1”. Por outro lado, a agricultura familiar e a reativação da necessidade de democratização do consumo, permanecem como elementos hegemônicos, propulsores para a inclusão social. Nesta etapa, a construção discursiva une dois vértices, a lógica econômica e a noção de inclusão social. Por meio da primeira, salienta-se o ambiente macroeconômico estável, a interlocução do governo com o mercado e os parceiros comerciais, bem como, o desempenho e as rendas provenientes das exportações. Ao segundo vértice atribui-se a particularidade do projeto petista, enquanto instituição que prima pelo combate às desigualdades e pela distribuição de renda.

A distinção mais significativa entre as etapas da pesquisa refere-se à construção do binômio agricultura familiar x agricultura empresarial como princípio articulador do discurso dos parlamentares sobre a questão agrária. Embora nos

anos noventa (90), os sentidos apresentados apontassem para um antagonismo entre a concepção de desenvolvimento agrário do PT e o modelo de agronegócio brasileiro, há elementos expressos, inclusive nesta dissertação, que podem auxiliar na compreensão das condições de emergência para a incorporação deste sentido na elaboração discursiva dos parlamentares. Em primeiro lugar, conforme descrito no capítulo anterior, no interior do Partido dos Trabalhadores há o crescimento da ala moderada, mediante a formação das bancadas legislativas e a assunção de cargos de ministérios no Governo Lula. Por conseguinte, conforme sustenta Fernandes (2010), as corporações do agronegócio brasileiro formaram um dos elos mais importantes no arco de alianças para a campanha presidencial de Lula em 2002. E por último, o cenário externo favorável contribuiu para o crescimento da importância da agricultura empresarial, em termos de equilíbrio da balança comercial, da ampliação das relações comerciais do Brasil e da renda obtida por este setor da indústria.

Dessa forma, é plausível afirmar que o discurso verificado nos anos 2000, expressa características moderadas, com o intuito de promover a convivência entre a perspectiva de mercado e a redistribuição das riquezas socialmente produzidas. Ambas consideradas estratégicas, de acordo com as funções que desempenham no desenvolvimento da economia nacional. O aspecto antagônico nos pronunciamentos dá-se entre os resultados obtidos no Governo Lula, em termos econômicos e de inclusão social, na comparação com as ações no Governo FHC.

GRÁFICO 14: Os sentidos hegemônicos articulados na construção do discurso dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores nos anos 2000⁴⁷.



Fonte: Elaboração própria, com base no modelo de Freitas (2013).

No segundo capítulo fora exposto que o discurso é uma tentativa de simbolizar a realidade ou a tentativa de construção de práticas significativas no tecido social, que passam a adquirir sentido (amplo ou reduzido), mediante a articulação de sentidos dispersos no campo da discursividade. Dito de outra forma, os discursos contêm significados incorporados pelos sujeitos, que os constroem, ao mesmo tempo em que são por eles subjetificados, provocando efeitos concretos nos indivíduos, sobretudo, na forma como estes irão compreender a conjuntura social e política. Além disso, expressou-se igualmente, que os discursos construídos pelos grupos não são permanentes, por mais que se busque uma consolidação dos sentidos articulados, este processo é sempre provisório e precário, por mais que dure ao longo do tempo, ele é arbitrário e contingente, ou seja, nada garante que será obrigatoriamente assim (PINTO, 2006). Uma das razões explicativas para essa instabilidade advém da disputa pelo processo de simbolização, visto que o campo da discursividade é repleto de práticas significativas, que para se construírem necessitam desconstruir outras.

⁴⁷ A lado antagônico, intitulado – modelo de desenvolvimento Governo FHC – fora construído com base nos pronunciamentos coletados.

Dito isto, pois embora tenhamos verificado que o discurso dos parlamentares expresse maior ênfase a favor das políticas que incidem negativamente à elevação do valor agregado na indústria nacional. É preciso lembrar, que dado discurso fora construído sob uma conjuntura específica, isto é, uma composição de fatores que uniu a necessidade de estabilidade macroeconômica, o panorama internacional favorável a investimentos e produção de insumos com baixo valor agregado, e a premência de incluir parcelas significativas da população. Contudo, alterações no cenário interno e/ou externo podem desestabilizar as perspectivas de desenvolvimento sob estas bases, e assim promover um novo quadro de sentidos a serem construídos nesta agenda, inclusive a favor da produção com maior teor tecnológico em detrimento das *commodities* agrícolas e extrativas. Abaixo, segue os pronunciamentos do Deputado Federal Pedro Eugênio (PT-PE), e da atual Presidenta do Brasil Dilma Rousseff, proferido na 18ª Conferência Industrial Argentina em 2012, sobre possíveis modificações neste cenário:

(...) Parto do princípio de que estamos vivendo uma conjuntura bastante favorável, por todos os indicadores que possamos examinar. A situação está sob controle. Não obstante, estamos no limiar de um quadro que pode reverter as expectativas. Precisamos nos preparar para uma conjuntura mundial desfavorável e, mais que isso, avançar nos mercados mundiais com produtos industrializados e não apenas com commodities. Os sinais que vêm da China e dos Estados Unidos apontam para a manutenção de câmbio e de juros desfavoráveis às nossas exportações, que conferem às importações de manufaturados grande vantagem competitiva em detrimento da nossa produção industrial. É importante, portanto, que deixemos de lado dogmas e possamos criar consensos em torno de como avançar na macroeconomia. Estamos vivendo um momento de ouro em nosso debate econômico, pois sinto estamos à frente do tempo, podendo tomar medidas corretivas no momento justo. Isso nos foi dado pela correção e presteza com que a equipe econômica do Presidente Lula soube enfrentar a crise financeira de 2008. Cabe, agora, sabermos enfrentar a crise financeira mundial de 2011, já em andamento. A Comissão de Finanças e Tributação realizou, em maio deste ano, seminário sobre o tema “Juros, Câmbio, Controle de Capitais e Modelo Institucional da Política Monetária”. Na ocasião, surgiram algumas propostas. Agregando algumas outras, farei alguns comentários. Uma das ideias ali apresentadas: estabelecer imposto sobre exportações de commodities, visando criar, na prática, dois câmbios: um para as commodities e outro para os produtos industrializados. Esse efeito seria obtido pelo efeito monetário da retirada de circulação de parte da renda dos exportadores, o que forçaria a desvalorização do real na mesma proporção da renda reduzida, o que, na prática, recomporia a renda dos exportadores de commodities e aumentaria a renda dos exportadores industriais, tornando-os mais competitivos. Essa proposta, entretanto, embora tecnicamente eficaz, é de difícil compreensão política e, portanto, de difícil implementação imediata, requerendo um grande debate e acordo político geral, para eventualmente ser implementada. (BRASIL, 24-11-2010 – págs. 46353-46356).

(...) Líderes na produção de alimentos, com recursos energéticos e minerais verdadeiramente estratégicos. Países que não precisam e nem devem se especializar apenas na produção de commodities, pois possuem o potencial para ter indústrias de grande integração. (...) Nesse caminho é crucial o fortalecimento dos nossos setores industriais. É estratégica a integração de nossas cadeias produtivas, de forma a construir uma relevante e competitiva indústria regional. Compartilhar processos, produtos, inovação; cooperar em ciência, em tecnologia e educação; buscar a nossa integração industrial regional, é disso que se trata. (...) O nosso objetivo tem de ser a cooperação intensa e complementar em áreas estratégicas da indústria. Repito: é fundamental, para que nós mudemos de patamar, a cooperação em áreas estratégicas da indústria; áreas que exigem elevado grau de investimento e inovação; áreas intensivas em capital, como os setores naval, nuclear, espacial, todos os setores de pesquisa científica e tecnológica, energia, infraestrutura, setor financeiro, defesa, setor aeronáutico, televisão digital, tecnologia da informação. (...) Nós queremos e devemos reproduzir na indústria e no setor de serviços de nossas economias a exitosa experiência que fez do Brasil e da Argentina potências agropecuárias, produtoras de alimentos e de agroenergia, agregando às condições do país as condições naturais dos nossos países, a eficiência do trabalho, as descobertas da ciência, a inovação da tecnologia e as oportunidades que a educação de qualidade e a formação profissional oferecem. Se nós pudemos fazer isso com a nossa área agrícola, nós podemos fazer também com a área industrial. Nossa firme decisão de fortalecer a indústria envolve a busca de uma maior competitividade das nossas economias, em especial da economia brasileira, porque eu falo em nome do Brasil e acredito que essa decisão e essa consciência da importância da indústria é essencial, como disse o Presidente da União Industrial Argentina, para que nós possamos produzir valor, e não importá-lo.

De acordo com as falas acima, é possível perceber que os resultados aferidos pela condução da política econômica, geraram resultados positivos para o Brasil, e de que se deve trabalhar na ampliação dos mesmos, especialmente, nos obtidos acerca da inclusão social. Todavia, é válido notar igualmente, que os pronunciamentos denotam a necessidade de construir alternativas ao panorama conjuntural estabelecido pelos fluxos externos e internos, sobretudo, na retomada do valor agregado na produção nacional. Entretanto, para que estes elementos venham a se incorporar ao discurso dos parlamentares, isto dependerá das condições de emergência para que estes sentidos passem a ser reativados, especialmente, como respostas a um novo ambiente social, econômico e político.

Considerações

Por intermédio deste capítulo fora possível identificar que a construção discursiva dos parlamentares petistas, em sua ampla maioria, reflete oscilações entre a identificada nos anos noventa (90), com a incorporação de outros sentidos. Este discurso, hegemonicamente, expressa características moderadas, a partir da avaliação das conjunturas política e econômica, de maneira a perceber os possíveis

diálogos a se estabelecer neste processo. Embora os atributos pertinentes ao rompimento com as estruturas agrária e econômica percam a relevância nos pronunciamentos, tais fatores são insuficientes para afirmar que haja uma ressignificação do discurso petista nesta etapa. De acordo com o exposto, avalia-se que os sentidos evocados pelo que denominamos de “corpus discursivo 2” passam a exercer hegemonia no discurso dos deputados, em detrimento dos evocados pelo “corpus discursivo 1”. Além disso, constatou-se em ambas as seções que aspectos estruturais e históricos do partido permaneceram hegemônicos, inclusive os que influenciaram negativamente no desenvolvimento da indústria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral buscar oferecer uma resposta ancorada nos pressupostos da Ciência Política, para um fenômeno proveniente de desdobramentos econômicos, mas que reflete decisões políticas. De acordo com este propósito, o fio condutor deste texto teve por base a seguinte interrogação: Quais as perspectivas, ou as lógicas discursivas utilizadas pelos parlamentares petistas para significar a condução das políticas incidentes no desenvolvimento industrial brasileiro entre as décadas de 1990 e 2000? Não obstante, para responder esta questão um caminho relativamente longo foi traçado, com o intuito de fornecer ao leitor uma topografia das complexidades e nuances que o tema traz consigo. Assim, o texto fora dividido em quatro capítulos, os quais a partir de agora, fazemos um breve apanhado, para posteriormente discutir as hipóteses e o cumprimento dos objetivos designados.

No primeiro capítulo estabelecemos as diferenças entre o ciclo de desenvolvimento do modelo de substituição de importações (MSI) e o aplicado a partir das recomendações do consenso de Washington. A arregimentação institucional do modelo de substituição de importação tinha por objetivo fomentar a criação de parques industriais no País, como resposta a demanda interna e externa de (re)estruturação de grandes centros urbanos. Igualmente, tinha por propósito proteger a produção nacional da concorrência estrangeira. É do mesmo modo válido sublinhar, que este círculo virtuoso fora conquistado à custa do endividamento externo, que ao lado do protecionismo exacerbado, impuseram os limites e demonstraram a fadiga deste modelo de desenvolvimento.

De outro modo, por meio das políticas inspiradas pelo consenso de Washington, percebe-se uma alteração radical nas estruturas que promoveram o êxito do MSI. Haja vista, o processo de privatizações das empresas estatais, e a crescente inserção do capital privado estrangeiro no País. Tais fatores elevaram a importância do mercado na construção de estratégias produtivas, ao passo que retirou do Estado à incumbência de ator protagonista do desenvolvimento. É válido perceber, que essa reestruturação institucional situou a economia brasileira na tônica da globalização produtiva, via captação de recursos e inserção massiva de empresas estrangeiras no País, todavia demonstrou a vulnerabilidade da mesma mediante os choques externos e as vicissitudes do mercado.

Neste mesmo capítulo, ainda que na segunda parte deste, o estudo concentra-se na análise sobre o estado da arte da indústria brasileira desde os anos noventa (90) até os anos 2000. Isto posto, com o objetivo de identificar o modo como as medidas macroeconômicas incidiram no desenvolvimento industrial, no período em questão. A partir do exposto, o texto investigou o desempenho dos principais setores de alta, média-alta, baixa e média-baixa intensidade tecnológica, com o intuito de entender as principais transformações dos mesmos. Através deste exercício, fora possível identificar, que os processos de abertura econômica e liberalização financeira impactaram negativamente na indústria nacional. Este diagnóstico decorre em boa medida da manutenção da política econômica, que recorre aos investimentos externos como forma de financiar o desenvolvimento do País, o que aprecia a taxa de câmbio, obstruindo o crescimento de atividades mais complexas. Do mesmo modo, demonstrou-se que estas mesmas políticas foram em boa medida responsáveis pela crescente elevação das atividades com baixo valor agregado, pois as torna mais competitivas em termos de preço, no cenário internacional.

O segundo capítulo forma o divisor de águas da dissertação, visto que o primeiro trata de apresentar da melhor forma possível as variáveis do fenômeno, e os dois últimos foram devotados para a análise dos pronunciamentos dos deputados petistas. No entanto, antes de correlacionar os dois blocos da pesquisa, isto é, fenômeno e análise, pareceu válido esclarecer a metodologia e as categorias a serem utilizadas. Assim, as discussões empreendidas neste capítulo, tiveram como foco fornecer ao leitor os métodos aplicados, tanto na escolha do Diário da Câmara dos Deputados como ferramenta para a investigação, quanto para os critérios de seleção. De igual maneira procedeu-se na abordagem das ferramentas analíticas, onde se apresentou as formas de mensuração destes conceitos, e elementos que os revestem de potencial heurístico para alcançar as respostas almejadas. Por intermédio destas questões, acreditou-se que o interlocutor teria maior facilidade em entender os propósitos desta pesquisa, assim como, a construção e a operacionalização das análises a serem efetuadas nos capítulos subsequentes.

Diante do que fora discutido no primeiro capítulo, e baseado em percepções que ganharam corpo e inclusive diagnósticos em diversos estudos acadêmicos, do mesmo modo, fundamentou argumentos na arena política, no jornalismo e na sociedade de modo geral, a hipótese central foi construída com base nesta assertiva

corrente: Houve uma ressignificação no discurso dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores entre os anos noventa (90) e os anos 2000 sobre as políticas macroeconômicas que viriam a influenciar no desenvolvimento industrial. Isto dito, com base na oposição efetuada pelo PT, em relação à abertura econômica e a crescente inserção de multinacionais e investimento direto externo (IED), o que para o discurso petista representava a decadência da soberania nacional.

As conclusões aferidas no terceiro capítulo começaram a turvar o diagnóstico esperado. Isto dito, não em razão do discurso hegemônico sobre segmento agrário no Brasil, apresentado na primeira seção deste capítulo. Haja vista, o corte antagônico entre as concepções do Partido dos Trabalhadores, e as ideias basilares da implementação da política agrária no País nos anos noventa. A não confirmação de nossa hipótese inicia na segunda seção, onde é constatada uma bifurcação de sentidos, entre os discursos identificados como “corpus discursivo 1” e “corpus discursivo 2”, no tocante as políticas macroeconômicas que alteraram o panorama da indústria brasileira.

No quarto capítulo foi possível identificar que o “corpus discursivo 2” passa a exercer hegemonia. Por isso, os pronunciamentos dos parlamentares, em sua maioria, expressam características moderadas, realizando a leitura da realidade a partir da avaliação das conjunturas política e econômica do período, de maneira a perceber os possíveis diálogos a se estabelecer neste processo. Assim, o discurso dos deputados reflete oscilações entre o identificado nos anos noventa (90), com a incorporação de outros sentidos. Ainda que os atributos pertinentes ao rompimento com as estruturas agrária e econômica percam a relevância nos pronunciamentos, do mesmo modo, constatou-se em ambas as seções que aspectos estruturais e históricos do partido permaneceram hegemônicos, inclusive os que influenciaram negativamente no desenvolvimento da indústria.

Diante do quadro apresentado ao longo dos dois últimos capítulos, afirma-se que a hipótese apresentada, não está revestida de elementos explicativos para dar uma resposta adequada ao objeto da investigação. Isto porque ela considera que o Partido dos Trabalhadores, assim como, os parlamentares representantes desta legenda, expressavam determinados sentidos nos anos noventa (90) de forma hegemônica. Em parte isto é verdade, contudo, a esta hipótese nega a heterogeneidade da instituição, e a existência de tendências moderadas em seu interior, que apresentam uma composição discursiva disposta a dialogar com o

processo de globalização, mesmo que preservando as ideias basilares do partido. É pertinente lembrar, que dada construção discursiva não exerce um papel marginal nos anos noventa, muito pelo contrário, os enunciadores deste discurso compõem um número relevante de parlamentares, inclusive com nomes significativos na história do partido. Desse modo, vários destes deputados concordavam, desde que bem conduzidas, com as políticas que viriam a incidir sobre o desenvolvimento industrial brasileiro. Por esse motivo, torna-se impreciso afirmar a ideia de uma possível variação, mudança ou ressignificação de sentidos ao falar sobre o PT dos anos noventa e dos anos 2000. Posto que, algo só muda ou se ressignifica, à medida que possuía outra forma ou conteúdo, distintos do que viria a assumir, não foi isso o constatado.

A partir dos anos 2000, registra-se que os sentidos expressos pelo “corpus discursivo 2” passam a exercer hegemonia. Por outro lado, os sentidos expressos pelo “corpus discursivo 1” executam o papel de contra hegemonia, porém neste caso com uma função relativamente periférica. Se há alguma mudança no Partido dos Trabalhadores, nesta matéria, a mesma diz respeito à inversão do polo hegemônico entre estas duas esferas presentes no interior do partido.

A recomposição na correlação de forças discursivas no partido nos permite compreender o estímulo, por parte dos pronunciamentos, às políticas que incidiram negativamente no setor industrial. Visto que, o “corpus discursivo 2” não se opunha a abertura econômica e a captação de investimentos externos, desde que dadas medidas trouxessem benefícios ao País. A manutenção dos princípios econômicos no Governo Lula revestiu o Brasil de credibilidade no mercado financeiro, com isso o país se manteve na rota de investimentos produtivos e especulativos, o que possibilitou a alocação de recursos para o crescimento. Ainda que o excesso de moeda estrangeira, decorrente desta estratégia, tenha elevado o câmbio, por outro lado, possibilitou a competitividade das *commodities* nacionais no mercado externo e a formação de superávits crescentes na balança comercial.

Feitas as contas, levando em consideração a lógica econômica dos pronunciamentos do segundo corpus discursivo, estas políticas trouxeram benefícios comerciais. Tendo em vista, que permitiram ao Brasil aproveitar o cenário externo favorável à exportação de *commodities*, por meio da especialização tecnológica destes setores, tais como, as extrativas, sobretudo petróleo e minério de ferro, bem como as de origem agrária.

Montemos um cenário hipotético, digamos que os governos FHC e Lula criassem dispositivos para favorecer a produção com maior valor agregado na indústria. Todavia, será que a produção nacional seria suficiente para atender o mercado interno, de modo a tornar inoportunas as importações? Caso a resposta fosse negativa, alguns itens sofreriam com alteração significativa nos preços. Outrossim, será que a produção nacional teria competitividade, sobretudo na América do Sul, frente aos produtos chineses, manufaturados com mão-de-obra significativamente barata? Caso a resposta fosse não, para onde seria escoado o excedente da produção? Posto que a renda obtida através das exportações, com câmbio favorável é superior à alcançada no mercado interno.

Para além das controvérsias e nuances apresentadas, digamos que as decisões políticas fossem ao encontro da indústria. Por outro lado, estas barreiras comerciais implicariam em menor competitividade das *commodities*, perdendo a oportunidade de alcançar os resultados que obteve, especialmente em virtude da expansão chinesa. Neste quadro, as relações bilaterais entre Brasil-China estariam afetadas, uma vez que, por exemplo, a criação de impostos sobre importação barraria, em boa parte, a entrada de produtos chineses. Por sua vez, a China certamente buscaria parceiros que lhe oferecessem melhores condições nos termos de troca, o que possivelmente implicaria em redução das exportações dos produtos brasileiros àquele País. Este cenário hipotético e ilustrativo serve apenas para denotar que a construção discursiva dos parlamentares, e as políticas adotadas, devem ser compreendidas a partir desta conjuntura econômica, desfavorável à produção com valor agregado.

Apesar dos aspectos econômicos exercerem influência no discurso dos parlamentares, eles não são decisivos para compreender o quadro em questão. Salvo se correlacionarmos o alinhamento destes fatores macroeconômicos, mediante a obtenção de renda por meio das exportações, a credibilidade do País no mercado financeiro e o câmbio favorável às importações, com a inclusão social. Esta conjuntura tornou possível ao Partido dos Trabalhadores a materialização de alguns dos seus sentidos mais hegemônicos, ao longo de sua trajetória política. Assim, as noções de soberania alimentar e mercado interno de massas se constituem como os princípios articuladores das políticas em jogo, ou conforme as falas, a própria especificidade do discurso petista em movimento. Dado que a primeira noção visa estruturar por meio de uma arquitetura institucional, a produção da agricultura

familiar com as necessidades alimentares dos que se encontram em condição de vulnerabilidade social. No entanto, a renda alcançada para por em marcha esta política é em boa parte proveniente dos êxitos do setor, seja familiar ou empresarial. A segunda noção fora fomentada pela expansão do crédito, via o investimento e a credibilidade do País para com os investidores, de igual modo, o câmbio favorável permitiu o acesso a bens de consumo com percentual elevado de tecnologia incorporada.

Por último, caro leitor, acredita-se que este estudo cumpriu seu objetivo, isto é, fornecer uma resposta à desindustrialização precoce a partir do(s) discurso(s) expresso(s) pelos parlamentares petistas. É possível afirmar que esta problemática coadunou decisões políticas que refletiram a conjuntura econômica, e, sobretudo a possibilidade de inclusão social. Demonstrou-se um equívoco buscar a compreensão do fenômeno através da mudança, ou ressignificação do discurso dos deputados, sendo que, boa parte das respostas para o mesmo, estavam nas próprias bandeiras do partido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando e COUTO, Cláudio. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo social**, vol.15 no.2 São Paulo Nov. 2003.

ADHOC - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. Credit Suisse vê minério de ferro mais caro e eleva preços-alvo de Vale e CSN. Disponível em: http://adhocadvisors.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2611. 2013.

ALMEIDA, Carla; CARIO, Silvio; MERCÊS, Raimundo; GUERRA, Oswaldo. Indústria automobilística brasileira: conjuntura recente e estratégias de desenvolvimento. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 135-152, jul. 2006.

ALVES, Ana. O conceito de hegemonia: De Gramsci a Laclau e Mouffe. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n] 80: p. 71-96, 2010

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE GADO (ABEG). **Considerações sobre as exportações de bovinos vivos no Brasil**. Fevereiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS. Disponível em: <http://www.abihpec.org.br/>. Vários acessos em 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS. Anuário 2012- Panorama do setor. Disponível em: http://www.abihpec.org.br/wpcontent/uploads/2012/12/ABIHPEC_2012_internet.pdf. 2012.

BATISTA, Nogueira. (1994) **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arg_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf. Acesso em: set/out. de 2012.

BENETTI, Maria. Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro? **Revista Indicadores Econonômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-88, jul. 2006.

_____. A internacionalização real do agronegócio brasileiro pós 1990-03. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, ago. 2004.

BIRCHAL, Sérgio. Globalização e desnacionalização das empresas brasileiras 1990-1999. **IBMEC Working-paper**, 2004. Disponível em: <http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp8.pdf>.

BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. In: **Crítica marxista**. Rio de Janeiro, v. 21, p. 52-77, 2006.

BORGES, Fabrício; HERREROS, Mário. Green business e os desafios da competitividade no ambiente da Supply Chain Management: o caso da Natura Cosméticos S.A.. **Revista Informação & Sociedade**, V.21, nº 3, 2011.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Diário da Câmara dos Deputados**, Jan./Dez, 1991.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Diário da Câmara dos Deputados**, Jan./Dez, 1997.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Diário da Câmara dos Deputados**, Jan./Dez, 2004.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Diário da Câmara dos Deputados**, Jan./Dez, 2010.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Biografias dos Parlamentares**, 2013.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Regimento Interno**, 1989.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Regimento Interno**, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. A Crise na América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, 21 (1), abril, pp. 3-23, 1991.

_____. **Macroeconomia da Estagnação: Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994**. Editora 34, 2007.

_____. O Governo Collor e a modernidade em tempos incertos. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, nº 29, p. 3-9, 1991b.

_____. Doença holandesa e sua neutralização: Uma abordagem ricardiana. **Revista de Economia Política** 28 (1): 47-71, 2007b.

_____. **Doença holandesa e indústria**. Editora FGV, 1ª edição, 2010.

BURITY, Joanildo. Desconstrução, hegemonia e democracia: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau. Universidade Federal de Pernambuco – Departamento de Ciência Política – Fundação Joaquim Nabuco, **Dissertação (Mestrado)**, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. FHC - Depoimento [2006]. **FHC defende privatizações e diz que não é contra venda da Petrobras**. Folha Online, 17/10/2006. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u85308.shtml>. Acesso em 2013.

CARVALHO, Enéas. Globalização e estratégias competitivas na indústria automotiva: uma abordagem das principais montadoras instaladas no Brasil. **Revista Gestão e Produção**, Vol.12, nº1, p.121-133, jan-abr. 2005.

_____. Inovação tecnológica na indústria automobilística: características e evolução recente. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 3 (34), p. 429, dez. 2008.

CEPAL. **O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe**. Disponível em: http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/43304/2011-238_LIEP_2010-WEB_PORTUGUES.pdf. 2010.

COELHO, José. Crise internacional, oportunidades e desafios para a retomada do crescimento econômico. **DECOMTEC - Departamento de Competitividade e Tecnologia – FIESP**. Convenção CIESP, 2012.

CONFERENCIA INDUSTRIAL ARGENTINA. 18º edición, 2012. Exposiciones – Dilma Rousseff. Disponível em: <http://www.uia.org.ar/conferenciaindustrial/>. Acesso em 2013.

CURY, Anay. **Em 10 anos, valorização das ações da Vale foi três vezes a da Petrobras**. PORTAL G1 Economia – Negócios. Publicado em 05/04/2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/04/em-10-anos-valorizacao-das-acoes-da-vale-foi-tres-vezes-da-petrobras.html>. Acesso em mar./2013.

DAL MOLIN, Naiara. **Sindicato e Estado no Brasil: O sindicalismo no período populista e o Novo sindicalismo**. Editora Nova Prova, Porto Alegre, 2008.

DA SILVA, João Basílio. **Em queda livre, mas ainda no ar**. Artigo publicado no PORTAL RI. Disponível em: <http://www.mundori.com/home/view.asp?paNoticia=516>. 2006.

DE CONTI, Bruno e ROITMAN, Fábio. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES**, nº 35, p. 131-168, junho 2011.

DE PAULA, Luis e MEYER, Thiago. Taxa de Câmbio, Exportações e Balança Comercial no Brasil: Uma Análise do Período 1999-2006. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 27, n. 51, p.187-219, março de 2009.

ESTADÃO (2010) (Economia e Negócios). **A febre do minério de ferro no Brasil**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-febre-do-minerio-de-ferro-no-brasil,626128,0.htm>. 2010.

ESTEVEES, Thiago. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. **Revista IDEAS**, v. 2, n. 2, p. 172-202, jul.-dez. 2008.

FARSUL. **O Agronegócio e o Sucesso do Brasil no Mercado de Carnes**. Disponível em: <http://www.cnpc.org.br/arquivos/SenadoraKatiaAbreu.pdf>. 2011.

FERNANDES, Bernardo. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Org. SADER, Emir. Editora Boitempo Editorial – FLACSO BRASIL, 2013.

_____. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista OSAL – CLACSO**, Año IX Nº 24 - Outubro de 2008.

FIGUEIREDO, Angelina e LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do Presidencialismo de coalizão. **Revista Lua Nova**, nº 44, 1998.

FOLHA DE S. PAULO (2012). **Importação chinesa de minério de ferro do Brasil sobe 12% até julho**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1140614-importacao-chinesa-de-minerio-de-ferro-do-brasil-sobe-12-ate-julho.shtml>.2012.

FONSECA, Pedro. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, v.23, n.1(89), jan-mar/2003, p.133-48.

FÓRUM BRASIL PARA O ORÇAMENTO. **Superávit Primário** . 4 ed. Brasília, 2005..

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. São Paulo, Editora Loyola, 1996.

FRANCO, Gustavo. **Investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”?** Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/CIDEC_IDE%20no%20Brasil.PDF. 2005.

FREITAS, Felipe. **Uma comparação entre os discursos das reformas da Previdência dos Governos Cardoso e Lula**. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Federal de Pelotas, Dissertação (Mestrado), 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15.ed. São Paulo, Nacional,1970, QUINTA PARTE - ECONOMIA DE TRANSIÇÃO PARA UM SISTEMA INDUSTRIAL Século XX.

GARCIA, Renato. Internacionalização comercial e produtiva na indústria de cosméticos: desafios competitivos para empresas brasileiras. **Revista Produção**, v. 15, n. 2, p. 158-171, Maio/Ago. 2005.

GARCIA, Renato; FURTADO, Jorge. **A indústria de cosméticos – estudo de competitividade por cadeias integradas**. São Paulo: EPUSP. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/cadeiasprodutivas/doc/31cosmeticosCompleto.PDF>. 2002.

GARCIA, Renato; FRANSCISCHINI, Andressa. Estratégias de Internacionalização no Brasil: avaliação de casos na indústria de cosméticos. **XXIV Encontro Nac. de Eng. de Produção** - Brasil, 03 a 05 de nov de 2004.

GENNARI, Adilson. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Revista Pesquisa & Debate**, v. 13, n. 1(21), 2002.

GUIMARÃES, Alexandre. **Arquiteturas eletroeletrônicas: conceituação**. (2006). Disponível em: http://www.pcs.usp.br/~laa/Grupos/EEM/CAN_Bus_Parte_1.html. Vários acessos em 2013.

GIRARDI, Eduardo e FERNANDES, Bernardo. **Territorialização da produção da soja no Brasil.** Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Territorializacao_dasojas.pdf, 2004.

GROSFOGUEL, Ramon. Izquierdas e Izquierdas Otras: entre el proyecto de la izquierda eurocéntrica y el proyecto transmoderno de la nuevas izquierdas descoloniales. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.11: 9-29, julio-diciembre 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Informações e análises da economia mineral brasileira.** 5º edição, disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00001157.pdf>. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Informações e análises da economia mineral brasileira.** 6º edição, disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00001157.pdf>. 2011.

JANK, Marcos e NAKAHODO, Sidney. **A Falácia da “Doença Holandesa” no Brasil.** Disponível em: <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/Doenca%20HOLANDESA%20FINAL%20MAR%20-%20final-27032006.pdf>. Acesso em Jan/2013. 2006.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia.** Editora Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 3º edição, 2010.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista.** Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2006.

_____. La deriva populista y la centroizquierda em latinoamerica. **Revista Nueva Sociedad**, vol. 205, sept –oct - 2007.

_____. Por que os significantes vazios são importantes para a política. In. **Emancipação e Diferença**. LACLAU, Ernesto. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2011.

LOWENTHAL, Abraham. Os Estados Unidos e a América Latina: além da era Reagan. **Lua Nova** no.18 São Paulo Aug. 1989.

MANCUSO, Wagner e OLIVEIRA, Amâncio. Abertura econômica, empresariado e política: Os planos doméstico e internacional. **Lua Nova**, São Paulo, 69: 147-172, 2006.

MARCHART, Oliver. **El pensamiento político posfundacional: La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau.** Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009.

MARCONI, Nelson e ROCHA, Marcos. Desindustrialização Precoce e sobrevalorização da taxa de câmbio. **IPEA, Texto para discussão 1861**, RJ, dez. 2011.

MARINGONI, Gilberto. A superação dos obstáculos para a industrialização. **Revista Desafios do Desenvolvimento – IPEA**. Edição 74, ano 9, 2012.

MARIUZZO, Patrícia. Diferenciação do produto: estratégia da indústria têxtil para enfrentar a concorrência estrangeira. **Revista Inovação** Uniemp v.3 n.3 Campinas mayo/jun. 2007.

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: Uma análise a partir da perspectiva da Teoria do discurso. Curitiba: **Rev. Sociol. Polit.** nº 20. p. 135-145, 2003.

_____. A Reforma da Previdência de 2003 e a direita brasileira. In: **Ensaaios de Sociologia e Política**. Org. SCHULZ, Rosangela. Editora UFPEL, 2008.

_____. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso. In: **Pós-Estruturalismo e Teoria do discurso: Em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre, EdIPUCRS, 2008b.

_____. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. Red. de **Revistas Científicas da América Latina y el Caribe Espanha e Portugal**. v.43, n. 3 p.249-258, 2007.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis. Disponível em: http://www.mme.gov.br/mme/menu/pre_sal.html. Vários acessos, 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/animal>. Vários acessos, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar – Programas, 2013. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>. Vários acessos em 2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Lista de empresas privatizadas desde 1990. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/estatistica/UnivEst_privatizadas.pdf. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Reforma agrária agoniza. Desempenho vergonhoso do governo Dilma. **Portal MST**, 30 de julho de 2012.

MORCEIRO, Paulo, FARIA, Lourenço, FORNARI, Vinícius e GOMES, Rogério. Por que não baixa tecnologia? **XXXIX Encontro Nacional de Economia**. Área 8 – Economia Industrial e da Tecnologia, 2011.

MOUFFE, Chantal. Por um Modelo Agonístico de democracia. **Rev. Sociol. Polít**, Curitiba, num. 25 p.11-23, nov. 2005.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Rev. Política e Sociedade**, num. 03, p.11-16, SC, 2003.

NAÍM, Moisés. (2000) **O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington?** Disponível em: <https://woc.uc.pt/feuc/course/LRI/20082009/Naim%20%20Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em: set/out. 2012.

NASCIMENTO, Rangel. **A política econômica externa do Governo Collor: Liberalização comercial e financeira.** Disponível em: <http://www.cprepmauss.com.br/documentos/apoliticaeconomicaexternadogovernocolor1450.pdf>. 2003.

NASSIF, Maria. Exportações - O avanço da commodities. **Revista Desafios do Desenvolvimento – IPEA.** Edição 66, ano 8, 2011.

NEGRI, Antônio e ALVARENGA, Gustavo. A primarização da pauta de exportações no Brasil: Ainda um Dilema. **Revista Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior.** Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) nº 13, 2011.

OJEDA, Igor. Reforma Agrária perde fôlego na agenda nacional. **Revista Desafios do Desenvolvimento – IPEA.** Edição 75, ano 9, 2012.

OMAR, Jabr. O papel do governo na economia. **Revista Indicadores Econômicos FEE,** Vol. 29, No 1, 2001.

OMETTO, Ana Maria, FURTUOSO, Maria e DA SILVA, Marina. Economia brasileira nos anos oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista Saúde Pública,** 29 (5), 403-414, 1995.

OREIRO, José; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política,** vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

PALMA, José Gabriel. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.** São Paulo: FIESP; IEDI, 2005. Disponível em: www.fiesp.com.br.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Regimento Interno.** Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 1984.

_____. **O Socialismo Petista.** VII Encontro Nacional do PT - São Paulo – 1990. Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 1990.

_____. **Brasil Urgente: Questão Agrária.** Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 1994a.

_____. **Bases do Programa de Governo – Lula Presidente: Uma Revolução democrática no Brasil.** Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 1994 b.

_____. **Reforçar a pequena produção: O papel das micro, pequenas e médias empresas.** Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 1994 c.

_____. **Construção Partidária.** X Encontro Nacional do PT - Guarapari, ES – 1995. Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 1995.

_____. **Diretrizes de Governo: Caderno de Agricultura.** Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 1998a.

_____. **O fim de um ciclo.** Encontro Nacional Extraordinário - São Paulo - 1998 Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 1998 b.

_____. **Resoluções do II Congresso do PT - O Programa da Revolução Democrática para a construção de um Brasil livre, justo e solidário.** Belo Horizonte (MG), 24, 28 de novembro de 1999. Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 1999.

_____. **Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente.** Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 2002.

_____. **Lula Presidente – Programa de Governo 2007/2010.** Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 2006.

_____. **Resoluções 13º Encontro Nacional do PT.** São Paulo - 2006. Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 2006b.

_____. **Resoluções do 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores.** Fundação Perseu Abramo - Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, 2007.

PINHEIRO, Armando e GAMBIAGI, Fabio. As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor. **Revista Pesquisa Plan. Econ.** v.22,n.2, p.241-288, 1992.

PINTO, Céli. **Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder.** São Paulo. Editora Hucitec, 1988.

_____. Elementos para uma análise de discurso político. **Revista Barbarói.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, n. 24, p. 78-109, 2006.

_____. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. **Revista Sociologias**, n. 2,1999.

PRATES, Daniela e FREITAS, Maria. A abertura financeira no Governo FHC: Impactos e consequências. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, (17): 81-111, dez. 2001.

REHDER, Marcelo. “**Spread bancário custa R\$ 261 bi aos brasileiros em 12 meses**”, Jornal Estado de S. Paulo, 26/12/09.

REVISTA EXAME. **Banco de dados da página Melhores e Maiores**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/topicos/melhores-e-maiores>. Vários acessos, 2013.

SANTOS, Fabiano. A república de 46: separação de poderes e política alocativa. In: MELO, Carlos R.; ALCÂNTARA, Manuel S. (Org.). **A democracia brasileira: balanços e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.p. 40-72.

SARTORI, Giovani. **Teoria Democrática**. São Paulo: Editora Fondo de Cultura Económica, 1965.

SCHNEIDER, Bem. A privatização no Governo Collor: Triunfo do neoliberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista? **Revista de economia política**, vol. 12, nº1 (45), janeiro-março de 1992.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX). Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>. Vários acessos, 2010.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira pós-guerra. **Revista de Economia Política**, vol. 2/2, nº6, abr-jun. 1982.

SICSÚ, João. Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas-SP, v. 12, n. 2 (21), p.311-327, jul/dez. 2003.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES. Disponível em: http://www.sindipecas.org.br/paginas_NETCDM/modelo_detalhe_generico.asp?subtit=&ID_CANAL=520&id=34699. Vários acessos em 2013.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

_____. Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 8, nº4, out-dez. 1988.

_____. Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil na década de 30. **Revista de Economia Política**, vol. 4, nº1, jan-mar. 1984.

TRIBUNAL DE CONTA DA UNIÃO (TCU). **Ações do governo para reduzir os efeitos da crise**, 2009. Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo/contas_09/Textos/Ficha%201%20-%20Análise%20da%20Crise.pdf. Acesso em 2014.

TROSTER, Roberto. Spread Bancário no Brasil. **Federação Brasileira de Bancos**, 2003. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/spreadbancario0307c.pdf>. Acesso em 2013.

VAZ DA COSTA, Rubens. **O Milagre Econômico Brasileiro. Fundação de ensino superior Pernambuco.** Disponível em: <http://www.cprepmauss.com.br/documentos/omilagreeconomicobrasileiro86447.pdf>. 1975.

VILLELA, André, VELOSO, Fernando e GAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, RJ, v.62, n.2, p.221-246, abr-jun. 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder.** Trad. Beatriz Medina; apresentação Luiz Alberto Moniz Bandeira. São Paulo: Boitempo, 2007.

YAFFÉ, Jaime. **La Era Progresista.** Montevideo, 2º Ed. Editora Fin de Siglo, 2005.